



Universidade Federal  
de São João del-Rei



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E CULTURA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS

OLÍVIA GONÇALVES MONTEIRO

**EDUCAÇÃO DOMICILIAR E(M) DISCURSO: UMA ANÁLISE DE  
DEBATES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DE *POSTS* NO  
*INSTAGRAM***

São João del-Rei  
2023



Universidade Federal  
de São João del-Rei



OLÍVIA GONÇALVES MONTEIRO

**EDUCAÇÃO DOMICILIAR E(M) DISCURSO: UMA ANÁLISE DE DEBATES NA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS E DE *POSTS* NO *INSTAGRAM***

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

**Área de concentração:** Teoria Literária e Crítica da Cultura

**Linha de pesquisa:** Discurso e Representação Social

**Orientadora:** Nádya Dolores Fernandes Biavati

São João del-Rei  
2023

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)  
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M772e Monteiro, Olívia Gonçalves.  
Educação domiciliar e(m) discurso : Uma análise de debates na Câmara dos Deputados e de posts no Instagram / Olívia Gonçalves Monteiro ; orientadora Nádia Dolores Fernandes Biavati. -- São João del Rei, 2023.  
148 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras) -- Universidade Federal de São João del-Rei, 2023.

1. Educação domiciliar. 2. Análise Crítica do Discurso. 3. Discurso neoliberal. 4. Discurso neoconservador. I. Biavati, Nádia Dolores Fernandes , orient. II. Título.

## **Olívia Gonçalves Monteiro**

Educação domiciliar e(m) discurso: Uma análise de debates  
na Câmara dos Deputados e de posts no Instagram

### **Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Dolores Fernandes Biavati – UFSJ  
(Presidente/Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda de Castro Modl – UESB  
(Titular Externa)

---

Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo - UFSJ  
(Titular Interno)

---

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção  
Vice-coordenador do PPG em Letras

**Mai de 2023**



*Emitido em 16/05/2023*

**HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 8/2023 - PROMEL (13.20)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 17/05/2023 12:36 )*

ANTONIO LUIZ ASSUNCAO

VICE-COORDENADOR - SUBSTITUTO

PROMEL (13.20)

Matrícula: 986744

*(Assinado digitalmente em 16/05/2023 18:41 )*

CLAUDIO MARCIO DO CARMO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DELAC (12.21)

Matrícula: 1544164

*(Assinado digitalmente em 16/05/2023 13:25 )*

NADIA DOLORES FERNANDES BIAVATI

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

PROMEL (13.20)

Matrícula: 2141488

*(Assinado digitalmente em 16/05/2023 13:58 )*

FERNANDA DE CASTRO MODL

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 048.858.076-54

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/> informando seu número: **8**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **16/05/2023** e o código de verificação: **7dc80a21f5**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Nádia Biavati, minha orientadora, que além de compartilhar comigo seu conhecimento, experiência e tempo, também foi compreensiva e parceira. Me ajudou não só a trilhar o caminho da pesquisa e a desenvolver a escrita, mas me ensinou – com sua risada boa e o seu jeito objetivo de resolver tudo – que esse processo poderia ser mais leve, prático e divertido.

Em segundo lugar, à minha família: meu pai, Alex, por fazer tudo parecer fácil, por ser meu suporte e trazer tanta alegria para mim e para o mundo. Minha mãe, Anamélia, por ter sido a luz que me guiou para o caminho das letras, minha primeira e mais importante professora, por ser inspiração, incentivo, colo, ouvidos e abrigo. Luiza, minha irmã, que também me ensina todos os dias sobre coragem, persistência, carisma, autenticidade e firmeza. Ao Jonas, meu companheiro, que foi tão compreensivo frente às minhas ausências, a falta de tempo, as oscilações de humor, as dores nas costas e os livros espalhados pela casa: obrigada por ser tão amoroso, cuidadoso e parceiro. Vocês são os amores da minha vida!

Agradeço àqueles e àquelas que foram meus professores e professoras durante a graduação na UFSJ e no Programa de Mestrado em Letras pela competência e seriedade com as quais conduziram a minha formação. Em especial ao professor Cláudio Márcio do Carmo, que foi meu orientador durante a Iniciação Científica e participou como avaliador do meu seminário de qualificação, pelas contribuições valiosas em minha trajetória acadêmica.

Aos colegas que também se desafiaram iniciando o mestrado durante a pandemia. Apesar do pouco contato físico, pudemos trocar experiências, dividir medos e inseguranças e torcer uns pelos outros durante esses dois anos.

A todos os meus amigos, em especial Laura, Érica, Alice, André, Virgílio e Larissa, pelas conversas, momentos de descontração e carinho, sem os quais eu não teria conseguido concluir este trabalho.

À banca avaliadora desta dissertação, pela disposição em fazer uma leitura atenta, pelas críticas construtivas e intervenções criteriosas na elaboração da versão final do texto.

À FAPEMIG, agência de financiamento, que permitiu que eu me dedicasse com dignidade e exclusividade a esta pesquisa.

Obrigada!

## RESUMO

A pesquisa tem como objeto as representações construídas a favor da educação domiciliar em dois debates ocorridos na Câmara dos Deputados durante o trâmite legislativo para regulamentação da modalidade no Brasil, e em *posts* no Instagram retirados de páginas que defendem o tema. O objetivo é identificar quais são os discursos articulados e legitimados nos dois gêneros discursivos e verificar se há convergências ou divergências entre eles. De modo mais específico, buscamos traçar um breve histórico da educação realizada em ambiente doméstico no Brasil; analisar a articulação entre gêneros, discursos e estilos para compreender, aos moldes da pesquisa discursiva crítica de Fairclough (2003; 2016), e comparar os processos de representação da educação domiciliar nos debates ocorridos na Câmara dos Deputados e nos *posts* no Instagram; examinar a articulação do discurso neoliberal e do discurso neoconservador nos textos e suas implicações. Nossa metodologia e análise estão ancoradas na Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003; 2016), a partir da qual utilizamos as categorias de intertextualidade, interdiscursividade e declarações avaliativas. Após investigação, identificou-se que a educação domiciliar é representada de maneiras diferentes nos dois gêneros discursivos, uma vez que o discurso neoliberal é articulado em ambos, enquanto o discurso neoconservador fica evidente de maneira incisiva nos *posts*, o que, por consequência, evidencia diferentes formas de ação e identificação nos textos. Assim, concluiu-se, através da análise linguístico-discursiva, que a defesa da educação domiciliar, como parte de um processo de mudança social, não só legitima o discurso neoliberal hegemônico, mas também tem potencial para reforçar discriminações e desigualdades, principalmente em relação às mulheres e à população LGBTQIA+.

**Palavras-chave:** Educação domiciliar. Análise Crítica do Discurso. Discurso neoliberal; Discurso neoconservador.

## ABSTRACT

The research has as its object the representations constructed in favor of homeschooling in two debates that took place in the Chamber of Deputies during the legislative procedure for regulating the modality in Brazil, and in Instagram posts taken from pages that defend the theme. The objective is to identify which are the articulated and legitimized discourses in the two discursive genres and to verify if there are convergences or divergences between them. More specifically, we seek to outline a brief history of education carried out in a domestic environment in Brazil; analyze the articulation between genres, discourses and styles to understand, along the lines of Fairclough's (2003; 2016) critical discursive research and compare the processes of representation of homeschooling in the debates that took place in the Chamber of Deputies and in the posts on Instagram; examine the articulation of neoliberal and neoconservative discourse in the texts and their social implications. Our methodology and analysis are anchored in Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2003; 2016), from which we use the categories of intertextuality, interdiscursivity and evaluative statements. After investigation, it was identified that home education is represented in different ways in the two discursive genres, since the neoliberal discourse is articulated in both, but the neoconservative discourse is evident only in the posts, which, consequently, shows different forms of action and identification in the texts. Thus, it was concluded, through the linguistic-discursive analysis, that the defense of homeschooling as part of a process of social change, not only legitimizes the hegemonic neoliberal discourse, but also has the potential to reinforce discrimination and inequalities, mainly in relation to women and the LGBTQIA+ population.

**Keywords:** Homeschooling. Critical Discourse Analysis. Neoliberal Discourse. Neoconservative Discourse.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACD</b>	Análise Crítica do Discurso
<b>ANED</b>	Associação Nacional de Educação Domiciliar
<b>CCJ</b>	Comissão de Constituição e Justiça
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CONSED</b>	Conselho Nacional de Secretários de Educação
<b>ED</b>	Educação Domiciliar
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>ESH</b>	Escola Sem Homofobia
<b>FAPEMIG</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>LGBTQIA+</b>	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexuais, e demais orientações sexuais e identidades de gênero
<b>LSF</b>	Linguística Sistêmico-Funcional
<b>MBL</b>	Movimento Brasil Livre
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PISA</b>	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
<b>PL</b>	Projeto de Lei
<b>PME</b>	Plano Municipal de Educação
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>SIMEDUC</b>	Simpósio de Educação Domiciliar
<b>SINEPE-DF</b>	Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>UBES</b>	União Brasileira dos Estudantes
<b>UFSJ</b>	Universidade Federal de São João del-Rei
<b>Undime-PR</b>	União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projetos de Lei sobre educação domiciliar (1994-2019). .....	23
Quadro 2 – Recontextualização da LSF em Fairclough (1992).....	43
Quadro 3 - Recontextualização da LSF em Fairclough (2003). .....	45
Quadro 4 – Os quatro tipos de interação.....	50
Quadro 5 – Debates sobre ED ocorridos na Câmara dos Deputados de 01/04/2021 a 31/05/2021. .....	61
Quadro 6 – Intertextualidade. ....	90
Quadro 7 – Interdiscursividade. ....	118

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Post 1</i> – Pir issi qui i himischilling nin i iprividi.....	82
Figura 2 – <i>Post 2</i> – Pessoas normais querem proibir o uso de linguagem neutra.....	84
Figura 3 – <i>Post 3</i> – Feliz dia da mulher. ....	87
Figura 4 – <i>Post 4</i> – Preconceito derrota a liberdade. ....	95
Figura 5 – <i>Post 5</i> – Parceiro Clube ANED. ....	98
Figura 6 – <i>Post 6</i> – Atividades maravilhosas para ensinar a escrever bem. ....	99
Figura 7 – <i>Post 7</i> – O Burger King não faz bem. ....	108
Figura 8 – <i>Post 8</i> – Beba café! Você consegue dormir quando morrer. ....	113

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
<b>1. EDUCAÇÃO DOMICILIAR E SEUS MO(VI)MENTOS.....</b>	<b>19</b>
1.1 Do Brasil de oitocentos ao governo Bolsonaro: notas sobre a educação realizada na casa.....	19
1.2 Neoliberalismo, neoconservadorismo e suas relações com a educação domiciliar.....	28
<b>2. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....</b>	<b>41</b>
2.1. Do discurso como prática social até o discurso como um dos momentos da prática social: percurso teórico.....	41
2.2 Significado acional: gêneros.....	46
2.2.1 <i>Análise de gêneros individuais</i> .....	48
2.2.2 <i>Intertextualidade</i> .....	51
2.3 Significado representacional: discursos.....	52
2.3.1 <i>Interdiscursividade: vocabulário e relações semânticas</i> .....	53
2.4 Significado identificacional: estilos.....	56
2.4.1 <i>Avaliação</i> .....	57
<b>3. EDUCAÇÃO DOMICILIAR E(M) DISCURSO: UMA ANÁLISE DE DEBATES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DE POSTS NO INSTAGRAM.....</b>	<b>59</b>
3.1 Sobre a construção do <i>corpus</i> e a metodologia.....	59
3.1.1 <i>Os debates</i> .....	65
3.1.2 <i>Os posts</i> .....	66
3.2 Gêneros: modos de agir.....	67
3.2.1 <i>O gênero “post no Instagram”</i> .....	68
3.2.1.1 Atividade.....	68
3.2.1.2 Relações sociais.....	71
3.2.1.3 Tecnologia de Comunicação.....	73
3.2.2 <i>O gênero “debate na Câmara dos Deputados”</i> .....	74
3.2.2.1 Atividade.....	74
3.2.2.2 Relações sociais.....	74
3.2.2.3 Tecnologia de Comunicação.....	75
3.2.3 <i>Intertextualidade</i> .....	76
3.2.3.1 Intertextualidade nos debates.....	77
3.2.3.2 Intertextualidade nos posts.....	81
3.3 Discursos: modos de representar.....	91
3.3.1 <i>Interdiscursividade</i> .....	91
3.3.1.1 Discurso neoliberal.....	91

3.3.1.1.1 <i>Liberdade individual</i> .....	92
3.3.1.1.2 <i>Empreendedorização</i> .....	97
3.3.1.1.3 <i>Competitividade</i> .....	103
3.3.1.2 <i>Discurso neoconservador</i> .....	106
3.3.1.2.1 <i>LGBTQIA+</i> .....	108
3.3.1.2.2 <i>Mulheres</i> .....	114
<b>3.4 Estilos: modos de ser</b> .....	<b>120</b>
3.4.1 <i>Avaliações nos posts</i> .....	121
3.4.2 <i>Avaliações nos debates</i> .....	124
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>143</b>

## INTRODUÇÃO

A educação domiciliar (ED), também conhecida como *homeschooling*, é uma modalidade de ensino na qual os alunos da educação básica não frequentam nenhuma instituição escolar, seja ela pública ou privada. Dessa forma, o ensino é realizado em casa, geralmente sob a responsabilidade dos pais. De acordo com a cartilha sobre ED lançada pelo Ministério da Educação em 2021,<sup>1</sup> existem cerca de 17 mil famílias *homeschoolers* no Brasil, o que equivale a aproximadamente 35 mil crianças e adolescentes inseridos nessa modalidade de ensino – uma porção reduzida em relação à população brasileira em idade escolar. No entanto, a ANED (Associação Nacional de Educação Domiciliar) afirma em seu *site* oficial<sup>2</sup> que o número de famílias adeptas à ED cresce em ritmo acelerado, aumentando em uma taxa de 55% ao ano. Além disso, pode-se presumir que os números estão subestimados, visto que a ED ainda não é uma modalidade regulamentada no Brasil; portanto, muitas dessas famílias a praticam de maneira ilegal<sup>3</sup> e podem sofrer multas, sanções e processos, o que dificulta a adesão às pesquisas e, conseqüentemente, não são representação exata do número de famílias nessas estatísticas.

A educação realizada em casa é regulamentada em diversos países, como Estados Unidos, África do Sul, Rússia, Reino Unido, Canadá, Austrália e França (LIMA; SANTOS, 2016). Por outro lado, no Brasil, deixar de matricular crianças e adolescentes em idade escolar em instituições formais de ensino configura crime de abandono intelectual, conforme o Artigo 246 do Código Penal. Porém, nos últimos anos, o movimento pela legalização da ED tem crescido em nosso país e, por conseguinte, gerado discussões, argumentações e controvérsias nos âmbitos educacionais, acadêmicos, midiáticos e legislativos.

Dentre a diversidade de argumentos utilizados para defender a ED no Brasil, é possível observar que, de alguma forma, a maioria das alegações estão ligadas a uma insatisfação com a escola pública e/ou privada que, para o grupo defensor da modalidade domiciliar, pode representar: baixa qualidade do ensino; falta de atenção às necessidades individuais dos alunos; violência, drogas, *bullying* e sexualização precoce “promovidos” pela instituição e a

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao\\_informacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar\\_V1.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao_informacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar_V1.pdf). Acesso em: 16 mai. 2022.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/ed-no-brasil>. Acesso em: 16 mai. 2022.

<sup>3</sup> Nem todas as famílias praticam a ED de maneira ilegal, algumas possuem autorização judicial.

“doutrinação ideológica” dos estudantes através da ação dos professores. A aderência à ED também pode ser mobilizada por questionamentos à compulsoriedade escolar; à dificuldade de famílias expatriadas ou nômades acessarem/permanecerem na escola; à incapacidade do sistema de ensino de lidar com a disciplina; a questões morais e/ou religiosas; ou, ainda, por princípios ligados às teorias da desescolarização (RIBEIRO, 2021; VASCONCELOS, 2021).

Por outro lado, também observamos uma argumentação contrária à ED, pautada nos avanços sociais proporcionados pela democratização do acesso à escola nos últimos séculos; na preocupação com a socialização das crianças e adolescentes que poderá ficar comprometida caso não frequentem a escola; em questões legais e jurídicas que impedem o exercício da ED e asseguram o direito da criança e do adolescente frequentarem a escola; na desvalorização docente que poderá ser acentuada com a regulamentação da modalidade; além de outras justificativas pedagógicas.

Mesmo diante desse embate entre apoiadores e opositores, a regulamentação da modalidade tornou-se pauta legislativa prioritária para os primeiros cem dias de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2021, a **única** relacionada à educação. Apesar de ser um assunto principalmente educacional, o Ministério que apresentou o texto e se responsabilizou pela proposta foi o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos que, na época, tinha Damares Alves como titular. Em razão disso, muitos setores da mídia nomearam a pauta prioritária da ED como “pauta de costumes” e não como “pauta de educação”. A denominação “agenda de costumes” ou “pautas de costumes” foi, desde o início do governo Bolsonaro, usada pela mídia para se referir ao conjunto de projetos ligados à moralidade tradicional e às práticas geralmente sustentadas por discursos conservadores, como aqueles ligados à flexibilização da posse e porte de armas, o estatuto do nascituro<sup>4</sup> e o voto impresso.

Nesse ínterim, o projeto de lei nº 3179/2012,<sup>5</sup> de autoria do deputado Lincoln Portela (PL-MG), avançou na Câmara dos Deputados, com o objetivo de acrescentar um parágrafo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, para deliberar sobre a oferta de ED na educação básica. Para discuti-lo, a relatora dos projetos de lei sobre o tema, Luísa Canziani

---

<sup>4</sup> O “estatuto do nascituro” é um projeto de lei que tramita desde 2007 e tem por objetivo criminalizar o aborto, inclusive nas três situações em que, atualmente, ele é permitido pela lei: em casos de violência sexual, risco de morte para a gestante ou em casos em que o feto tenha anencefalia. Em 2022, o projeto voltou a ganhar força no Congresso Nacional e foi para a votação. No entanto, a votação não chegou a ocorrer porque as sessões da Comissão foram conturbadas e envolveram agressões físicas e verbais entre apoiadores e opositores do tema.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node01x3h0f4ou68vb1o0ku6oeyhntq15626421.node0?codteor=963755&filename=PL+3179/2012](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01x3h0f4ou68vb1o0ku6oeyhntq15626421.node0?codteor=963755&filename=PL+3179/2012). Acesso em: 24 abr. 2021.

(PTB-PR), propôs um ciclo de debates com a participação de representantes do governo federal, representantes de entidades nacionais, estaduais e municipais de educação, bem como de associações pró-ED e de famílias praticantes. A partir desses debates, a relatora produziu o texto-base do projeto que regulamenta a ED, que até maio de 2022 já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e seria enviado ao Senado.<sup>6</sup>

Em consonância aos trâmites nas instâncias legislativas, o tema da ED também ganhou palco na mídia, nas pesquisas do *Google* e nas plataformas online. De acordo com a ferramenta *Google Trends*,<sup>7</sup> nos últimos 5 anos, o interesse de pesquisa sobre ED no Brasil teve seu ponto mais alto entre abril e maio de 2021 — justamente no mesmo período em que ocorriam os debates na Câmara dos Deputados. As redes sociais, por seu caráter de “esfera pública virtual” (MARQUES, 2006), também abrigaram discussões sobre o tema, visto que é comum que os usuários comentem, critiquem, ironizem e argumentem em seus perfis sobre os assuntos hodiernos, transformando as plataformas online em ambientes discursivos e democráticos em certa medida, no entanto “mais eficazes como espaço destinado à formação complementar de opiniões do que como espaço decisório por excelência” (MARQUES, 2006, p. 164).

Assim, consideramos que este é um tema de relevância social, visto que esteve em posição de primazia legislativa no último governo e vem ganhando adeptos e interessados nos últimos anos. Além disso, por se tratar de uma nova modalidade de ensino no que diz respeito às condições atuais de ensino brasileiro, é um assunto que reverbera não só em questões educacionais de modo geral, mas em muitas outras esferas da vida social, tangenciando, ainda, questionamentos sobre o papel dos professores e professoras e sobre o papel da família e do Estado na formação cidadã.

É preciso deixar explícito que desenvolvo esta pesquisa do meu lugar social de professora e, na atual circunstância, também aluna da universidade pública. Portanto, em muitos momentos o meu posicionamento pessoal ficará explícito na escrita, visto que a Análise Crítica do Discurso, teoria na qual ancore estas análises, não só permite esse posicionamento como muitas vezes o exige enquanto forma de engajamento. Também é importante citar que a minha inquietação diante do tema, que serviu como ponto de partida para investigá-lo, foi, em um

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/877647-camara-aprova-projeto-que-permite-a-educacao-dos-filhos-em-casa-proposta-vai-ao-senado>. Acesso em: 23 mai. 2022.

<sup>7</sup> Gráfico disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=today%205-y&geo=BR&q=homeschooling,educa%C3%A7%C3%A3o%20domiciliar,ensino%20domiciliar#TIMESERIES>. Acesso em: 11 ago. 2021.



primeiro momento, a preocupação diante da prioridade dada à ED pelos representantes do poder executivo entre 2018 e 2022, em contraste com o desprezo e a desconfiança em relação à educação pública, do ensino básico até as universidades, incitadas também por representantes do mesmo governo.

Iniciamos uma imersão neste tema, através da leitura de artigos científicos, notícias e do acompanhamento dos debates que ocorriam na Câmara dos Deputados e dos principais perfis sobre o assunto nas redes sociais. A partir daí, tivemos algumas impressões que nos levaram a estruturar os objetivos desta pesquisa.

Constatamos que, apesar de estarem crescendo nos últimos anos, as pesquisas acadêmicas sobre ED ainda são incipientes no Brasil. Um estudo de Vasconcelos e Kloh (2020) mapeou teses e dissertações sobre o assunto, defendidas entre 2010 e 2019, e concluiu que as produções aumentaram a partir de 2014, fato que, segundo as autoras, foi incitado pela exposição midiática do tema e pelo aumento dos projetos de lei que viabilizaram a possibilidade de regulamentação. O estudo ainda mostra que as pesquisas são realizadas, em sua maioria, nas áreas de direito, educação e psicologia e têm objetos em comum, os quais as pesquisadoras dividem em seis grupos: questões legais e jurídicas; motivações que levam à prática do *homeschooling*; prática de ED realizada por determinada família (estudos de caso/etnografia); abordagem do pensamento teórico de ensaístas sobre o tema e as tensões dessas ideologias na sociedade atual; ED sob o aspecto econômico, confrontando Estado, capital e mercado; ED sob a ótica de professores (VASCONCELOS; KLOH, 2020).

A presente pesquisa busca, em primeiro lugar, ocupar um nicho que, aparentemente, foi pouco explorado, visto que nosso objeto de estudo são os textos favoráveis à ED, com foco na materialidade linguística, e o objetivo geral é analisar e comparar o teor linguístico e social em dois gêneros discursivos distintos e, por outro lado, quais são os possíveis efeitos sociais desses textos.

Além disso, em nossas observações, depreendemos outros dois pontos: o primeiro ponto é a constatação de que uma parcela considerável dos trabalhos científicos já realizados sobre este assunto associava a ED ao neoliberalismo (OLIVEIRA; BARBOSA, 2017; PESSOA, 2019; LOCKMANN, 2020; GRÖHS; ANTÔNIO, 2021) e ao conservadorismo (FO; FRANCO, 2019; CECHETTI; TEDESCO, 2020; ANDRADE, 2021). Portanto, a partir dessas constatações, decidimos focar nossas investigações na possível articulação de dois discursos

específicos na defesa da ED: o discurso neoliberal e o discurso neoconservador, como explicaremos adiante.

O segundo ponto observado, que constitui a hipótese desta pesquisa, é que a ED poderia ser representada de formas bastante particulares em diferentes gêneros discursivos. Esta hipótese surgiu com base em um exame preliminar e superficial das falas apresentadas em defesa da ED nos debates e de algumas páginas do *Instagram* que têm a divulgação da modalidade de ensino como tema principal. Nessa primeira observação, identificamos nas páginas do *Instagram* a articulação de discursos conservadores, por exemplo, em *posts* que defendiam o papel “tradicional” da mulher na sociedade ou reagindo negativamente às pautas LGBTQIA+. Esses discursos não estavam explícitos nos debates ocorridos na Câmara dos Deputados, onde a modalidade de ensino é defendida sob o principal argumento de que as famílias devem poder exercer o seu direito à liberdade de educar os seus filhos da maneira que considerarem mais adequada.

Portanto, entendemos que as representações feitas sobre o tema nos debates poderiam favorecer a regulamentação da modalidade de ensino, uma vez que elas se apegam em um valor central das sociedades contemporâneas: a liberdade. Por outro lado, as representações construídas nos *posts* no *Instagram* parecem ser, pelo menos em uma análise superficial, atravessadas por discursos que subjagam grupos sociais específicos, o que indicaria uma consequência temível resultante da regulamentação da ED. Foi a partir da percepção desse problema que emergiu o interesse de realização desta pesquisa.

Esta pesquisa pretende tomar a tarefa de analisar, com base nos fundamentos da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), as representações construídas a favor da ED em debates ocorridos na Câmara dos Deputados em comparação a *posts* no *Instagram* que tenham a ED como tema. Diante de tais prerrogativas, esta pesquisa é orientada pelas seguintes perguntas: na defesa da ED, em que medida os discursos neoliberal e neoconservador são articulados nos debates da Câmara dos Deputados e em *posts* no *Instagram*? Que convergências e/ou divergências há entre eles?

Assim, de modo mais específico, definimos como objetivos deste trabalho: (1) analisar a articulação entre gêneros, discursos e estilos para compreender e comparar os processos de representação da ED nos debates na Câmara dos Deputados e nos *posts* no *Instagram*; (2) verificar se há disparidade nas representações discursivas da ED nos debates da Câmara dos Deputados e nos *posts* no *Instagram*; (3) examinar a articulação do discurso neoliberal e do

discurso neoconservador nos textos enunciados nos debates na Câmara e nos *posts* no *Instagram* e(m) suas implicações. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada não só na abordagem teórica da ACD, mas também no método proposto por ela.

De acordo com Resende (2012, p. 107), a abordagem da ACD tem o objetivo de “apontar os efeitos sociais de textos e os efeitos das práticas sociais sobre a formulação de textos, por meio de análise discursiva textualmente orientada”. Assim, consideramos que a pesquisa é adequada à lógica da ACD, mais especificamente à abordagem de Fairclough (2003, 2016), uma vez que propomos a análise da materialidade linguística em duas práticas sociais distintas, com a finalidade de examinar o aspecto discursivo (através dos gêneros, discursos e estilos), em sua relação com a “ação e interação, as relações sociais, as pessoas (com suas crenças, atitudes, histórias etc.) e o mundo material” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25, tradução nossa<sup>8</sup>).

Nossa análise será feita a partir da análise de um *corpus* subdividido em dois: a primeira subdivisão é composta por falas favoráveis à ED, que foram proferidas em dois debates ocorridos na Câmara dos Deputados no mês de abril de 2021. A segunda é composta por oito *posts* feitos pelas páginas *ANED Brasil*, *SIMEDUC Oficial* e *Homeschooling Brasil* no *Instagram* (a metodologia para construção do *corpus* será detalhada na seção 3.1).

Considera-se que analisar os debates é relevante para a pesquisa, pois eles consistem em um gênero primordialmente deliberativo, ou seja, diretamente relacionado à tomada de ação. De acordo com Fairclough e Fairclough (2021, p. 2, tradução nossa<sup>9</sup>), é importante voltar a análise textual para “a forma como representações particulares (discursos) podem dar aos agentes razões para ação, e como isto, por sua vez, pode servir a interesses particulares de poder”. Portanto, neste caso, consideramos que o gênero “debate na Câmara dos Deputados” está diretamente relacionado à definição jurídico-normativa em relação à ED.

Por outro lado, também é importante levar em consideração as manifestações sobre o tema nas mídias sociais, levando em conta o potencial que essas plataformas têm, na contemporaneidade, de influenciar a opinião pública. Conforme Silveira (2015, p. 215), a internet “aumenta o poder de quem se propõe articular suas ideias e realizar conversações” e,

---

<sup>8</sup> No original: “Action and interaction; Social relations; Persons (with beliefs, attitudes, histories etc.); The material world; Discourse; [...]”.

<sup>9</sup> No original: “[...] the way in which particular representations (discourses) can give agents reasons for action, and how this in turn can serve particular power interests”.

em vista disso, examinar os discursos articulados na defesa da ED nesse âmbito também é relevante para compreendermos o tema na atual conjuntura social brasileira.

O texto desta dissertação será dividido em três capítulos. O primeiro trata sobre a ED no contexto brasileiro e seus principais fundamentos. Para isso, ele foi dividido em duas seções: primeiramente, apresentamos um histórico da ED no Brasil, desde o século XIX até os dias atuais, tomando como referência os estudos de Vasconcelos (2004, 2021), Pessoa (2019) e Cury (2021), a partir dos quais faremos uma revisão bibliográfica. Essa seção visa esboçar a mudança social corrente, partindo de um momento histórico em que a educação doméstica era o principal meio educacional no Brasil, devido ao baixo número de escolas disponíveis no território e a dificuldade de acessá-las, passando por outro momento em que a escola pública foi tida como a instituição educacional hegemônica, e caminhando para um terceiro momento, no qual entendemos que há certa desconfiança em relação à qualidade e à “neutralidade” do ensino escolar, especialmente o ensino público, em contraste à valorização das práticas educacionais privadas, dentre as quais incluímos a ED, tidas como mais confiáveis, eficientes e produtivas.

A segunda seção, por sua vez, busca traçar a relação já apontada por outros estudos entre os fundamentos da ED na atual conjuntura com os princípios do neoliberalismo e do neoconservadorismo, com base, principalmente, nos postulados de Brown (2019), Harvey (2014) e Lacerda (2019), dando foco aos aspectos discursivos de tais racionalidades.

O segundo capítulo é dedicado à ACD. Nele, discutimos o modelo de análise proposto, seu caráter interdisciplinar e a sua natureza emancipatória, ancorando-nos nas premissas de Fairclough (2003, 2016); Chouliaraki e Fairclough (1999) e Resende e Ramalho (2006). Nesse capítulo, traçaremos um breve percurso da teoria e, em seguida, apresentaremos as categorias que serão utilizadas na análise do *corpus* e com quais objetivos.

No terceiro capítulo, apresentamos nossas análises, que serão divididas de acordo com os três tipos de significado propostos por Fairclough – acional, representacional e identificacional. Em relação ao primeiro significado, trataremos dos gêneros “debate na Câmara dos Deputados” e “*post* no *Instagram*” com foco nas maneiras de agir através desses gêneros e das relações intertextuais próprias de cada um. No que diz respeito ao significado representacional, trataremos das representações favoráveis à ED a partir da articulação dos discursos neoliberal e neoconservador no *corpus*. Para o significado identificacional, tratamos das avaliações como meios através dos quais os autores estabelecem seu estilo e se posicionam,

interpelando os leitores para que se identifiquem nos textos e criem identificações para outras pessoas e grupos. Por último, faremos as considerações finais.

## 1. EDUCAÇÃO DOMICILIAR E SEUS MO(VI)MENTOS<sup>10</sup>

### 1.1 Do Brasil de Oitocentos ao governo Bolsonaro: notas sobre a educação realizada na casa<sup>11</sup>

*“Pra que amanhã não seja só um ontem  
Com um novo nome”*

Emicida

Nos últimos anos, as discussões sobre educação domiciliar ganharam espaço na mídia, nas pesquisas acadêmicas e nas instâncias legislativas. No entanto, a educação *na casa* não é uma novidade no Brasil, ela apenas foi se transformando com o passar do tempo. Para traçarmos um breve panorama de como a educação era realizada em âmbito doméstico a partir do século XIX no país, tomamos como referências principais os estudos de Vasconcelos (2004; 2021), Pessoa (2019) e Cury (2021).

Vasconcelos (2004) realizou uma pesquisa detalhada sobre a educação doméstica no Brasil de Oitocentos, com base em documentos, jornais, relatos, estatísticas, cartas, diários e obras de ficção da época. O estudo demonstra que a educação realizada em casa, que antes era um privilégio de príncipes e nobres, tornou-se uma prática muito comum entre as elites do século XIX – aristocracia, ricos comerciantes e funcionários do governo – que desejavam uma educação “esmerada” para seus filhos e viam “na instrução, a definição de sua própria identidade, a afirmação de sua civilidade e de seus espaços de dominação” (VASCONCELOS 2004, p. 13).

Nesse período, as escolas ainda não eram suficientes para atender todo o público alfabetizado e os membros da elite que seriam potenciais consumidores de materiais impressos. Portanto, as famílias mais ricas optavam por educar seus filhos em casa, e, para isso, contratavam os “mestres das casas”: professores particulares, padres, parentes ou preceptoras (mulheres estrangeiras que se mudavam para as casas dos aprendizes), aos quais os pais

---

<sup>10</sup> O título deste capítulo faz referência à obra de Vasconcelos (2021): “Educação domiciliar no Brasil: mo(vi)mento em debate”, que contribuiu significativamente para esta pesquisa.

<sup>11</sup> Adotamos aqui a expressão “educação *na casa*”, utilizada por Vasconcelos (2017, p. 123), que explica que essa denominação “refere à sua equiparação/inversão à ‘educação *na escola*’, cuja subjetividade é diferente da abrangida por ‘educação *em casa*’, ou seja, essa prática é exposta como educação formal realizada na própria casa do aluno”.

delegavam a educação de seus filhos de acordo com as determinações estabelecidas pela família. Segundo a autora:

Os agentes da educação doméstica, ou seja, aqueles nomeados durante este estudo como os mestres das casas, possuíam formação variada, que ia desde a simples alfabetização, também doméstica, a párocos e professores brasileiros e estrangeiros, por vezes, bastante especializados naquilo que iriam ministrar: piano, canto, dança, línguas, filosofia etc. (VASCONCELOS, 2004, p. 297).

O estudo de Vasconcelos (2004) constata que a educação doméstica era consolidada no início do século XIX, sendo a principal modalidade de ensino entre as elites brasileiras, realizada por agentes especializados e resguardada pela legislação. Além disso, era uma prática que conferia certo *status* e poder social à família, uma vez que neste período o conhecimento passa a integrar “o estatuto de qualidades necessárias àqueles destinados à condução dos demais” (VASCONCELOS, 2004, p. 25). Ou seja, a educação doméstica configurava uma prática para assegurar a manutenção das assimetrias sociais.

Na segunda metade do século XIX, a educação institucionalizada – pública e privada – começa a se expandir significativamente no Brasil, mas, ainda segundo Vasconcelos (2004, p. 274), “a essência permanece a mesma, ampliando-se, em termos de acesso, apenas aquilo que não ameaçava o lugar dos privilegiados”. Nesse contexto, a educação doméstica continuou sendo bastante praticada, e a existência simultânea entre duas modalidades de ensino consolidadas passou a desencadear debates, que eram registrados nos periódicos da época, e demonstravam a polêmica acerca da legitimidade do Estado para oferecer a educação, as inseguranças sobre a adequação dos espaços Casa e Escola, bem como questões sobre a preparação e fiscalização dos mestres. Na época, a resistência à instituição escolar estava relacionada à falta de hábito com o ensino fora de casa, à dificuldade de deslocamento e ao temor dos pais em matricular seus filhos nas escolas, “por preconceito, questões de saúde, emulação ou disciplina, mas também pela representação existente de que a educação na Casa afirmava um estatuto de diferenciação social” (VASCONCELOS, 2004, p. 267).

Entretanto, no final dos Oitocentos, algumas determinações legais passaram a buscar a unificação e fiscalização dos conteúdos e métodos de ensino. Em um primeiro momento, as elites resistiram com facilidade a essas resoluções, visto que o território brasileiro é extenso e a população era dispersa, o que dificultava a inspeção e controle por parte do governo central. No entanto, com o passar do tempo, em um movimento lento e oscilatório, as classes privilegiadas acabam cedendo à escolarização:

No processo de delimitação dos espaços, o Governo da Casa<sup>12</sup> vai percebendo que a escola pública estatal pode também se constituir um espaço reservado aos privilegiados, atendendo às perspectivas da elite, com os encargos e as responsabilidades, como, por exemplo, a contratação e pagamento dos professores e a construção de locais adequados, sendo assumidos pelo Governo do Estado. Essa constatação vai, progressivamente, fazendo com que a Casa “renda-se” ao Estado, estabelecendo com ele negociações e deixando que ele se encarregasse da instrução ou da seleção, inspeção e fiscalização da educação, contudo, constantemente vigiando o acesso e os fins para os quais a escola estatal estava destinada. (VASCONCELOS, 2004, p. 274).

Assim, o final do século XIX e grande parte do século XX foram marcados pela ampliação e abrangência das escolas públicas e privadas e pela supremacia desse sistema. Apesar disso, durante esse período, muitos dispositivos legais ainda reconheciam a modalidade domiciliar de ensino, como demonstra um levantamento feito por Cury (2021).

Conforme o autor, a ED ou doméstica, desde a República Velha (1889) até o fim da República Populista (1964), continuou sendo praticada por algumas famílias e era reconhecida por dispositivos legais, como o Decreto de Nº 981 de 1890, as Constituições Federais de 1934, 1937 e 1946, o Plano Nacional de Educação de 1937 e as Diretrizes e Bases da Lei Nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (CURY, 2021). A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 4.024 de 1961) também versava sobre a educação doméstica em seu Artigo 2º: “A educação é direito de todos e *será dada no lar e na escola*” (BRASIL, 1961, grifo nosso).

Em 1966, durante a ditadura militar, o Parecer CFE Nº 474, que tinha por objetivo estabelecer a obrigatoriedade escolar, fez uma crítica à falta de interesse dos pais em cuidarem da educação de seus filhos e propôs, em certa medida, um vínculo entre a educação realizada no lar e uma instituição pública de ensino, como é possível observar nos seguintes parágrafos:

§ 3º: A obrigatoriedade do ensino compreende matrícula e frequência regular às aulas, exercícios e demais atividades, e será cumprida em escola primária, pública ou particular e no lar.

§ 4º: A educação realizada apenas no lar será comprovada perante a escola pública local, mediante exames anuais. (BRASIL, 1966, p. 53 *apud* CURY, 2021, p. 34).

Mesmo que essa proposta já apontasse para uma mudança no que concerne à ED e à obrigatoriedade de vínculo à instituição escolar, foi somente com a Constituição Federal de 1988 que a modalidade de ensino em casa “deixou de constar no ordenamento jurídico como um direito com provisão (*sic*) legal explícita e distinta” (CURY, 2021, p. 35).

---

<sup>12</sup> “O Governo da Casa caracterizava-se pelo governo da família e pela perspectiva de manter nela o poder de decidir sobre as questões que se relacionavam ao âmbito doméstico” (VASCONCELOS, 2004, p. 268).



No entanto, apenas seis anos após a promulgação da Constituição Federal, em 1994, um projeto de lei (PL 4657/1994) foi enviado à Câmara, a fim de novamente regulamentar o “ensino domiciliar de primeiro grau”.<sup>13</sup> O projeto – que acabou sendo arquivado no ano seguinte – é apontado por Pessoa (2019) como o primeiro projeto de lei tratando de ED conforme os moldes atuais. Segundo a autora, essa ação legislativa foi influenciada pelo movimento *homeschooling* que despontou nos Estados Unidos nos anos 1990, tendo como base filosófica alguns postulados, como os do pensador político Ivan Illich, que defende a desescolarização; os do educador John Holt, que defende a ideia de que as crianças aprendem melhor em um “ambiente de liberdade”; e outros provenientes de algumas lideranças cristãs, como Rousas Rushdoony, James Dobson e do casal adventista Raymond e Dorothy Moore (PESSOA, 2019).

Vasconcelos (2021) também conecta a emergência das demandas pela educação dos filhos em casa no início dos anos 2000 à influência dos Estados Unidos, berço da ED, que se intensificou no Brasil com a emigração internacional, principalmente de pessoas que retornavam para a região de Governador Valadares, em Minas Gerais, devido a uma crise econômica que se instalou nos Estados Unidos e atingiu o mercado secundário:

Do convívio com outros imigrantes nos EUA, muitos que emigraram com toda a família, tiveram contato com o *homeschooling* e, ao voltarem, trouxeram essa ideia e, por vezes, a própria prática já realizada, que marcara o princípio do movimento no Brasil (VASCONCELOS, 2021, p. 198).

Esse movimento específico de migração foi similarmente observado por Biavati e Siqueira (2011), que indicam que não só brasileiros retornavam dos EUA, como também norte-americanos se mudaram para Governador Valadares desde as décadas de 1950 e 1960:

Com o encurtamento das distâncias advindo de práticas globalizantes de comércio e de troca de atividade, as relações entre estadunidenses e valadarenses se estabeleceram na cidade de Governador Valadares, do estado brasileiro de Minas Gerais, quando norte-americanos estabeleceram moradia ali, visando a exploração de minérios, como mica e outros, ainda nas décadas de 1950 e 1960. (BIAVATI; SIQUEIRA, 2011, p. 129).

Assim, a partir da década de 1990 até 2019, o volume de propostas legislativas enviadas à Câmara dos Deputados que visavam a legalização da ED no Brasil teve um crescimento considerável, apresentando maior frequência a partir de 2018, como podemos observar na

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=223311>. Acesso em: 05 mai. 2022.

tabela a seguir, que foi produzida com base em uma busca feita no *site* oficial da Câmara dos Deputados, utilizando os próprios mecanismos de pesquisa que a página oferece, sobre projetos de lei relacionados à regulamentação da ED:

*Quadro 1 – Projetos de Lei sobre educação domiciliar (1994-2019).*

Ano	Projeto de Lei	Autor
1994	PL 4657/1994	João Teixeira (PL-MT)
2001	PL 6001/2001	Ricardo Izar (PTB-SP)
2002	PL 6484/2002	Osório Adriano (PFL-DF)
2003	PL 1125/2003	Ricardo Izar (PTB-SP)
2008	PL 3518/2008	Henrique Afonso (PT-AC)
2012	PL 3179/2012	Lincoln Portela (PL-MG)
2015	PL 3261/2015	Eduardo Bolsonaro (PSC-SP)
2018	PL 10185/2018	Alan Rick (DEM-AC)
2019	PL 3159/2019	Natália Bonavides (PT-RN)
2019	PL 2401/2019	Poder Executivo
2019	PL 5852/2019	Pastor Eurico (Patriotas-PE)
2019	PL 3262/2019	Chris Tonietto (PSL-RJ)
2019	PL 6188/2019	Geninho Zuliani (DEM-SP)

Fonte: Produzido pela autora.

O projeto de autoria do Deputado Lincoln Portela (PL 3179/2012) ainda está em tramitação na Câmara, e todos os outros projetos criados entre 2015 e 2019, com exceção àquele de autoria de Chris Tonietto, foram anexados a ele.<sup>14</sup> Dois debates ocorridos na Câmara sobre esse projeto e seus apensados compõem uma parte do *corpus* desta pesquisa, como veremos no Capítulo 3. Além disso, o poder executivo federal, então chefiado por Jair Messias Bolsonaro, definiu a regulamentação da ED como meta prioritária para os primeiros cem dias de governo e para as ações legislativas do ano de 2021, como já mencionamos na introdução deste trabalho.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/534328/arvore-de-apensados>. Acesso em: 09 mai. 2022.

É intrigante observar a alta frequência das propostas legislativas voltadas à ED a partir de 2018, assim como o aumento no número de famílias que reivindicam o direito de praticar a modalidade de ensino nos últimos anos e, principalmente, esta pauta ter sido colocada como prioridade para o governo brasileiro, mesmo diante de outras demandas educacionais urgentes, em especial aquelas causadas pela pandemia de COVID-19. O que fez com que esse debate fosse reacendido com tanta potência no Brasil? E em quais pontos o contexto atual se afasta ou se aproxima dos conflitos ocorridos no século XIX entre Casa e Estado no que diz respeito à educação?

A leitura de Vasconcelos (2004) evidencia que as questões educacionais no século XIX eram foco da disputa pelo poder entre a família e o Estado, mas também demonstra que era foco da luta de classes no Brasil, uma vez que a educação doméstica era sinônimo de *status* social, uma maneira de atestar a hegemonia das elites, e esse foi um dos principais motivos pelos quais as famílias se demonstraram relutantes em matricular seus filhos nas escolas emergentes. A autora demonstra, também, que existiam outros motivos que levavam à hesitação diante da escola estatal emergente, e que iam além das posições sociais e dos limites entre o público e o privado:

Isso porque se pudéssemos perscrutar os temores dos pais que, no século XIX, se viram diante da escolarização iminente, entre os principais estariam o contágio das epidemias, o medo da iniciação sexual precoce, o medo da violência e da mistura de diferenças de sexo, raça, etnias, religiões, condições financeiras etc. (VASCONCELOS, 2021, p. 212).

Assim, apreendemos que, hoje, a educação realizada no lar, apesar de ser possível apenas para famílias com melhores condições financeiras, não é mais uma luta específica das elites e nem tem como objetivo atestar *status* econômico e/ou social. Por outro lado, mesmo com o passar do tempo, muitos dos questionamentos e temores em relação à escola que despontaram no Brasil dos oitocentos se repetem nas demandas contemporâneas. Além do mais, as discussões sobre liberdade de ensino, sobre o papel da família e da escola e a contestação da obrigatoriedade da escolarização, apontadas por Vasconcelos (2004) como pautas discutidas nos periódicos no século XIX, também voltaram a ser ponderadas agora.

Os motivos que levam algumas questões do passado a se repetirem nos dias de hoje de maneira tão semelhante são múltiplos e complexos. O primeiro deles, contraditoriamente, está relacionado ao advento das novas tecnologias, à expansão do acesso à internet e a dispositivos, como computadores e telefones celulares, que permitem não só a busca por materiais de apoio para o ensino em casa, mas também a conexão entre pessoas interessadas nessa modalidade de

ensino e, conseqüentemente, o fortalecimento da rede de famílias *homeschoolers* que reivindicam a regulamentação da modalidade. Assim, ao contrário do que acontecia no século XIX – quando a educação era conduzida pelos mestres das casas, agentes especializados contratados pelas famílias –, hoje os próprios pais ou responsáveis consideram-se aptos a ministrar a aulas e a conduzir o processo educacional, encorajados pelo apoio dos conteúdos disponíveis na internet.

Em segundo lugar, da mesma forma como no século XIX o medo de epidemias e o contágio por doenças representavam um impedimento para que os pais enviassem seus filhos à escola, a pandemia da COVID-19<sup>15</sup> também foi um fator que desencadeou a divulgação da ED. O fechamento das escolas como medida de segurança contra a pandemia teve como consequência a implementação do ensino remoto emergencial que, apesar de ser bastante diferente da ED, acabou por colocar “pais e mães confrontados à tarefa de acompanhar a escolarização dos filhos no ambiente doméstico, fazendo com que pesquisas sobre o assunto fossem acessadas pela mídia, em busca de algum tipo de orientação a essas famílias” (VASCONCELOS, 2020, p. 540).

Lyra e Soares (2021, p. 135) também afirmam que “a desestruturação da forma escolar na pandemia colocou-se como oportunidade para os partidários dessa causa recolocarem a educação não-escolar na agenda política”. Ainda de acordo com os autores,

A pandemia colocou em xeque aquilo que muitas vezes reclamam faz tempo. A forma escolar de educação que trata de um/a aluno/a abstrato/a, programas de ensino com estoque de conteúdos extensivos e sem significados para a vida, principalmente, para passar pela crise sanitária e os vínculos e modelos disciplinares da escola de presença física. (LYRA; SOARES, 2021, p. 118).

Entretanto, ao olhar para a pesquisa de Vasconcelos (2004), há um ponto de divergência que nos chama mais a atenção: se no século XIX, como apontou a autora, a essência da instituição escolar “não ameaçava o lugar dos privilegiados”, durante o final do século XX e início do século XXI, ela passou por algumas mudanças, se transformando em um espaço mais democrático e plural, o que pode ter impulsionado o retorno da ED para o centro das discussões. Segundo Ribeiro (2021):

Os impactos ocorridos no sistema educacional durante o século XX (que trouxe a diversidade brasileira para dentro das escolas), o incremento de informações

---

<sup>15</sup> É importante mencionar que, se por um lado a pandemia apresentou a algumas famílias a possibilidade de educar seus filhos em casa, por outro lado ela evidenciou a precariedade de acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na maioria dos lares brasileiros, bem como a desigualdade em relação às condições dos pais ou responsáveis realizarem o acompanhamento e o auxílio à aprendizagem.

circulando livremente ainda mais com as novas mídias eletrônicas, as reivindicações por mais direitos, as políticas igualitaristas que foram implementadas pelos governos, as mudanças de valores intergeracionais, todas essas inovações, assustaram muito as famílias conservadoras brasileiras e, algumas, encontraram como saída para suas temeridades a educação domiciliar. (RIBEIRO, 2021, p. 264-265).

Diante disso, o autor faz uma aproximação entre a forma de pensar dos pais educadores e as premissas dos principais pensadores do Conservadorismo, como Michael Oakeshott, Edmund Burke e Roger Scruton, que defendiam a propriedade privada, os costumes e regras tradicionais e os valores morais e religiosos – que vão ditar suas condutas e suas percepções do que é um código social “correto” ou um “tipo ideal de pessoa” (RIBEIRO, 2021, p. 274).

Outras pesquisas também apontam a relação entre a atual expansão da ED e os ideais conservadores, compartilhados não só por algumas famílias brasileiras, mas também por outras organizações. Cechetti e Tedesco (2020), por exemplo, apontam que partidos, instituições e líderes religiosos engajados ao movimento neoconservador, bem como perspectivas religiosas fundamentalistas, estão ligados à ascensão da ED. Ao passo que Fo e Franco (2019) indicam que a “ideologia de gênese”,<sup>16</sup> uma ideologia conservadora, constitui o cerne da defesa da modalidade de ensino no Brasil. Enquanto Andrade (2021, p. 347) alega que a ED de matriz religiosa busca conectar a educação “ao ensino de bons costumes, da moralidade e da religião em um sistema fechado”.

Por outro lado, existe um número significativo de pesquisas que associam a ED ao neoliberalismo. Exemplos são os trabalhos de: Pessoa (2019), que afirma que as políticas neoliberais favorecem a ED, uma vez que valorizam iniciativas individuais e, ao mesmo tempo, fragilizam alternativas sociais e instituições públicas; Oliveira e Barbosa (2017), que estabelecem uma relação entre o posicionamento favorável ao *homeschooling* e as questões formuladas pelos teóricos neoliberais, que eram contrários a um único sistema de educação e rejeitavam a educação compulsória; Lockmann (2020), que concatena a ED a dois princípios neoliberais específicos: a liberdade individual e a responsabilização dos sujeitos; e Gröhs e Antônio (2021), que reiteram que os princípios neoliberais influenciam o movimento pró-ED, pois mobilizam questões acerca do direito à liberdade de escolha e fundamentam a busca dos pais educadores pela maior eficiência do ensino e maior atenção aos interesses individuais.

---

<sup>16</sup> Esta ideologia tem como *leitmotiv* o axioma “Deus criou macho e fêmea” e associa-se à sofismática concepção de “ideologia de gênero” e à beligerante renitência aos diálogos e estudos acadêmicos e escolares que visam a igualdade de gênero, procurando instituir uma guerra santa entre as concepções bíblicas referentes à biológica, natural e sagrada família, o gênero santo e a orientação sexual imaculada; e os estudos de gênero como manifestações de forças demoníacas (FO; FRANCO, 2019, p. 299).

No entanto, apesar de parecerem perspectivas divergentes, existem estudos que indicam que neoliberalismo e neoconservadorismo não são racionalidades opostas, como aparentam ser. Pelo contrário, elas podem ser convergentes e interdependentes. Brown (2019), por exemplo, afirma que as forças políticas da nova direita combinam características das duas perspectivas:

Estas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais). (BROWN, 2019, p. 10).

O governo Bolsonaro (2019-2022) foi um exemplo dessa configuração colocada por Brown. Como afirma Silva (2021, p. 2), “a nova direita encontrou em 2018, na coalizão de forças liderada pelo então deputado Jair Bolsonaro, não apenas a sua expressão institucional, mas também a maneira pela qual foi possível converter sua hegemonia ideológica em capital político”.

Portanto, entendemos que a convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo na atual racionalidade política brasileira pode explicar o fato de a regulamentação da ED ter se tornado pauta prioritária e urgente para o governo, como explicaremos melhor a seguir. Esse amálgama neoliberal-neoconservador, somado aos fatores que citamos aqui – pandemia de COVID-19, advento das novas tecnologias e uma onda de insatisfação com a instituição escolar – foi o que fez com que a pauta da ED ganhasse tanta força nos últimos anos.

É nesse ponto de vista que ancoramos a nossa pesquisa e, diante disso, buscamos identificar como os discursos neoliberais e neoconservadores são correlacionados e articulados na defesa da ED e de que forma a linguagem sustenta relações de dominação nesse contexto. Para isso, primeiramente buscaremos esclarecer o que é o neoliberalismo e o que é o neoconservadorismo e quais são as suas implicações sociais – este é o objetivo da próxima seção.

## 1.2 Neoliberalismo, neoconservadorismo e suas relações com a educação domiciliar

*“A sociedade não existe.  
Existem homens, existem mulheres  
e existem famílias.”*

*Margareth Thatcher, 1987*

Para compreendermos o neoliberalismo em sua relação com o neoconservadorismo, primeiro devemos considerar o discurso neoliberal como um ponto forte, se não hegemônico, na configuração atual dos discursos que circulam socialmente. Além disso, buscamos investigar em que medida o discurso neoliberal se consolidou e se fortaleceu. O neoliberalismo, a princípio, consiste em uma doutrina das práticas políticas e econômicas que surgiu a partir de alguns eventos principais. O primeiro deles foi o Colóquio de Walter Lippmann, considerado por Dardot e Laval (2016, p. 73) o “registro de nascimento” do neoliberalismo: uma conferência internacional realizada em agosto de 1938 na cidade de Paris, que reuniu economistas, filósofos e funcionários públicos de diversos países, que propunham os ideais neoliberais como forma de reinvenção para o liberalismo clássico, que havia entrado em crise.

O segundo evento relevante no desenvolvimento da teoria neoliberal ocorreu em 1947: a criação da Sociedade de Mont Pelerin, uma organização internacional da qual faziam parte, dentre outros intelectuais, os filósofos Friedrich von Hayek e Karl Popper e os economistas Ludwig von Mises e Milton Friedman – considerados neoliberais fundadores. Segundo Paulani (2011), o objetivo do grupo era:

estruturar um pensamento capaz de criar o contraponto para impedir que a economia capitalista fosse regulada pelo Estado. A ideia era que qualquer intervenção do Estado, fosse direta ou por intermédio de empresas estatais, tiraria a liberdade dos indivíduos. Era preciso preservar o capitalismo como economia de mercado, com o Estado assumindo um papel mínimo. (PAULANI, 2011, p. 36).

No entanto, o pensamento desenvolvido por esses intelectuais demorou para ser incorporado às práticas políticas e econômicas dos Estados ao redor do mundo. Foi somente no final da década de 1970 e início da década de 1980 que se passou a observar a doutrina neoliberal sendo efetivamente implementada no exercício de alguns governos. A chamada *virada neoliberal* não foi estratégica, mas aconteceu como uma reação ao modelo de Estado de bem-estar social, que começava a evidenciar sintomas de esgotamento (HERMIDA; LIRA, 2018). De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 190), essa virada também foi motivada pelo

regime fordista de acumulação do capital, e significou mais do que a simples reinvenção do liberalismo clássico, como pretendiam os intelectuais fundadores. Ela significou uma alteração radical no modo de exercício do poder governamental e nas “regras de funcionamento do capitalismo”.

O primeiro país a passar pelo processo de neoliberalização foi o Chile, em 1973, após o golpe militar dado por Augusto Pinochet, que depôs o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Ao assumir o poder, Pinochet contou com o auxílio de alguns economistas da Universidade de Chicago para restabelecer a economia chilena. Conhecidos como “*Chicago Boys*”, esses economistas “reverteram as nacionalizações, privatizaram ativos públicos, liberaram recursos naturais à exploração privada e não regulada, privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros e o comércio livre” (HARVEY, 2014, p. 18).

Alguns anos mais tarde, em 1979, Margaret Thatcher foi eleita primeira-ministra da Grã-Bretanha e, em 1980, Ronald Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos: acontecimentos que representam grandes marcos da consolidação do neoliberalismo como ortodoxia econômica e social. Com o objetivo de combater a inflação e atingir o pleno emprego, esses governos foram marcados por políticas econômicas fundamentalmente neoliberais, como a desregulação dos mercados, a privatização de empresas, o aumento da competitividade internacional, a diminuição de impostos para os mais ricos, os cortes consideráveis nos investimentos sociais, a promoção da iniciativa empreendedora e os ataques ao poder sindical.

Além disso, esses governos ficaram conhecidos por ter um caráter conservador, uma vez que defendiam um Estado forte que, se por um lado não deveria intervir na economia, por outro deveria garantir a defesa nacional contra inimigos internos, o controle sobre a população, a restauração da autoridade das instituições, o resgate dos valores tradicionais familiares, a criação de situações de mercado e a formação de indivíduos adaptados às lógicas de mercado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190-191).

Assim, a partir dos governos de Thatcher e Reagan, passou-se a observar a forma do neoliberalismo realmente existente, que tem suas raízes na doutrina idealizada pelos intelectuais do colóquio de Walter Lippmann e da Sociedade Mont Pelerin, mas que adquire novos contornos em sua modalidade prática. Assim, passa-se a verificar na racionalidade neoliberal e, conseqüentemente, na construção discursiva neoliberal, a defesa da liberdade individual, das privatizações de empresas estatais e da empreendedorização dos sujeitos. Também verifica-se, de um lado, uma oposição à intervenção do Estado na economia e em outras esferas da vida social e, por outro lado, o fortalecimento do Estado para que ele garanta



a segurança nacional, cultive uma racionalidade empreendedora adequada à nova lógica econômica entre seus cidadãos, controle a população e, principalmente, seja capaz de manter a moral tradicional.

De acordo com Wendy Brown (2019), a inter-relação entre os ideais neoliberais e a moralidade tradicional é estabelecida desde às teorias neoliberais fundadoras, principalmente as de Friedrich Hayek, que considera que “o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade, da ordem e do desenvolvimento da civilização. Ambos são transmitidos por meio da tradição, e não pelo poder político” (BROWN, 2019, p. 23). Para a autora, essas ideias fundadoras serviram de base para que os governos neoliberais defendessem os valores familiares tradicionais e, a partir disso, mobilizassem o discurso da liberdade e da moralidade para atacar políticas públicas ou qualquer outra intervenção estatal que tivesse por objetivo diminuir desigualdades e exclusões ou impedir a reprodução social das hierarquias tradicionais de gênero, raça e sexo.

Brown (2019, p. 33-66) chama a atenção para outra particularidade do neoliberalismo que precisa ser explorada para que possamos entender muitos acontecimentos políticos no mundo contemporâneo: o *desmantelamento do social*. A autora argumenta que o neoliberalismo, em sua forma contemporânea, tem o objetivo de destruir o social, que ela considera ser o fundamento da democracia:

O neoliberalismo tinha o franco objetivo de desmantelar o Estado social, seja privatizando-o, seja delegando suas tarefas, seja eliminando completamente tudo o que resta de bem-estar social. Em cada caso, não é apenas a regulação e a redistribuição sociais que são rejeitadas como interferência inapropriada nos mercados ou como assaltos à liberdade. A dependência da democracia em relação à igualdade política também é alijada. (BROWN, 2019, p. 39).

Para a autora (2019), o ataque neoliberal ao campo social parte de várias frentes: epistemológicas, políticas, legais, éticas e culturais. A negação da existência da sociedade, através do discurso neoliberal, é uma delas, e pode ser exemplificada pela própria fala de Thatcher utilizada como epígrafe desta seção. Outras frentes citadas por Brown são a privatização de serviços sociais (como a seguridade social, a educação e a saúde), a contestação da igualdade entre os indivíduos em nome da liberdade individual e o ataque à justiça social em nome dos valores tradicionais.

Além disso, Brown (2019, p. 50-51) indica a empreendedorização neoliberal como uma estratégia diretamente responsável pelo desmantelamento do social, por três fatores principais: primeiro, porque a empreendedorização produz a ideia de que devemos “incrementar o valor

do capital humano”, ou seja, devemos fazer investimentos em nossa própria educação, saúde, aparência e competência para produzirmos valores econômicos, assim, acontece a produção do sujeito que Foucault denominou “uma multidão de empresas”.

Segundo, porque com a empreendedorização e o ataque aos sindicatos, os trabalhadores perdem a consciência de classe e têm seu trabalho precarizado; entram no que a autora chama de “economia do compartilhamento e da terceirização”, na qual transformam suas posses, tempo, conexões e eus em fontes de capitalização” (2019, p. 50). Brown explica que a economia do compartilhamento inclui, por exemplo, a tendência em alugar quartos de sua casa no aplicativo *Airbnb*, utilizar o seu próprio carro e dirigir para a *Uber*, ou simplesmente gerenciar uma variedade de fontes de renda de tempo parcial para sobreviver aos cortes em investimentos sociais e recessões econômicas provocadas pela nova governamentalidade.

Em terceiro lugar, a empreendedorização neoliberal também faz com que os investimentos governamentais em educação, saúde, habitação, seguridade social e cuidado com as crianças e idosos sejam reduzidos, delegando-se novamente à família a tarefa de prover todos esses serviços para seus membros. Logo, através desses três fatores, as figuras da *família* e do *indivíduo* são fortalecidas no discurso e na racionalidade neoliberal, seguindo na direção oposta à das mudanças decorrentes da modernidade tardia:

De fato, dentre as realizações neoliberais mais impressionantes estão o dismantelamento epistemológico, político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais, juntamente com o resgate tanto do indivíduo quanto da família no momento exato de sua aparente extinção. Desnaturalizadas até seu núcleo, as versões neoliberais das unidades individuais e familiares podem acabar se mostrando mais fortes do que quaisquer iterações anteriores. (BROWN, 2019, p. 51).

Portanto, diante da empreendedorização e da defesa dos valores tradicionais, consideramos que não só o individualismo como também a preservação da hegemonia da família “tradicional” passam a constituir um pilar do neoliberalismo contemporâneo.

Harvey (2005) explica que a defesa da família patriarcal tradicional é um elemento que aparece no discurso neoliberal para preencher a falta de solidariedade e a desagregação social causadas pelo desmonte neoliberal de políticas públicas no pós-guerra. Lacerda (2019) complementa esta ideia, argumentando que “o neoliberalismo demanda formas de solidariedade que não ameacem a competição e que sejam não classistas. A família não ameaça a competição” (LACERDA, 2019, p. 202).

Assim, depreendemos que o neoliberalismo, desde os anos 1980, é fundamentado não só em uma teoria econômica que tinha como principal proposta a liberdade aos mercados e aos comércios, mas também é articulado a um discurso conservador, caracterizado pela defesa dos valores tradicionais familiares e no fortalecimento da própria família tradicional. Essa conjugação foi o alicerce não só dos governos Thatcher e Reagan, como também foi implementado por outros Estados que tentavam responder a crises econômicas ao redor do mundo.

No Brasil, em comparação aos grandes centros capitalistas, a virada neoliberal ocorreu tardiamente. Ela teve início no governo de Fernando Collor, que defendia a abertura da economia brasileira para o mercado internacional, o corte dos gastos públicos e o arrocho salarial dos servidores (SADER, 2013). Após o processo de impeachment de Collor em 1992, o projeto neoliberal foi restabelecido por FHC, cujos mandatos fizeram triunfar a hegemonia neoliberal no Brasil, como explica Chauí (2013):

[...] os governos de Fernando Henrique Cardoso tornaram esse modelo hegemônico ao realizar a chamada reforma e modernização do Estado, isto é, a adoção do neoliberalismo como o princípio definidor da ação estatal (privatização dos direitos sociais, convertidos em serviços vendidos e comprados no mercado, privatização das empresas públicas, direcionamento do fundo público para o capital financeiro etc.). (CHAUI, 2013, p. 127).

Em contrapartida, os governos de Lula e Dilma que sucederam a era FHC, assim como outros governos assumidos pela esquerda na América Latina na mesma época, tomaram algumas medidas que iam na contramão do projeto neoliberal – como a priorização das políticas sociais ao invés dos ajustes fiscais – fazendo com que alguns autores considerem esses governos como “pós-neoliberais” (SADER, 2013; PECK; THEODORE; BRENNER, 2012). Por outra perspectiva, Singer (2012) defende que o Partido dos Trabalhadores, nos governos de Lula e Dilma, manteve uma postura dúbia em relação ao neoliberalismo, pois, por um lado, “manteve linhas de conduta do receituário neoliberal e, de outro, tomou decisões no sentido contrário, isto é, próprias da plataforma progressista” (SINGER, 2012, p. 118).

Já o governo de Michel Temer, instaurado após o impeachment de Dilma Rousseff, apresentava, desde o princípio, “uma feição neoliberal bastante clara” (LACERDA, 2019, p. 167), defendendo alterações na previdência social e na legislação trabalhista; propostas legislativas que acenavam para a privatização dos recursos naturais e da Petrobrás; além de um projeto permanente de limitação dos gastos públicos, principalmente com políticas sociais.

Este formato explicitamente neoliberal foi mantido no governo de Jair Bolsonaro, um governo marcado, dentre outras políticas, pela austeridade fiscal, pela reforma da previdência, pela privatização da Eletrobras e, sobretudo, pela escolha de Paulo Guedes – economista formado na Universidade de Chicago e um dos maiores representantes da ortodoxia econômica neoliberal no Brasil – como conselheiro e Ministro da Economia. No entanto, o governo de Bolsonaro tinha uma distinção daqueles que o antecederam: além de ter seu aspecto conservador acentuado, era um governo que atendia aspectos da extrema direita através de um discurso claramente antidemocrático, que culminou, inclusive, em um ato golpista no dia 08 de janeiro de 2023 no qual apoiadores do ex-presidente depredaram os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto em oposição à derrota de Bolsonaro nas urnas em outubro de 2022.

Essa relação entre neoliberalismo e antidemocracia não é uma exclusividade brasileira, mas foi observada por Brown (2019) como uma grande tendência mundial na última década. A autora argumenta que, nos últimos anos, forças de extrema direita alçaram-se nas democracias ao redor do mundo todo, fato que pode ser exemplificado com a presença neonazista no parlamento alemão, neofascista no italiano, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, dentre outros casos. A tese de Brown é que a racionalidade neoliberal abre espaço para forças antidemocráticas a partir do momento que visa dismantelar o social e o político e substituí-los pela moralidade tradicional e pelos mercados.

Para além de sua face antidemocrática, o governo Bolsonaro também era declaradamente conservador. Pode-se afirmar que o resultado das eleições de 2018, da qual Bolsonaro saiu vitorioso, representou o ápice de um forte movimento conservador que ocorria na política brasileira, pelo menos desde 2014, quando o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) afirmou que o Congresso eleito naquele ano era o mais conservador, desde 1964.<sup>17</sup> Além disso, outras situações demonstraram essa configuração, como a chegada de Eduardo Cunha – militante evangélico – à presidência da Câmara dos Deputados.

A dinâmica conservadora que tomou os poderes executivo e legislativo nos últimos anos foi tratada por Dip (2019) a partir da perspectiva da atuação da bancada evangélica que ganhou força na última década. De acordo com a autora, os políticos evangélicos, notadamente

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-diz-diap-06102014>. Acesso em: 22 mar. 2022.

aqueles de vertente neopentecostal, têm um projeto político com três eixos principais: o controle dos corpos, os privilégios para as igrejas e a tomada do poder em si.

Segundo Dip (2019), a tentativa de controle dos corpos está baseada na concepção cristã ocidental de que o corpo é um elemento que tem finalidade exclusiva para procriação. Por isso, a bancada evangélica atua nas Casas Legislativas encorajando projetos de lei com dois objetivos principais:

[...] com o objetivo de retroceder os direitos conquistados pelas mulheres (como os PLs que visam a proibir o aborto em caso de estupro, risco de vida e anencefalia) e pela comunidade LGBTQ (como os PLs que querem acabar com o uso do nome social por travestis e transexuais, os que pedem que a homossexualidade seja tratada como doença por psicólogos, os que proíbem o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais homoafetivos. (DIP, 2019, p. 49).

Além disso, eles buscam por benefícios para suas igrejas, como isenção fiscal, concessões de radiodifusão, obtenção de espaços para construção de templos e verbas públicas para eventos evangélicos (DIP, 2019). Portanto, a autora argumenta, concordando com alguns pesquisadores, que há um projeto de poder em construção cujo objetivo é ascender os evangélicos ao poder executivo e legislativo.

Bolsonaro foi batizado evangélico em 2016, no Rio Jordão, em Israel, em uma cerimônia realizada pelo Pastor Everaldo, simbolicamente no mesmo momento em que acontecia a votação do impeachment de Dilma Rousseff no senado. No entanto, apesar desse fato, Lacerda (2019) acredita que o movimento conservador, que se destacou no Brasil nas últimas legislaturas, vai além da atuação da bancada evangélica. Para a autora, essa conjuntura de promoção dos valores morais faz parte do que ela chama de “neoconservadorismo” ou “novo conservadorismo brasileiro”: um movimento que alia militarismo, absolutismo do livre mercado e valores da direita cristã – uma coalizão que aconteceu nos estados Unidos na década de 1980, se repetiu no Brasil a partir de 2014 e chegou ao seu apogeu com a eleição de Bolsonaro em 2018.

Em vista disso, nesta pesquisa, utilizaremos o conceito de “neoconservadorismo” ancorando-nos na definição de Lacerda (2019) que propõe que o novo conservadorismo corrente no país gira em torno da família tradicional, do militarismo, dos valores neoliberais de mercado e dos valores cristãos, notadamente os evangélicos, aspectos que ancoram os discursos da base bolsonarista.

Segundo Lacerda (2019, p. 18), esse movimento é denominado **neoconservador**, por ser diferente de outros movimentos conservadores em dois pontos principais: primeiro, pela

“atuação da direita cristã baseada na ideia de que a família – e não o Estado – é a resposta para toda ordem de disfunções sociais”; segundo, porque o movimento neoconservador funciona como uma reação específica aos movimentos feminista e LGBTQIA+,<sup>18</sup> o que pode ser explicado pela atuação evangélica neste cenário, conforme explicitamos anteriormente:

Quando os movimentos feministas e LGBT ganharam espaço na sociedade e chegaram a ter algumas demandas institucionalizadas, a reação a essas pautas, justificadas na defesa da família tradicional, passaria a ser o eixo dessa ação política cada vez mais radicalizada. Isso nos Estados Unidos a quarenta anos e contemporaneamente no Brasil. (LACERDA, 2019, p. 18).

Por mais que a junção entre o ideário neoliberal e neoconservador possa parecer contraditória a princípio, Lacerda (2019, p. 50-53) faz uma exposição bastante completa de estudos que comprovam que na verdade eles são ideários políticos convergentes em muitos aspectos e que se aglutinam em diversos governos ao redor do mundo. Destacamos dois desses estudos.

O primeiro deles é o prognóstico realizado por Brown (2019; 2015) que, como já elucidamos nesta seção, demonstra que a moral tradicional e o mercado são defendidos, desde a teoria fundadora desenvolvida por Hayek, como formas de regulação espontâneas e tradicionais, indispensáveis para uma civilização produtiva e desenvolvida. Afinal, se no ideal neoliberal o Estado não deve intervir em questões privadas ou fazer investimentos sociais, a sociedade naturalmente precisa de outro elemento regulador e provedor. Portanto, essas lacunas começam a ser preenchidas, respectivamente pela moral e pela família, e é essa circunstância que fundamenta o ideal neoconservador de que a família, e não o Estado, tem a solução para todos os problemas de ordem social.

O segundo estudo que destacamos foi desenvolvido por Petchesky (1981). A autora explica que, historicamente, o conceito de “privacidade” não se referia apenas à “livre empresa” e aos “direitos de propriedade”, mas também incluía “o direito do homem branco ser proprietário e controlar o corpo de sua esposa, seus filhos e seus corpos, seus escravos e os corpos deles” (PETCHESKY, 1981, p. 222, tradução nossa<sup>19</sup>). Consideramos que o modelo neoliberal de propriedade e privatização também constitui um ponto de contato com o ideário neoconservador: o incentivo à privatização de bens públicos e da proteção à propriedade

---

<sup>18</sup> Nesta pesquisa, optamos por utilizar a sigla “LGBTQIA+”, que é a nomenclatura atualmente utilizada pela Associação Brasileira LGBTQIA+ (ABGLT). No entanto, nas citações de Lacerda (2019), manteremos a sigla “LGBT”, conforme utilizada pela autora.

<sup>19</sup> No original: “but also the right of the white male property owner to control his wife’s body, his children and their bodies, his slaves and their bodies”.

privada através do discurso neoliberal se reproduz de modo desvirtuado na ideia de que a supremacia masculina, branca e heterossexual também dá direito à propriedade, ao controle e à soberania em relação a outros corpos e identidades, que historicamente estão em posições desfavoráveis de poder, o que vai ao encontro do projeto evangélico de controle dos corpos elucidado por Dip (2019) e explica o repúdio neoconservador frente às demandas feministas e LGBTQIA+ que tentam superar essas assimetrias.

Partindo da visão dialética entre discurso e sociedade proposta por Fairclough (2003) consideramos que o discurso é um dos elementos que compõem as práticas sociais, conforme explicaremos no próximo capítulo. A partir disso, entendemos que com o advento do neoliberalismo e do neoconservadorismo, principalmente a partir da década de 1980, no centro das práticas sociais de uns dos maiores centros econômicos mundiais, também surgiram novas formas de representar o mundo, as pessoas, a economia, a política e as relações sociais de acordo com as ideologias, objetivos e perspectivas desses ideários.

Essas novas formas de representar são feitas através de instâncias reais de linguagem, que atingem um alto grau de repetibilidade, estabilidade e comunalidade,<sup>20</sup> transformando-se então em modalidades de discurso, as quais chamamos aqui de “discurso neoliberal” e “discurso neoconservador”, que nas últimas décadas foram levadas para além do domínio político-econômico, sendo recontextualizadas em muitas esferas da vida pessoal e social, inclusive na esfera educacional. Ou seja, o “discurso neoliberal” e “o discurso neoconservador” são formas de representação que traduzem, pela linguagem, os aspectos não discursivos da vida social e política discutidos aqui a partir da racionalidade neoliberal e neoconservadora.

Até aqui, a revisão bibliográfica nos ajudou a explicar como o neoliberalismo se conecta ao neoconservadorismo, a conceituá-los e a entendê-los como modalidades de discursos que, por vezes, fundamentam as formas dos dizeres sobre a vida social e como eles impactam o modo de vida apregoado por trás da ED. Mas ainda nos falta tentar responder como essa conexão pode ser associada à defesa da ED no Brasil contemporâneo. Para isso, o primeiro ponto que devemos levar em consideração é a oposição do movimento neoconservador no Brasil frente a algumas mudanças que ocorreram no âmbito educacional para diminuir as desigualdades sexual e de gênero. Dentre essas mudanças, sublinhamos dois programas

---

<sup>20</sup> Como explicaremos mais adiante, para Fairclough (2003, p. 126), discursos são maneiras de representar que atingem um certo grau de comunalidade, continuidade e estabilidade; além disso, ele considera que discursos são “pontos nodais” na relação dialética entre a linguagem e outros elementos do social.

implementados nas escolas públicas durante os governos de Lula e Dilma Rousseff: o “Escola Sem Homofobia” e o “Mulher Viver Sem Violência”.

O primeiro, desenvolvido a partir de 2009, continha vídeos, cartilhas e outros materiais direcionados à escola, com o objetivo de combater a homofobia e a discriminação por orientação sexual. No entanto, o ESH não chegou a ser de fato implementado, pois a então presidente Dilma Rousseff optou por vetar o projeto, devido à polêmica estabelecida a partir de seu lançamento (RODRIGUES; SILVA, 2020).

O segundo programa, lançado em 2013, tinha como um de seus objetivos, segundo o *site* oficial do Governo Federal, desconstruir estereótipos de gênero e modificar padrões sexistas, para combater as desigualdades entre homens e mulheres e a violência contra as mulheres. Um dos seus eixos era a iniciativa “Quem ama abraça – Fazendo Escola”, que visava “o fortalecimento do espaço escolar (interna e externamente) como campo privilegiado para a reflexão e a superação das diferentes formas de violência contra a mulher – simbólicas ou explícitas – presentes no cotidiano das crianças e jovens” (BRASIL, 2015). Iniciativas como essas passaram a ser vistas pela direita neoconservadora como ataques à moralidade, à família nuclear “tradicional” e à supremacia patriarcal, aspectos que seriam teoricamente “ameaçados” pelas discussões sobre feminismo, aborto, homossexualidade, transsexualidade e sobre as diversas configurações familiares.

Com isso, surgiram movimentos como o “Escola Sem Partido”, um movimento de pais e alunos que, segundo seu *site* oficial, atuava desde 2004 contra a “doutrinação” e a “contaminação político-ideológica” nas escolas, apresentando, além de propostas de leis municipais, estaduais e federais com esses objetivos, um canal de denúncia contra professores. O *site* encoraja, por exemplo, pais e alunos a enviarem mensagens e materiais comprobatórios que denunciem professores “engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019).

Nesse contexto, o termo “ideologia de gênero” também ficou em voga, utilizado em sentido insultuoso, contra a execução de todos esses projetos escolares que objetivavam desconstruir a discriminação sexual e de gênero. Segundo Maranhão e De Franco (2019, p. 300), o uso da expressão foi mais evidente durante as discussões sobre a permanência ou não de termos relacionados às multiplicidades sexuais e de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE) e nos Planos Municipais de Educação (PMEs), e também diante do episódio de perseguição imposta à Marlene de Fáveri, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, acusada de promoção de “ideologia de gênero”.



Diante de tantos ataques neoconservadores à escola, à conduta dos professores e aos projetos sociais implementados nos programas educacionais, a ED começa a ganhar força como uma saída para a preservação dos valores e das hierarquias tradicionais. Não por acaso, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que tinha a regularização da ED como uma prioridade, já articulava o discurso neoconservador, desde o seu plano de governo, para acusar a escola de promover “doutrinação”, “sexualização precoce” e disseminação de “ideologia de gênero” entre os alunos (MONTEIRO, BIAVATI, 2022). Além disso, quando candidato, uma das pautas mais famosas de sua campanha foi o chamado “kit gay” – nome pejorativo que Bolsonaro deu ao material do programa “Escola Sem Homofobia” – para atacar Fernando Haddad, seu adversário nas eleições, que também era quem ocupava o cargo de Ministro da Educação quando o “Escola Sem Homofobia” foi lançado. Portanto, todos esses fatos nos levam a constatar uma relação entre o movimento e o discurso neoconservador à prioridade dada à ED no Brasil durante o último governo. Agora, veremos em que medida é possível relacionar a modalidade de ensino ao ideário neoliberal.

Em primeiro lugar, o aumento da adesão à ED pode estar associado à valorização neoliberal da liberdade individual. Isso porque, além de ser uma pauta que é contrária à obrigatoriedade/compulsoriedade escolar, a ED também consiste em uma modalidade em que os pais e os alunos ficam “livres” para abordar o conteúdo de acordo com o método, a ótica e o formato que considerarem adequados. Além disso, como indica Lyra (2019, p. 167), “o papel do Estado na educação, e quão intervencionista o Estado pode ou não pode ser, é cerne da discussão da possibilidade legal ou não da Educação Domiciliar”. Ou seja, o intervencionismo do Estado na educação escolar também é colocado em oposição ao direito e à liberdade da família de fazer escolhas sobre a educação de seus filhos, criando-se uma tensão entre os limites do público (Estado/escola) e do privado (família) (LYRA, 2019).

Em segundo lugar, também podemos citar o estímulo da competitividade, que também é um aspecto fomentado pela racionalidade neoliberal, como um dos motivadores para a adesão à ED. Muitas famílias optam pela modalidade pois acreditam que, por ser um modelo de ensino personalizado, que atende às preferências individuais, também será mais eficiente na preparação de seus alunos para competirem nas provas obrigatórias para ingresso às universidades, bem como para desenvolverem habilidades que proporcionem maior produtividade e melhor desempenho.

Uma terceira relação que pode ser estabelecida entre ED e neoliberalismo está ligada à empreendedorização neoliberal, conforme proposto por Brown (2019, p. 50-51), de que o

processo de empreendedorização e capitalização humana no neoliberalismo tem três decorrências principais: a primeira é a transformação dos indivíduos em uma “multidão de empresas”. Como explica Arantes (2022), essa é uma ideia foucaultiana de que:

a governamentalidade liberal tornou o indivíduo um empresário de si mesmo, um burocrata de si mesmo, de maneira que a questão da liberdade individual e a questão da segurança individual tornaram-se questões inelutáveis para o empresário, ou seja, o foco seria a proteção dos interesses individuais contra os interesses coletivos. (ARANTES, 2022, p. 67).

Esse efeito da governamentalidade neoliberal explica porque muitas das famílias *homeschoolers* justificam que optaram pela ED para protegerem seus filhos da violência e do *bullying* existentes nas escolas. Assim, a liberdade individual, como citamos acima, bem como a segurança individual são sobrepostos a todos os benefícios coletivos que a convivência em ambiente escolar oferece. Como argumenta Cury (2006, p. 685), a escola é mais do que lócus de transmissão de conhecimento e zelo pela aprendizagem, ela também se apresenta como uma forma de socialização institucional, que contribui para a superação do egocentrismo, para aquisição do respeito mútuo e para o amadurecimento da cidadania. Segundo o autor, “um processo de educação escolar limitado ao âmbito familiar corre o risco de reduzir o campo de um pertencimento social mais amplo e de petrificar a interiorização de normas” (CURY, 2006, p. 685).

A segunda consequência da empreendedorização, para Brown (2019, p. 50), seria a economia do compartilhamento, que autora explica como sendo os “bicos” que os indivíduos e famílias fazem, através da transformação de seus bens materiais, seu tempo, suas conexões e “eus” em fontes de renda, para sobreviver aos cortes nos investimentos sociais feitos pelos governos neoliberais. Assim, é possível afirmar que a ED também constitui uma forma de economia do compartilhamento, uma vez que muitas famílias capitalizam suas experiências com a modalidade de ensino através da venda de material didático, de cursos para famílias praticantes de ED, tutorias e simpósios. Um mercado formado por empresas que, muitas vezes, são gerenciadas principalmente pelas mães *homeschoolers* que, insatisfeitas com a qualidade da educação pública, assumem a ED e encontram maneiras de capitalizar essa experiência para complementarem sua renda.

Ainda podemos mencionar que o movimento de retirar os alunos do espaço da escola e levá-los a estudar em casa pode ser relacionado ao que Brown (2019, p. 63-64), a partir da leitura de Carl Schmitt, chama de “perda do imaginário político do social”, o que, segundo a autora, faz parte do projeto neoliberal de desmantelamento do social. Brown argumenta que, a

partir do momento em que o social desaparece dos ordenamentos espaciais, ele também desaparece de nossas ideias, discurso, experiência e visões de futuro:

Schmitt nos lembra que o espaço não é apenas uma arquitetura para o poder, mas a cena da imaginação e dos imaginários políticos. Ordenamentos humanos do espaço e dos significados atribuídos a esses ordenamentos moldam nossas conceituações de quem e do que somos, especialmente na vida com os outros. Esses ordenamentos podem pôr em primeiro plano localidades hemisféricas ou características topográficas: uma nação perde seu mar em acordos de pós-guerra, uma empresa transforma um rio em lado, um bairro é cindido pela construção de uma rodovia ou de um muro. Mas eles também apresentam designações do espaço público e privado, de espaço de gênero, de espaço racializado e muito mais. [...] Nós não apenas vivemos em territórios marcados, mas também desenvolvemos imaginários políticos do comum (ou a falta dele) a partir da semiótica espacial. (BROWN, 2019, p. 63-64).

Inferimos que a troca do espaço destinado ao estudo tem efeitos profundos no imaginário dos alunos. A natureza da escola é a do espaço de compartilhamento, de convivência com o outro – é um território social por excelência. Ao abandonar esse espaço, a ED nega essa experiência aos seus praticantes, que terão suas conceituações de quem e do que são, do que é bom e do que é ruim, com base na experiência particular, privada e autônoma da casa, em uma semiótica espacial que não vislumbra a diversidade e o bem comum e que, portanto, é muito coerente com o plano neoliberal de destruição de tudo o que é social.

Em vista do exposto, nosso estudo pretende verificar se as representações favoráveis à ED podem, através do discurso neoliberal e do discurso neoconservador, contribuir para a mudança social no sentido da valorização do individualismo, no que se refere à concepção de liberdade, à competitividade e à meritocracia como formas que negociam a ED como extremamente relevante a esse contexto; e da substituição de políticas públicas e da agregação social pelo fortalecimento da instituição familiar como provedora e pelos valores cristãos, principalmente evangélicos.

Portanto, esta pesquisa toma a tarefa de analisar como a relação já evidenciada entre neoliberalismo, neoconservadorismo e ED é, ao mesmo tempo, refletida e construída no uso da linguagem em dois gêneros discursivos diferentes: os *posts* no *Instagram* e os debates ocorridos na Câmara dos Deputados. Estas considerações serão feitas no terceiro capítulo e, antes disso, apresentaremos, a seguir, os princípios da Análise Crítica do Discurso e explicaremos os subsídios que ela oferece para as investigações feitas neste estudo.

## 2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

*“Social questions are therefore in part questions about discourse.”*

Chouliaraki e Fairclough (1999)

### 2.1 Do discurso como prática social até o discurso como *um dos momentos da prática social*: percurso teórico

A Análise Crítica do Discurso é uma abordagem teórico-metodológica que, de acordo com Magalhães (2001, p. 16), desenvolveu-se a partir de dois estudos publicados na década de 1980: *Linguistic Processes in Social Practice* (KRESS, 1988) e *Language and Power* (FAIRCLOUGH, 1989). A partir dessas publicações, algumas concepções substanciais para este campo de estudo foram apresentadas e, com isso, Fairclough desenvolveu uma abordagem de análise com base linguística enredada em questões sociais. Neste capítulo, falaremos sobre a trajetória percorrida pela teoria a partir das principais obras que a embasam – *Discurso e Mudança Social* (1992), *Discourse in Late Modernity* (1999) e, por último, *Analysing Discourse* (2003), obra na qual ancoramos esta pesquisa. Destacamos alguns conceitos-chave desenvolvidos nas três obras e explicamos algumas categorias de análise sugeridas pelo autor na obra de 2003, através das quais realizamos a investigação do *corpus* desta pesquisa.

Na obra *Discurso e Mudança Social*, publicada em 1992 e reeditada em versão brasileira em 2016, o autor desenhou uma proposta metodológica para a teoria, fundamentada em um quadro tridimensional de análise que compreende o texto, a prática discursiva e a prática social, e permite analisar questões sociais através da análise linguística textualmente orientada. Para desenvolver esse quadro, ele partiu de métodos de investigação que já haviam sido desenvolvidos nos diversos ramos da linguística e buscou combiná-los ao “pensamento social e político relevante” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 19) – como as premissas de Gramsci (1971), Althusser (1971), Thompson (1995) e Foucault (2014), das quais derivam alguns conceitos-chave da abordagem: “hegemonia”, “ideologia” e “discurso”. Por trazer esses conceitos originalmente desenvolvidos na filosofia e na sociologia, e também por ser uma teoria voltada à conscientização sobre as desigualdades sociais sustentadas pelo discurso, a abordagem faircloughiana é considerada interdisciplinar.

A obra de 1992 considera que o discurso é “o uso de linguagem como forma de prática social” (2016, p. 94), uma forma de agir sobre as pessoas e sobre o mundo. Além disso, para o autor, se por um lado os discursos são moldados pelas estruturas sociais, por outro, eles têm o poder de formar e transformar essas estruturas.

Ver o uso da linguagem como prática social implica, em primeiro lugar, que esse uso é um modo de ação e, em segundo lugar, que ele é sempre um modo de ação socialmente e historicamente situado, numa relação dialética com outras facetas do “social” (seu “contexto social”) - ele é formado socialmente, mas também forma socialmente, ou é constitutivo. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 33).

A partir desses pressupostos, a obra *Discurso e Mudança Social* (1992) toma como seu principal objetivo desobscurecer as relações entre as práticas discursivas e as estruturas sociais e culturais. Busca demonstrar ainda, através de uma metodologia sistemática, como o discurso é revestido de ideologia e como as práticas discursivas podem manter ou transformar a hegemonia. Por isso, a análise proposta por Fairclough é designada uma análise *crítica* do discurso.

Existem diversas vertentes de análise *crítica* do discurso – como as desenvolvidas por Ruth Wodak, Teun van Dijk, Theo van Leeuwen, e Norman Fairclough. De acordo com Resende (2012), todas elas guardam pelo menos três características em comum: “a *interdisciplinaridade*, o *posicionamento* e a *utilização das categorias linguísticas como ferramentas* para a crítica social” (RESENDE, 2012, p. 99, grifos no original). Isso quer dizer que todas as versões da ACD ultrapassam os limites entre as disciplinas, assumem um posicionamento explícito em relação a problemas sociais e usam a linguística como instrumento para analisar esses problemas.

Em vista disso, consideramos que a ACD, em especial a vertente desenvolvida por Fairclough, forneceria os princípios teóricos e metodológicos ideais para o desenvolvimento desta pesquisa, pois apesar de o foco estar na análise linguística, a transdisciplinaridade característica da ACD nos permite não só fazer a articulação entre os discursos que sustentam a defesa da educação domiciliar e(m) suas relações com questões sociais que não poderiam ser desvinculadas da análise, assim como permite nos posicionarmos declaradamente sobre eles. Afinal, na identidade social de pesquisadora, aluna da universidade pública e professora, não seria possível realizar esta pesquisa sem tomar uma opinião contra as desigualdades e outros problemas sociais que podem ser sustentados pelo uso da linguagem nesta conjuntura.

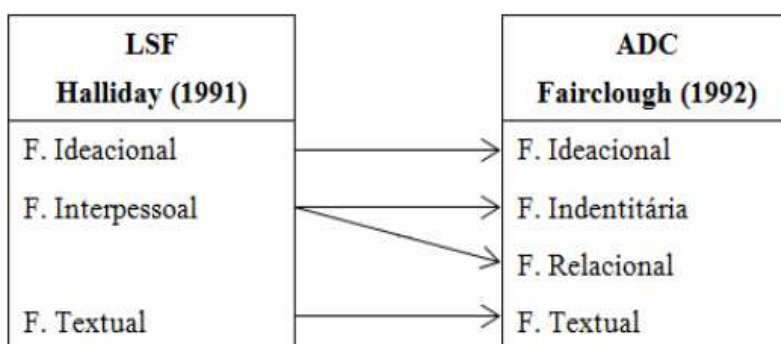
Ainda de acordo com Resende (2012), o que diferencia as vertentes da ACD é a metodologia proposta e os conceitos e categorias que são operacionalizados por cada uma. A

versão de Fairclough (2003), por exemplo, articula categorias e conceitos advindos da linguística sistêmico-funcional (doravante LSF) como instrumentos de investigação. Essa apropriação já era sinalizada na obra de 1992, quando afirma que o discurso contribui para a constituição das identidades sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença:

O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’ [...]. Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95).

De acordo com o autor, esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem, que ele denomina “identitária”, “relacional” e “ideacional” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95-6). Essas três funções são adaptadas da teoria de Halliday (1978), na qual elas recebem os nomes de ideacional, interpessoal e textual. Fairclough (2016) afirma que a função “textual” de Halliday também pode ser incorporada em sua lista, e que optou por repartir a função “interpessoal” em “identitária e relacional” para dar maior foco à participação do discurso na constituição das identidades sociais. Esse movimento de recontextualização da teoria de Halliday para a ACD é uma configuração da abordagem dialético-relacional de Fairclough, e pode ser melhor entendido através deste quadro, adaptado de Resende e Ramalho (2006, p. 61):

Quadro 2 – Recontextualização da LSF em Fairclough (1992).



Fonte: Adaptado de Resende e Ramalho (2006, p. 61).

Em *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis* (1999), Chouliaraki e Fairclough passam a conceber as práticas sociais como “entidades organizacionais intermediárias” entre a estruturas sociais e os eventos sociais. Explicamos

melhor: as estruturas sociais seriam entidades muito abstratas – como, por exemplo, a estrutura econômica, as classes sociais, os sistemas de parentesco etc.; e os eventos sociais seriam entidades concretas – como os acontecimentos da vida social nos quais as pessoas podem agir e interagir de maneira imediata através dos textos falados ou escritos. No entanto, a relação entre as estruturas sociais e os eventos sociais não se dá de forma simples ou direta, pois essa relação é mediada pelas práticas sociais, mas uma faceta desse estudo nos chama atenção: a abordagem a um problema social e os modos como podemos resolvê-lo. Se seguíssemos essa visão pura e simplesmente, tomaríamos o problema social da neoliberalização das relações e a ED que rejeita as condições sociais para se consolidar no mundo. Dizemos, portanto, que a ED é efeito e sustentáculo de ações individualizadas que rejeitam o social, ao mesmo tempo em que se fortalece pela monetarização das relações.

Assim, os autores também retocam a afirmação feita em *Discurso e Mudança Social* (1992) de que o discurso seria “a linguagem como forma de prática social”, e passam a afirmar que o discurso seria “*um* dos vários elementos das práticas sociais”. Esse novo modelo, denominado *transformacional*, é uma proposta fundamentalmente dialética, no sentido em que evidencia as conexões entre o discurso e os outros elementos articulados da prática social: ação e interação; relações sociais; pessoas (com crenças, atitudes, histórias...); e o mundo material. Pereira et. al. (2020, p. 38), acrescentam que “com essa nova proposta, fica mais explícita a forma como o ator social age por meio do discurso sob interferência e também interferindo nas demais dimensões, podendo reproduzir ou transformar essa prática social”.

Essa reformulação teórica é basilar para os postulados estabelecidos no livro *Analysing Discourse: Textual analysis for social research* (2003), visto que nessa obra o discurso já é concebido como um dos elementos da prática social e, a partir disso, afirma que “o discurso ocorre de três formas principais na prática social. Ele figura como: Gêneros (modos de agir); Discursos (modos de representar); Estilos (modos de ser)” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26, tradução nossa<sup>21</sup>). Com base nessas três formas, Fairclough amplia seu diálogo com a LSF que já havia sido sinalizado nas obras anteriores e desenvolve a face essencialmente linguística de sua abordagem.

Com base nessas três formas em que o discurso figura nas práticas sociais – modos de agir, de representar e de ser –, Fairclough também passa a conceber os textos como

---

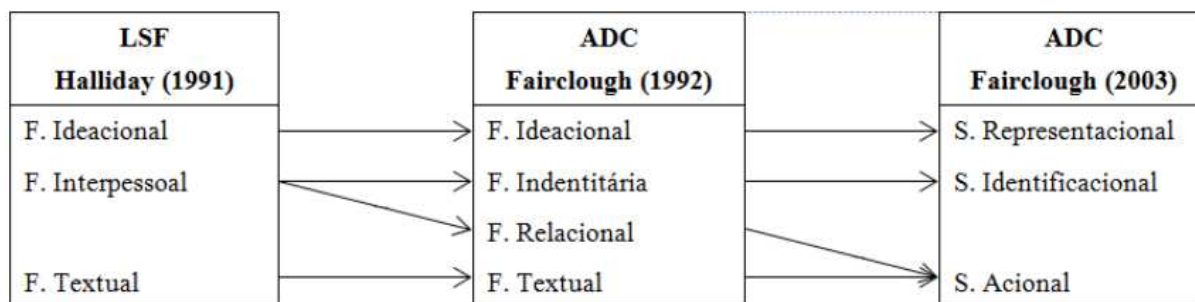
<sup>21</sup> No original: “We can say that discourse figures in three main ways in social practice. It figures as: genres (ways of acting), discourses (ways of representing), styles (ways of being)”.

“multifuncionais”, assim como a LSF propõe. No entanto, Fairclough (2003) prefere chamar essas atribuições de “significados” ao invés de “funções”. Nas palavras do autor:

Abordagens ‘funcionais’ para a linguagem têm enfatizado a ‘multifuncionalidade’ dos textos. A Linguística Sistemico Funcional, por exemplo, afirma que os textos têm funções “ideacionais”, “interpessoais” e “textuais” simultaneamente [...] Também vejo os textos como multifuncionais neste sentido, embora de uma forma bastante diferente, de acordo com a distinção entre gêneros, discursos e estilos como as três principais formas pelas quais o discurso figura como parte da prática social - formas de agir, formas de representar, formas de ser. Ou, em outras palavras: a relação do texto com o evento, com o mundo físico e social mais amplo e com as pessoas envolvidas no evento. No entanto, prefiro falar sobre três tipos principais de significado, em vez de funções: Ação, Representação e Identificação. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26-27, tradução nossa<sup>22</sup>).

Assim, a partir das funções concebidas por Halliday, Fairclough faz uma reformulação das quatro funções da linguagem sugeridas na obra de 1992 e apresenta três significados correspondentes aos modos de interação entre discurso e prática social: Significado Acional, Significado Representacional e Significado Identificacional, como vemos no quadro a seguir:

Quadro 3 - Recontextualização da LSF em Fairclough (2003).



Fonte: RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 61.

A análise do *corpus* que compõe esta pesquisa será estruturada nesses três significados, que apesar de estarem sempre interconectados, serão separados analiticamente. Porém, antes de seguirmos para o capítulo analítico, explicaremos cada uma das categorias linguísticas que serão utilizadas em nossa investigação para acessar cada um dos três significados e quais são os principais aspectos observados nas respectivas categorias pelas quais analisamos o *corpus*.

<sup>22</sup> No original: “Functional approaches to language have emphasized the ‘multi-functionality’ of texts. Systemic Functional Linguistics, for instance, claims that texts simultaneously have ideational, interpersonal and textual functions [...] I shall also view texts as multi-functional in this sort of sense, though in a rather different way, in accordance with the distinction between genres, discourses and styles as the three main ways in which discourse figures as a part of social practice – ways of acting, ways of representing, ways of being. Or to put in differently: the relationship of the text to the event, to the wider physical and social world, and to the persons involved in the event. However, I prefer to talk about three major types of meaning, rather than functions: Action, Representation, Identification”.



## 2.2 Significado acional: gêneros

Nossa análise começa pelos gêneros discursivos, considerando a maneira como é operacionalizada a linguagem nas práticas sociais e considerando a ação social como sendo a atuação da linguagem em diferentes contextos. A questão dos gêneros é um destaque nos estudos do filósofo Mikhail Bakhtin, que deu enfoque às relações de comunicação entre sujeitos, definidas pelas condições de produção de cada situação social e do momento histórico em questão. De acordo com o filósofo:

O emprego da língua efetua-se em formas de enunciado (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. [...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciado, os quais denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2016, p. 11-12).

Segundo Bakhtin (2016), existem três elementos indissociáveis no “conjunto do enunciado”: o estilo, o conteúdo temático e a construção composicional. Para o filósofo, todo estilo está ligado a um tipo particular de gênero, pois é essa condição de interação discursiva que definirá as escolhas gramaticais, fraseológicas e lexicais, os tipos de “acabamento” e as relações com o interlocutor. Da mesma forma, os gêneros apresentam um conteúdo temático e uma estrutura composicional relativamente estável; em outras palavras, uma configuração tipológica e semiótica específica.

Fairclough (2003) concorda com essa concepção de gênero como um conjunto de convenções relativamente estável, no entanto, o linguista assume uma posição crítica ao relacionar os gêneros ao significado acional da linguagem e às questões de poder e dominação, e passa a abranger a noção de estrutura e ação social, que já era tratada por Bakhtin. Para o autor, o gênero constitui a relação entre o texto e o evento social:

Os gêneros são o aspecto especificamente discursivo das formas de agir e interagir no curso dos eventos sociais: poderíamos dizer que (inter)agir nunca é apenas discurso, mas muitas vezes é principalmente discurso. Portanto, quando analisamos um texto ou interação em termos de gênero, estamos nos perguntando como ele contribui para a ação social e interação em eventos sociais, e como figura dentro delas. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65, tradução nossa<sup>23</sup>).

---

<sup>23</sup> No original: “Genres are the specifically discursive aspect of ways of acting and interacting in the course of social events: we might say that (inter)acting is never just discourse, but it is often mainly discourse. So when we analyse a text or interaction in terms of genre, we are asking how it figures within and contributes to social action and interaction in social events”.

Para tratar dos gêneros, Fairclough estabelece, com base em Swales (1990), uma distinção entre pré-gêneros, gêneros “desencaixados” (*disembedded genres*) e gêneros situados. Os denominados pré-gêneros são aqueles gêneros com um alto nível de abstração, como, por exemplo, narração, argumentação e descrição. Por outro lado, gêneros são considerados “desencaixados” quando são:

[...] retirados, “desencaixados” de redes particulares de práticas sociais onde inicialmente se desenvolveram, e tornam-se disponíveis como uma espécie de “tecnologia social” que transcende tanto as diferenças entre a rede de práticas quanto as diferenças de escala. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 68-69, tradução nossa<sup>24</sup>).

Os gêneros desencaixados estão em um nível intermediário de abstração e, para exemplificar esse caso, o autor cita o gênero “entrevista”, que abrange tipos diferentes de práticas sociais, como uma entrevista de emprego, uma entrevista de celebridade em programas de TV, uma entrevista política etc.

Dessa forma, o gênero desencaixado “entrevista” assume algumas formas específicas em determinadas práticas sociais. Isso seria o que Fairclough chama de *gênero situado*: são aqueles gêneros característicos de uma prática social específica. Eles são inúmeros e nem sempre têm nomes estabelecidos. Fairclough utiliza como exemplo de gênero situado a “entrevista etnográfica”, que seria um gênero muito característico de uma rede de práticas sociais, sendo, portanto, menos abstrato do que o gênero “entrevista” de modo geral.

Ainda de acordo com Fairclough (2003), pode ser difícil ou inútil analisar a estrutura genérica de alguns textos, visto que eles podem misturar diversos gêneros. Portanto, durante a análise dos gêneros situados que compõem o *corpus* “*post no Instagram*” e “debate na Câmara dos Deputados”, que será feita no próximo capítulo, damos menos foco às características estruturais e centralizamos a discussão sobre como esses gêneros figuram na ação e interação social no que concerne à defesa da ED. Para isso, no terceiro capítulo analisamos os gêneros individuais a partir de três dimensões da interação discursiva sugeridas por Fairclough: Atividade, Relações Sociais e Tecnologia de Comunicação, sobre as quais falaremos a seguir.

---

<sup>24</sup> No original: “That is, genres being, so to speak, lifted out of, ‘disembedded’ from, particular networks of social practices where they initially developed, and becoming available as a sort of ‘social technology’ which transcends both differences between networks of practices and differences of scale”.

### 2.2.1 Análise de gêneros individuais

Fairclough (2003, p. 70) indica que os gêneros podem ser analisados em termos de *Atividade, Relações Sociais e Tecnologia da Comunicação*. Para justificar a sua opção por dar foco à *atividade*, ele faz um contraponto a Swales (1990), que propõe uma análise dos gêneros focada no propósito, no objetivo de cada gênero. De acordo com Fairclough, essa proposta seria problemática por alguns motivos: em primeiro lugar, porque um gênero pode ter vários propósitos, explícitos e implícitos, que podem ser ordenados hierarquicamente. Em segundo lugar, porque existem gêneros que não estão vinculados a propósitos sociais amplamente reconhecidos. Assim, Fairclough (2003) prefere não centrar a sua visão sobre os gêneros no propósito, mas, sim, na natureza da *atividade* que constituem ou da qual fazem parte e, para isso, sugere que ao olharmos para um gênero individual nos perguntemos: “o que as pessoas estão fazendo discursivamente?”.

A segunda dimensão de análise sugerida são as *Relações Sociais*. Essa dimensão equivale à seguinte pergunta: “quais são as relações sociais entre as pessoas envolvidas em determinada atividade discursiva?”. Com base em um estudo sociolinguístico realizado por Brown e Gilman (1960), que sugere que “as relações sociais variam em duas dimensões, ‘poder’ e ‘solidariedade’ ou hierarquia social e distância social”, Fairclough (2003, p. 75) sugere que a hierarquia social é “elevada” nos casos em que um interagente tende a exercer poder sobre os outros, e a distância social é elevada quando um interagente opera em escalas nacionais, regionais ou globais, enquanto outros ocupam locais específicos – e os gêneros constituem tipos particulares de relação entre os interagentes.

Por último, os gêneros individuais ou as interações discursivas ainda podem ser analisados de acordo com a *Tecnologia de Comunicação* da qual dependem. A partir disso, Fairclough (2003, p.77), com base em Thompson (1998), estabelece duas distinções: Comunicação Mediada X Comunicação Não Mediada e Comunicação Em Uma Via X Comunicação Em Duas Vias. Essas duas distinções ainda são desmembradas em quatro possibilidades de interação:

Não mediada em duas vias: conversa face a face.

Mediada em duas vias: telefone, e-mail, videoconferência

Não mediada em uma via: palestra, etc.

Mediada em uma via: imprensa, rádio, televisão, internet, filme. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 77, tradução nossa<sup>25</sup>).

Portanto, para tratarmos desse aspecto em nossas análises, dialogamos com Thompson (1998, p. 78), que, por sua vez, estabelece três tipos de interação: interação face a face, interação mediada e quase-interação mediada. A primeira delas ocorre em um contexto de “co-presença”: uma interação de caráter dialógico, na qual os participantes ocupam o mesmo espaço/tempo. Em segundo lugar, a *interação mediada* é aquela que depende de um meio técnico, como o papel ou fios elétricos, para que participantes em diferentes contextos espaço-temporais possam interagir. Por último, a *quase-interação mediada* que se caracteriza por se disseminar no espaço e no tempo e ocorre através dos meios de comunicação de massa, como a televisão, o rádio e a imprensa.

Para Thompson (1998), a *quase-interação mediada* se distingue dos outros dois tipos de interação por dois fatores: primeiro, porque enquanto a interação face-a-face e a interação mediada são orientadas para “outros específicos”, a *quase-interação mediada* possui um número indefinido de receptores potenciais. Segundo, porque ela tem um caráter monológico: o fluxo de comunicação acontece, predominantemente, em sentido único. Por isso, a utilização do termo “quase-interação”: o intercâmbio simbólico entre os participantes da atividade acontece com baixo grau de reciprocidade interpessoal.

Em um artigo publicado em 2018, entretanto, Thompson revisita a *teoria interacional da mídia* desenvolvida no final dos anos 1990, para fazer algumas revisões consideradas necessárias por ele, diante da revolução digital. Assim, Thompson (2018) estabelece mais um tipo de interação, “a interação mediada on-line”. Segundo o autor (p. 20), as propriedades deste tipo de interação incluem: (1) a extensão das relações sociais através do espaço e do tempo; (2) certo estreitamento no leque de pistas simbólicas (gestos, expressões faciais, cheiros, toques, sons e outras sinalizações visuais/sensoriais); (3) o caráter potencialmente dialógico; (4) a orientação para uma multiplicidade de outros destinatários – é de muitos para muitos, e não de um para um, ou de um para muitos. Assim sendo, esse novo tipo de interação se difere em alguns pontos da *interação mediada* e da *quase-interação mediada*, como explica o sociólogo:

Tanto a interação mediada quanto a on-line mediada são de caráter dialógico (pelo menos potencialmente), enquanto a quase-interação mediada é monológica; e a orientação de ação de cada uma é diferente: a interação mediada é de um para um, a

---

<sup>25</sup> No original: ‘Two-way non-mediated: face-to-face conversation; Two-way mediated: telephone, email, video conferencing; One-way non-mediated: lecture, etc. One-way mediated: print, radio, television, Internet, film’.

quase-interação mediada é de um para muitos e a interação mediada on-line é de muitos para muitos. (THOMPSON, 2018, p. 21).

Para melhor compreensão e comparação, os quatro tipos de interação são representados pelo autor no seguinte quadro:

Quadro 4 – Os quatro tipos de interação.

Tipos de interação	Constituição espaço-temporal	Gama de pistas simbólicas	Grau de interatividade	Orientação da ação
Interação face a face	Contexto de copresença	Completa	Dialógica	Outros em copresença
Interação mediada	Estendida no espaço e no tempo	Limitada	Dialógica	Um para um
Quase-interação mediada	Estendida no espaço e no tempo	Limitada	Monológica	Um para muitos
Interação mediada on-line	Estendida no espaço e no tempo	Limitada	Dialógica	Muitos para muitos

Fonte: THOMPSON, 2018, p. 22.

Segundo Fairclough (2003, p. 78), examinar a relação entre os gêneros e as tecnologias de comunicação é fundamental para entendermos como a mudança tecnológica afeta as mudanças sociais, e como a integração de novas tecnologias em processos econômicos, políticos, sociais e culturais acarreta no surgimento de novos gêneros discursivos e cadeias de gênero e, no caso dos gêneros dos quais fazem parte os textos do *corpus* (*post* no *Instagram* e debate na Câmara dos Deputados), as tecnologias de comunicação têm um papel determinante na atividade e nas relações sociais.

No caso dos *posts*, por exemplo, temos o que Thompson (2018) considera “interação mediada on-line”, uma vez que a interação é estendida no espaço e no tempo, pois os interagentes podem estar em lugares e tempos diferentes, sem que isso prejudique a interação; a gama de pistas simbólicas é limitada; os comentários e mensagens diretas tornam a interatividade potencialmente dialógica; e a orientação é de muitos para muitos, o que caracteriza a forma de interação “em rede”. Os debates aqui analisados também foram transmitidos para um número indeterminado de potenciais telespectadores, uma vez que foram exibidos no *Youtube*, plataforma que também inclui comentários dos telespectadores em tempo real na sua infraestrutura e, portanto, também consistem, em certa medida, uma forma de *interação mediada on-line*. Essas questões sobre os tipos de interação em cada gênero serão aprofundadas no próximo capítulo.

## 2.2.2 Intertextualidade

O segundo aspecto que analisaremos nos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa é a intertextualidade. Para Fairclough (2003), relações intertextuais são aquelas que ocorrem entre um texto e outros textos que são "externos" a ele e, ao mesmo tempo, introduzidos nele. De acordo com o autor:

[...] a intertextualidade é uma questão de recontextualização – um movimento de um contexto para outro, acarretando transformações particulares decorrentes de como o material que é movido, recontextualizado, e figura dentro desse novo contexto. Portanto, no caso de fala, escrita ou pensamento relatado, há duas questões interligadas a serem abordadas:

- a. A relação entre o que foi reportado e o original (o evento que foi reportado).
- b. A relação entre o que foi reportado e o restante do texto – como o que foi reportado figura no texto, qual trabalho realiza no texto. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 51, tradução nossa<sup>26</sup>).

A intertextualidade é considerada uma categoria analítica acional, ou seja, relacionada aos gêneros, pois “gêneros específicos articulam vozes de maneiras específicas” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 133), que, por sua vez, interagem com a audiência da atividade socialmente ratificada. Utilizamos o termo “voz” para tratar da intertextualidade, pois esse é o termo utilizado por Fairclough (2003), que explica por que ele pode ser útil:

O termo “voz” é em parte semelhante à maneira como eu uso o termo 'estilo' (significando modos de ser ou identidades em seus aspectos linguísticos e, mais amplamente, em seus aspectos semióticos), mas é útil também nos permitindo focar no co-presença de 'vozes' de indivíduos particulares em textos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41, tradução nossa<sup>27</sup>).

Portanto, a análise dos textos que será feita no próximo capítulo tem como objetivo verificar, em cada gênero, “quais textos e vozes estão incluídos, quais são excluídos e quais ausências significativas existem” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 47). Segundo Fairclough (2003), a análise da intertextualidade pode ser feita através da observação de trechos em que aparecem

---

<sup>26</sup> No original: “intertextuality is a matter of recontextualization – a movement from one context to another, entailing particular transformations consequent upon how the material that is moved, recontextualized, figures within that new context. So in the case of reported speech, writing or thought, there are two interconnected issues to address: (a) the relationship between the report and the original (the event that is reported); (b) the relationship between the report and the rest of the text in which it occurs – how the report figures in the text, what work the reporting does in the text”.

<sup>27</sup> No original: “The term ‘voice’ is in part similar to the way I use the term ‘style’ (meaning ways of being or identities in their linguistic and more broadly semiotic aspects), but it is useful in also allowing us to focus on the co-presence in texts of the ‘voices’ of particular individuals”.

citações – em discurso direto, indireto ou em relatos de atos de fala –, mas também pode ser feita através do exame das pressuposições, pois, de acordo com o autor:

Os textos inevitavelmente fazem suposições. O que é “dito” em um texto é “dito” contra um pano de fundo do que é “não dito”, mas tomado como dado. Tal como acontece com a intertextualidade, os pressupostos conectam um texto a outros textos, ao "mundo dos textos", como se poderia dizer. A diferença entre suposições e intertextualidade é que as primeiras não são geralmente atribuídas ou atribuíveis a textos específicos. É mais uma questão de relação entre este texto e o que foi dito ou escrito ou pensado em outro lugar, com esse "outro lugar" deixado vago. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 40, tradução nossa<sup>28</sup>).

Apesar de a teoria levar em conta as pressuposições, nesta pesquisa, no que concerne à intertextualidade, optamos por analisar apenas as citações feitas em discurso direto, indireto e em relatos de atos de fala nos debates e nos *posts*. A partir do mapeamento de citações no *corpus*, analisamos como e com quais propósitos elas são incorporadas e enquadradas no texto para favorecerem a regulamentação da ED ou mesmo para incentivarem a aprovação pela opinião pública a respeito do tema, e quais são as relações estabelecidas entre a “voz” do autor e a “voz” citada.

### 2.3 Significado representacional: discursos

Discursos são formas de representar aspectos do mundo físico e social. Como postula Fairclough (2003), “discursos diferentes são perspectivas diferentes sobre o mundo e estão associados às diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, que por sua vez depende de suas posições no mundo, de suas identidades sociais e pessoais e das relações sociais em que estão com as outras pessoas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124, tradução nossa<sup>29</sup>). Além disso, quando estão ligados a projetos que visam a mudança social em uma direção particular, os discursos tendem a representar o mundo de maneira tática e parcial.

No entanto, nem toda forma de representação pode ser considerada um discurso. Só podemos definir uma forma de representação como um “discurso” específico, quando ela

---

<sup>28</sup> No original: “Texts inevitably make assumptions. What is ‘said’ in a text is ‘said’ against a background of what is ‘unsaid’, but taken as given. As with intertextuality, assumptions connect one text to other texts, to the ‘world’ of texts as one might put it. The difference between assumptions and intertextuality is that the former are not generally attributed or attributable to specific texts. It is a matter rather of a relation between this text and what has been said or written or thought elsewhere, with the ‘elsewhere’ left vague”.

<sup>29</sup> No original: “Different discourses are different perspectives on the world, and they are associated with the different relations people have to the world, which in turn depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to other people”.

atingir um certo grau de estabilidade e for compartilhada repetidamente por determinados grupos ao longo do tempo. Além disso, os discursos também possuem diferentes escalas, que consistem “em quanto do mundo eles incluem e, portanto, na gama de representações que podem gerar” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124. Tradução nossa<sup>30</sup>).

Isto significa que um discurso pode ser identificado em sua relação dialética com outros elementos da vida social: no quanto uma forma de representação é compartilhada, reconhecida, repetida socialmente; em que medida essa forma de representar traduz, pela linguagem, aspectos não discursivos da vida social; e em que medida essa forma de representar é efetiva para a mudança social. Nas palavras de Fairclough (2003):

Os discursos podem, portanto, ser vistos não apenas como formas de representar com certo grau de comunalidade e estabilidade, mas como formas de representar onde constituem pontos nodais na relação dialética entre a linguagem e outros elementos do social. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 126, tradução nossa<sup>31</sup>).

Diante dessas premissas, o autor sugere maneiras de identificar diferentes discursos em textos, ou seja, ele indica os caminhos para a realização de uma análise interdiscursiva dos textos. Para isso, sugere algumas categorias de análise linguística que, quando examinadas, podem revelar os discursos articulados em textos específicos: o vocabulário, as relações semânticas, metáforas, pressuposições e algumas construções gramaticais. Dentre essas categorias, escolhemos fazer a análise interdiscursiva do *corpus* através do vocabulário e das relações semânticas. A seguir, falaremos um pouco sobre como o aparato teórico-metodológico faircloughiano aborda essas questões e como elas se ligam às investigações feitas neste trabalho.

### **2.3.1 Interdiscursividade: vocabulário e relações semânticas**

Um texto pode articular diferentes discursos, os quais podem estar em relação de complementaridade, cooperação, dominação, competição, divergência e assim por diante. Conforme indicam Ramalho e Resende (2011, p. 115), para realizar uma análise interdiscursiva dos textos devemos nos perguntar: quais discursos são articulados no texto e como são

---

<sup>30</sup> No original: “[...] i.e. in how much of the world they include, and therefore in the range of representation they can generate”.

<sup>31</sup> No original: “Discourses can therefore be seen as not just ways of representing with a degree of commonality and stability, but such ways of representing where they constitute nodal points in the dialectical relationship between language and other elements of the social”.



articulados? Há uma mistura significativa de discursos? Quais são os traços que caracterizam os discursos articulados?

Fairclough (2003, p. 129) sugere que a análise textual deve identificar quais são as principais partes do mundo material e/ou social que estão sendo representadas no texto, e a partir de qual perspectiva ou ponto de vista específico a representação está sendo feita. Para isso, partimos de algumas características linguísticas que revelam discursos específicos, a primeira delas é o vocabulário:

As características distintivas mais óbvias de um discurso são provavelmente as características do vocabulário – os discursos "palavreiam" ou "lexicalizam" o mundo de maneiras particulares. Mas, em vez de apenas focar atomisticamente em maneiras diferentes de formular os mesmos aspectos do mundo, é mais produtivo focar em como diferentes discursos estruturam o mundo de maneira diferente e, portanto, nas relações semânticas entre as palavras. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129).

Os estudos de Fairclough (2016) sugerem que o vocabulário documentado no dicionário é limitado para concebermos a língua. Portanto, para fazermos uma análise crítica do discurso devemos considerar que existem vocabulários e significados específicos para diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas, que podem indicar relações de competição, complementaridade, dominação e subordinação. Para ele, “a relação das palavras com os significados são de muitos-para-um e não de um-para-um, em ambas as direções” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 239), o que significa que uma única palavra possui vários significados e, em contrapartida, um único significado pode ser lexicalizado de várias formas.

Em vista disso, o autor utiliza o termo “significado-potencial” (2016, p. 239), mais uma vez fazendo referência à teoria de Halliday (1988) – termo que também utilizaremos em nossas análises –, para se referir ao conjunto de significados que são convencionalmente associados a uma palavra, e que não necessariamente estão documentados no dicionário, pois o significado-potencial é instável, ou seja, pode mudar rapidamente, principalmente em processos de mudança social e cultural. Além disso, os significados podem ser ideológica e politicamente investidos no curso da constituição discursiva, além do mais, existem algumas relações entre palavras e significados, ou relações semânticas, que só fazem sentido em determinados discursos.

Outro aspecto que observamos em relação ao vocabulário são as diversas possibilidades de “expressar com novas palavras’ um mesmo significado” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 245). Segundo o autor, existem sempre formas alternativas de atribuir sentido a domínios particulares de experiência, isto é, formas diferentes de “lexicalizar” o mundo, que podem ser

ideologicamente significantes. Assim, também buscamos examinar em nosso *corpus* a criação de palavras e a utilização de palavras que habitualmente são referentes a um discurso sendo utilizadas em um novo domínio.

Portanto, através da análise do vocabulário e das relações semânticas, procuramos examinar em que medida os discursos neoliberal e neoconservador são articulados no *corpus*. Na seção 1.2 do Capítulo 1, falamos sobre o neoliberalismo e o neoconservadorismo e suas relações com a ED. A partir daqui, é importante deixar claro que, nesta pesquisa, trataremos dessas duas racionalidades a partir de suas facetas discursivas.

Para Fairclough (2003), o discurso neoliberal é um discurso ideológico – que tem efeitos na constituição dos sujeitos e que sustenta determinadas relações de poder – e um discurso hegemônico, visto que já foi naturalizado, o que disfarça seu caráter ideológico e contribui para a construção das identidades sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença.

Em *Analysing Discourse* (2003), Fairclough inclusive opta por trazer exemplos, durante o desenvolvimento de sua teoria, que focalizem nas mudanças no capitalismo contemporâneo, principalmente em relação ao neoliberalismo. Ele argumenta que concentrar-se neste tema é importante porque essas mudanças têm efeitos generalizados em nossas vidas, ou seja, impactam não só na economia, mas na política, na educação, na arte e em muitas outras áreas da vida social. Além disso, o autor afirma que o discurso neoliberal tende a buscar um “status universal” para representações particulares, o que indica uma aspiração hegemônica do neoliberalismo, o que faz com que esse discurso seja operacionalizado e recontextualizado em outros domínios, como a educação (FAIRCLOUGH, 2005), por exemplo, produzindo efeitos que se estendem para além do domínio político e econômico. Utilizando outras palavras, Harvey (2014, p. 13) explica que “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso, e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”.

Também consideramos, a partir da leitura de Lacerda (2019) e Brown (2015; 2019), que o discurso neoconservador foi um dos principais fundamentos do discurso político do governo Bolsonaro, e de outros governos de extrema direita que dominaram diversos países na última década, além de ser um discurso naturalizado em muitas instituições cristãs. Um discurso que, no Brasil, como vimos na seção 1.2, é baseado principalmente na defesa da família patriarcal e no ataque às pautas feministas e LGBTQIA+, e que, portanto, contribui diretamente para a manutenção da hegemonia masculina, branca e heterossexual.

Nossa proposição é de que as transformações na prática política, no funcionamento da economia, na cultura, nas relações sociais ocorridas no Brasil nos últimos anos, estão profundamente ligadas e refletidas na transformação das práticas linguísticas que legitimam os discursos neoliberal e neoconservador: modos comuns e estáveis de representar o mundo através da linguagem que, se por um lado são constituídos pela conjuntura política, social e econômica, por outro também contribuem para construir, sustentar e reproduzir essa conjuntura.

Assim sendo, e considerando que a regulamentação da ED foi a única pauta legislativa prioritária relacionada à educação para o governo Bolsonaro, traçamos nossa análise a partir da articulação desses dois discursos na defesa dessa modalidade de ensino em dois gêneros discursivos distintos, a fim de observar em que medida este quadro pode contribuir para a manutenção de estruturas hegemônicas de dominação. Compreender o significado representacional nos dois gêneros pesquisados também é importante para verificarmos de que maneira os gêneros discursivos “debate na Câmara dos Deputados” e “*post* no Instagram” regulam os discursos, ou seja, as maneiras de representar a ED.

#### **2.4 Significado identificacional: estilos**

Os estilos estão ligados ao significado identificacional pois, segundo Fairclough (2003), eles constituem o aspecto discursivo dos modos de ser, das identidades. Nas palavras do autor, “quem você é é parcialmente uma questão de como você fala, como você escreve, bem como uma questão de corporificação – como é a sua aparência, como você se comporta, como você se move e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159, tradução nossa<sup>32</sup>). Portanto, a análise textual voltada ao estilo tem por objetivo observar como o produtor do texto se identifica através da linguagem. Devemos ver a relação entre identidade e discurso de uma maneira dialética: as identidades são em parte formadas pelos discursos enquanto os discursos revelam parte da identidade de quem os mobiliza.

Fairclough (2003) aponta alguns aspectos que contribuem para a identificação nos textos, como a modalidade e a avaliação. A modalidade pode ser examinada com o propósito de constatar quais são as relações do falante ou escritor com as representações que estão sendo feitas naquele texto – no sentido de considerá-las verdadeiras ou falsas, necessárias ou

---

<sup>32</sup> No original: “Who you are is partly a matter of how you speak, how you write, as well a matter of embodiment – how you look, how you hold yourself, how you move, and so forth”.

desnecessárias, precisas ou imprecisas –, enquanto a avaliação é uma categoria importante para investigar como os interlocutores se comprometem em relação ao que é desejável ou indesejável, bom ou ruim, conveniente ou inconveniente. Nas análises do próximo capítulo, daremos foco às avaliações, através da investigação das declarações avaliativas e das presunções valorativas<sup>33</sup> identificadas no *corpus*. A seguir, falaremos um pouco mais sobre estas categorias.

### 2.4.1 Avaliação

Analisar as declarações avaliativas é apenas uma das formas de verificar as avaliações contidas em um texto. Outras características textuais que indicam esse aspecto dão as declarações com modalidade deôntica, as declarações com verbos de processo mental afetivo e as presunções valorativas (FAIRCLOUGH, 2003). Nesta pesquisa, daremos foco às declarações avaliativas e às presunções valorativas.

As declarações avaliativas podem ser identificadas no texto através de adjetivos, frases nominais, verbos e advérbios avaliativos. No caso dos adjetivos, não são considerados avaliativos apenas aqueles mais óbvios, como “bom”, “ruim”, “ótimo”, “péssimo”, mas também adjetivos como “corajoso”, “honesto”, “amargurado”, “importante”, “útil” – que também são expressões que automaticamente criam representações sobre o que é bom/ruim, certo/errado, desejável/indesejável, conveniente/inconveniente. As frases nominais também têm essa competência como, por exemplo, as frases “que confusão!” ou “que sonho!” que podem indicar valoração negativa e positiva, respectivamente. Alguns verbos também podem ser considerados valorativos (como em “ele se **acovardou**” e “a situação tende a **piorar**”), assim como os advérbios avaliativos (felizmente, curiosamente, terrivelmente etc.).

Ainda é importante observar que existem declarações que só podem ser consideradas avaliativas quando estiverem relacionadas a determinados discursos, e esses casos são menos explícitos do que os citados acima. O exemplo trazido por Fairclough (2003, p. 172) é o enunciado “ela é comunista”, que pode ser considerado uma declaração avaliativa positiva ou negativa a depender do discurso particular ao qual a afirmação está relacionada.

Além disso, também buscaremos pelas presunções valorativas no *corpus*, que são os casos em que os marcadores de avaliação não são tão transparentes como nas declarações

---

<sup>33</sup> Adotamos aqui o termo “presunções valorativas”, conforme utilizado por Resende e Ramalho (2006), como tradução para o termo “value assumptions” usado por Fairclough (2003).

avaliativas, e a construção do sentido positivo ou negativo também depende do que está implícito no texto (RESENDE; RAMALHO, 2006). De acordo com Fairclough (2003, p. 173), as presunções valorativas podem acontecer de duas formas: primeiro, através de palavras como “ajuda” em, por exemplo, “este livro ajuda...”, de forma que o que vier em seguida automaticamente será avaliado positivamente. Uma segunda forma são valores assumidos implicitamente, que devem ser familiares (e não necessariamente aceitos) entre autor e intérprete. O exemplo trazido pelo autor para essa forma de presunção valorativa é a seguinte frase: “a coesão social é uma fonte de *eficiência e adaptabilidade*”, implica que a coesão social é avaliada como algo desejável em relação ao discurso neoliberal dentro do qual “eficiência” e “adaptabilidade” são representados como elementos muito favoráveis. Portanto, autor e intérprete, por terem suas práticas sociais atravessadas pelo discurso neoliberal hegemônico, consequentemente terão familiaridade com o sentido “positivo” desses valores.

Nas análises realizadas no terceiro capítulo, procuraremos mapear as avaliações contidas nos textos, através da análise de declarações avaliativas e presunções valorativas, a fim de examinarmos o que é representado como positivo e negativo por aqueles que defendem a ED nos dois gêneros em questão, o quanto essas avaliações estão relacionadas com os modos de agir e com os discursos articulados no *corpus*, e como contribuem para a forma como os autores se identificam nos textos.

### 3 EDUCAÇÃO DOMICILIAR E(M) DISCURSO: UMA ANÁLISE DE DEBATES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DE *POSTS* NO *INSTAGRAM*

*Ai, palavras, ai, palavras,  
que estranha potência, a vossa! [...] A liberdade das almas,  
ai! com letras se elabora... E dos venenos humanos  
sois a mais fina retorta:  
frágil, frágil como o vidro  
e mais que o aço poderosa!*

Cecília Meireles

Ao longo deste capítulo, apresentamos a análise dos significados acional, representacional e identificacional no *corpus* da pesquisa. Nosso olhar incide sobre os aspectos da abordagem dialético-relacional cuja herança epistemológica é voltada para a compreensão dos significados. Isso significa não só destacar pura e simplesmente os aspectos textuais, pois as condições metodológicas já nos dão pistas do nosso escopo de observação. Na seção 3.1, explicamos qual foi a metodologia utilizada na construção de cada *corpus* e, nas subseções 3.1.1 e 3.1.2, respectivamente, discorremos sobre os gêneros “debate na Câmara dos Deputados” e “*posts* no *Instagram*” de maneira mais específica. Na seção 3.2, na qual tratamos do significado acional, analisamos os referidos gêneros discursivos através dos postulados de Fairclough (2003) e, em seguida, na subseção 3.2.2, analisamos a intertextualidade manifesta no *corpus*.

Passando para a análise do significado representacional, na seção 3.3 tratamos dos discursos e modos de representação, através da análise do vocabulário e das relações semânticas que nos permitirão acessar a interdiscursividade no *corpus*. Por último, na seção 3.4, avaliamos o significado identificacional, utilizando as declarações avaliativas e as presunções valorativas como principais categorias de análise. As duas subdivisões do *corpus* serão comparadas dentro de cada seção, de acordo com a categoria de análise trabalhada.

#### 3.1 Sobre a construção do *corpus* e a metodologia

Nesta pesquisa, o *corpus* será dividido em dois grupos, a título de comparação: o primeiro grupo é composto por dois debates ocorridos na Câmara dos Deputados no mês de

abril de 2021, e o segundo grupo é composto por *posts* feitos no *Instagram* entre fevereiro e agosto de 2021, como explicaremos detalhadamente a seguir. A seleção do *corpus* foi feita através dos critérios de relevância, homogeneidade e sincronicidade, conforme proposto por Bauer (2002). De acordo com o autor:

Primeiramente, os assuntos devem ser teoricamente relevantes, e devem ser coletados a partir de um ponto de vista apenas. Os materiais em um *corpus* têm apenas um foco temático, apenas um tema específico. [...] Em segundo lugar, os materiais de um *corpus* devem ser tão homogêneos quanto possível. Isto se refere à substância material dos dados. Materiais textuais não devem ser misturados com imagens, nem devem os meios de comunicação ser confusos [...] Em terceiro lugar, um *corpus* é uma interseção da história. A maioria dos materiais tem um ciclo natural de estabilidade e mudança. Os materiais a serem estudados devem ser escolhidos dentro de um ciclo natural: eles devem ser sincrônicos. (BAUER, 2002, p. 55-56).

Diante destas premissas, consideramos que os assuntos contidos no *corpus* são teoricamente relevantes para a ACD, pois considerando o discurso como um momento das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003), presume-se que os discursos que atravessam a defesa da educação domiciliar precisam ser destacados como práticas que refletem escolhas políticas e, conseqüentemente, processos de mudança social que precisam ser retratados. Além disso, apesar de propormos a análise a partir de gêneros distintos, o *corpus* é composto por textos que têm um único ponto de vista: a defesa da ED. É preciso ressaltar, ainda, que, apesar de os *posts* e os debates incluírem imagens (visto que a notação gráfica foi feita a partir do registro em vídeo do evento), o foco da análise será a linguagem verbal, para que seja respeitado o critério da homogeneidade da substância material no *corpus*.

A coleta dos debates foi realizada através do *site*<sup>34</sup> oficial da Câmara dos Deputados, na página destinada à divulgação da agenda da instituição. Nessa página, é possível acompanhar eventos que ocorreram e ocorrerão na Câmara de acordo com o dia e o horário. A página oferece ainda um mecanismo de busca, através do qual pode-se procurar por palavras-chave, bem como filtrar os resultados entre a data final e a data inicial pretendida. Assim, foi feita a busca pelos termos “educação domiciliar”, “ensino domiciliar” e “*homeschooling*”, no recorte temporal de 01/04/2021 a 31/05/2021. Esse período de tempo foi delimitado porque os ciclos de debates propostos pela Deputada Luísa Canziani, designada relatora do projeto que prevê a regulamentação da ED, ocorreram entre abril e maio de 2021. Portanto, considera-se cumprir o critério da sincronicidade, visto que os debates pertencem a um ciclo de discussões

---

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 22 mai. 2022.

definidas pela Câmara em um período específico de tempo. Através desta busca, foram encontrados 8 eventos técnicos, conforme a tabela a seguir:

*Quadro 5 – Debates sobre ED ocorridos na Câmara dos Deputados de 01/04/2021 a 31/05/2021.*

<b>Título do Evento</b>	<b>Data</b>
<b>Discussão sobre o PL 3179/2012 e apensados - Educação Domiciliar</b>	<b>05/04/2021</b>
<i>Homeschooling</i> - Experiências Internacionais	08/04/2021
Educação domiciliar na primeira infância	09/04/2021
<b>Discussão sobre o PL 3179/2012 e apensados - Educação Domiciliar</b>	<b>12/04/2021</b>
<i>Homeschooling</i> - Experiências Internacionais	22/04/2021
Debate com especialistas – <i>Homeschooling</i>	03/05/2021
Educação Domiciliar - Vivência e Prática	06/05/2021
Educação Inclusiva sob a ótica do <i>homeschooling</i>	14/05/2021

Fonte: Produzido pela autora.

A partir desses resultados, os dois debates intitulados “Discussão sobre o PL 3179/2012 e apensados – Educação Domiciliar” (destacados na tabela), ocorridos respectivamente nos dias 5 e 12 de abril de 2021, foram selecionados para compor o *corpus* a partir dos seguintes fatores, que também cumprem os critérios de homogeneidade e relevância: (1) os debates possuem o mesmo título e, conseqüentemente, a mesma temática; (2) os debates selecionados são discussões gerais sobre o mesmo projeto de lei e não sobre outras questões específicas da ED, como é o caso dos outros; (3) os debates selecionados contaram com a participação de pessoas que, naquele momento, eram as principais representantes na defesa da ED no Brasil, como o Ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro; e a Ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves; além do presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar, Rick Dias.

Os debates contam com a participação de convidados e parlamentares com posicionamentos divergentes sobre a ED. No entanto, como o objetivo da pesquisa é verificar como os discursos são articulados na **defesa** da modalidade em dois gêneros distintos, serão analisadas apenas as falas dos participantes que a apoiam, sendo excluídas do *corpus* as falas desfavoráveis ao projeto, bem como as falas dos mediadores dos debates.



É preciso destacar, ainda, que esses debates foram filmados e estão disponíveis na íntegra, tanto no *site* da Câmara quanto no *Youtube*. A nota taquigráfica do debate ocorrido no dia 05/04/2021 foi inteiramente disponibilizada pela Câmara dos Deputados. Já o debate ocorrido no dia 12/04/2021 não possui nota taquigráfica e, portanto, a taquigrafia foi feita por mim, a partir do vídeo.

O segundo segmento do *corpus* é composto por *posts* feitos pelas seguintes páginas na *Instagram*: ANED Brasil (@anedbrasil), SIMEDUC (@simeducocial) e *Homeschooling* Brasil (@homeschoolingbrasil). As páginas foram selecionadas segundo os seguintes parâmetros: (1) ser favorável à ED; (2) ter a ED como tema principal; (3) contar com mais de 15 mil seguidores;

Pesquisamos no *Instagram* pelos termos “*homeschooling*”, “educação domiciliar” e “ensino domiciliar”, utilizando a própria ferramenta de busca do aplicativo e selecionamos as três páginas com os maiores números de seguidores que se adequavam aos parâmetros estabelecidos acima. A primeira página (@anedbrasil) pertence à ANED, a segunda (@simeducocial) é a página oficial do Simpósio Online de Educação Domiciliar, e a terceira (@homeschoolingbrasil) é uma página voltada à venda e compartilhamento de materiais didáticos voltados à ED.

É importante ressaltar que algumas das principais páginas sobre ED no *Instagram* estão ligadas a famílias praticantes dessa modalidade de ensino, que compartilham dicas, materiais e experiências cotidianas com o ensino em casa. No entanto, estas não foram consideradas na pesquisa, visto que são páginas que veiculam conteúdos pessoais com muita frequência, como fotos dos integrantes da família ou de amigos próximos, registros de viagens e homenagens de aniversário, por exemplo, que muitas vezes não dizem respeito à ED diretamente.

A partir do referencial teórico que sustenta esta pesquisa, apresentado na seção 1.2 do Capítulo 1, podemos afirmar que a racionalidade neoliberal tem o princípio da liberdade individual como uma de suas ideias fundadoras, e opera pela lógica da concorrência e pela empreendedorização, organizando não só a esfera econômica, mas dominando também as esferas política e social (HARVEY, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2019). Também vimos que o neoliberalismo converge com o neoconservadorismo (LACERDA, 2019) que, no caso do Brasil, é caracterizado pela rejeição da interferência do Estado nos valores morais e religiosos, bem como por uma reação negativa a demandas feministas e LGBTQIA+ (LACERDA, 2019).

Com base nesses princípios e considerando o objetivo da pesquisa em verificar a articulação do discurso neoliberal e neoconservador na defesa da ED, os *posts* que compõem o segundo grupo do *corpus* foram selecionados de acordo com sua temática principal. Buscamos por *posts* que estivessem diretamente relacionados com pelo menos um dos assuntos a seguir: (1) liberdade individual; (2) empreendedorização (principalmente no que diz respeito ao “investimento em capital humano” e “economia do compartilhamento”, como exposto na seção 1.2); (3) representações sobre a mulher/feminismo; (4) representações relacionadas às demandas da comunidade LGBTQIA+;

A seleção dos *posts* também foi feita a partir dos critérios de *relevância*, *homogeneidade e sincronicidade*. Quanto à sincronicidade, a delimitação temporal será de postagens feitas em um semestre, mais especificamente entre fevereiro e agosto de 2021, sendo o mês inicial aquele em que Bolsonaro entregou aos presidentes da Câmara e do Senado uma lista das pautas legislativas prioritárias para o ano, dentre as quais constava a regulamentação da ED. Quanto ao parâmetro da homogeneidade, foram analisados apenas os aspectos verbais dos *posts*, e não consideramos publicações em formato de *stories*, vídeos e *reels*. Juntamente com os enunciados verbais presentes nas fotos, as legendas também foram analisadas, pois elas constituem um dos elementos principais na estrutura do *post*, portanto, considera-se que o critério da homogeneidade está sendo cumprido.

Por último, é possível afirmar que esta seleção de *posts* terá uma relevância para a pesquisa, pois a partir da análise será possível compará-los com os debates, observando de que modo acontece a representação favorável à ED nas duas práticas e, assim, analisar se eles apontam para direções de mudança social particulares ou não.

A análise do *corpus* será desenvolvida a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos de Fairclough (2003). Nossa primeira categoria de análise é a intertextualidade, e, para acessá-la, identificamos e analisamos os trechos em que a intertextualidade é explicitamente atribuída, através do uso do discurso direto, discurso indireto e das aspas.

Em seguida, para tratar do significado representacional, fazemos a análise interdiscursiva dos textos, principalmente através da análise do vocabulário que compõe o *corpus* e seus aspectos semânticos. Como o foco da análise é na articulação dos discursos neoliberal e neoconservador no *corpus*, buscamos por itens lexicais que indiquem as formas de representação desses discursos, com base no que já discutimos nos capítulos anteriores.

Portanto, primeiro dividimos a análise voltada ao discurso neoliberal em três eixos temáticos: liberdade individual, empreendedorização e competitividade. No primeiro eixo,

temos o objetivo de verificar se as representações da ED no *corpus*, e a suposta “liberdade” que essa modalidade de ensino proporcionaria se aprovada, legitimam o discurso neoliberal no que diz respeito à liberdade individual. Para isso, examinamos os *posts* e os trechos do debate que tenham a liberdade como temática, ou que apresentem o item lexical “liberdade”.

O segundo eixo temático tem por objetivo investigar se e como as representações da ED são feitas através do discurso neoliberal no que tange à empreendedorização, principalmente em relação à “economia do compartilhamento” (para detalhamento sobre o conceito de empreendedorização, ver postulados de Brown (2019), apresentados na seção 1.2). Com esse propósito, buscamos analisar excertos do *corpus* que tratam de fontes de capitalização relacionadas à ED (como *posts* que vendem produtos ou serviços, por exemplo), e damos foco a itens lexicais que fazem parte do domínio empresarial, comercial e publicitário, como “desconto”, “parceria”, “link na bio”, “mercado” e “arrecadação”.

No terceiro eixo, examinamos em que medida a ED é representada, através do discurso neoliberal, como forma de intensificar a competitividade entre os indivíduos. Com esse intuito, buscamos por incidências no vocabulário do *corpus* que indiquem que a representação da modalidade em relação às provas para ingresso em universidades e em relação ao mercado de trabalho, com enfoque em expressões comparativas e em termos como “produto”, “produtivo” e “resultado”.

A análise orientada para o discurso neoconservador, por sua vez, é dividida em dois eixos temáticos: “LGBTQIA+” e “Mulheres”. No primeiro eixo, tratamos dos extratos do *corpus* que têm como tema a população LGBTQIA+ ou pautas sociais diretamente ligadas a ela, como também buscamos detectar termos específicos ligados à temática, como “minoria”, “diversidade” e “gênero”. O objetivo desse primeiro recorte é examinar se a ED é representada como sendo uma modalidade antagônica às pautas LGBTQIA+, o que indicaria a legitimação do discurso neoconservador. No segundo eixo de análise, damos foco às partes do *corpus* que tenham a mulher ou pautas feministas como temática principal, e também buscamos analisar de forma mais precisa a ocorrência dos termos “mulher” e “mãe”, na tentativa de verificar se a representação do feminino e do feminismo, em relação à ED, é feita através do discurso neoconservador.

Para concluir o capítulo de análise, buscaremos acessar o significado identificacional partindo da análise de declarações avaliativas e das presunções valorativas, com o objetivo de verificar o que é avaliado como bom ou ruim, desejável ou indesejável pelos defensores da ED. Para isso, mapeamos as declarações avaliativas buscando por adjetivos, advérbios e verbos

avaliativos, bem como os valores assumidos. Devido à extensão do *corpus* e, conseqüentemente, do grande número de ocorrências de avaliações encontradas, optamos por focar nossa investigação nas avaliações diretamente relacionadas à ED em si, excluindo, portanto, avaliações sobre os atores sociais envolvidos nas práticas, como “*jovem relatora*” e “*ministro predileto*”, por exemplo, que são expressões que aparecem nos debates, ou para avaliar outros aspectos menos correlacionados à ED, como na frase “*humor ácido das propagandas vintage*”, que aparece em um dos *posts*.

### 3.1.1 Os debates

Conforme vimos, o primeiro grupo que compõe o *corpus* é composto por dois debates ocorridos na Câmara dos Deputados nos dias 05/04/2021 e 12/04/2021, respectivamente. Esses debates foram propostos pela deputada Luísa Canziani (PTB-PR), designada relatora do projeto de lei sobre ED. O texto-base desse projeto seria elaborado por ela e, posteriormente, analisado, votado na Câmara e no Senado e, se aprovado nessas duas instâncias, seguiria à sanção presidencial. Portanto, para elaborar esse relatório, a deputada convocou representantes do governo, oposição, famílias que praticam ED, profissionais de educação, dentre outros, para que pudesse ouvir diferentes agentes ligados ao tema. Assim, segundo Canziani, ela poderia apresentar um texto “sensato e equilibrado”<sup>35</sup> ao Plenário.

O debate do dia 05/04/2021 contou com os seguintes participantes: Maria Helena Guimarães de Castro – Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); Vitor de Angelo – Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Secretário de Educação do Espírito Santo; Lincoln Portela – Deputado Federal e autor do PL 3179/2012; Milton Ribeiro – Ministro da Educação; Damares Alves – Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos; Márcia Aparecida Baldini – Dirigente Municipal de Educação de Cascavel/PR e vice-presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (Undime-PR); Ângela Amin – Deputada Federal e relatora da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Bia Kicis – Deputada Federal e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ); Israel Batista – Deputado Federal, Professor e Presidente da Frente Parlamentar

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.frentedaeducacao.org.br/prioridade-do-governo-ensino-domiciliar-recebe-criticas-de-entidades-da-area-de-educacao/>. Acesso em: 22 mai. 2022.

Mista da Educação; Rosa Neide – Deputada Federal e Professora; Patrick Bestetti Mallmann – Primeiro-Secretário da Carreira de Diplomata.

O debate do dia 12/04/2021, por sua vez, foi composto pelas seguintes entidades representativas: Inêz Augusto Borges – Assessora Especial do Ministério da Educação; Rick Dias – Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED); Andressa Pellanda – Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Magno Karl – Diretor Executivo do Livres<sup>36</sup>; Rozana Barroso – Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Ana Dumont – Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (SINEPE-DF); Eliane Leite – Líder do Comitê de Educação do Grupo Mulheres do Brasil.<sup>37</sup>

Até o momento da produção deste texto (abril de 2023), o texto-base produzido por Canziani a partir dos debates já havia sido aprovado pela Câmara e tramitava no Senado. O texto regulamenta a ED a partir de algumas exigências<sup>38</sup>, por exemplo, a necessidade de pelo menos um dos pais ou responsáveis possuir ensino superior ou técnico concluídos; e a obrigação da criança ou adolescente em regime de ED estar matriculado em uma instituição de ensino reconhecida, que será responsável por acompanhar o desenvolvimento do estudante através de avaliações periódicas.

### 3.1.2 Os posts

Os oito *posts* que compõem o segundo grupo do *corpus* foram retirados das seguintes páginas do *Instagram*: ANED Brasil (@anedbrasil), SIMEDUC Oficial (@simeeducoficial) e *Homeschooling* Brasil (@homeschoolingbrasil). Como mencionamos, as páginas foram selecionadas por serem favoráveis à ED e tê-la como tema principal, por serem páginas de caráter público e por contarem com um volume considerável de seguidores (superior a 15 mil).

A página oficial da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED Brasil) possui, até o momento de produção deste texto, 29,4 mil seguidores. Suas principais postagens estão voltadas à divulgação de notícias e eventos sobre ED, bem como manifestações a favor da aprovação de leis relacionadas ao tema e agradecimentos a atores políticos que estão

---

<sup>36</sup> De acordo com o *site* oficial, o Livres é um movimento político suprapartidário que atua em defesa do liberalismo. Disponível em: <https://www.eusoulivres.org/quem-somos/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

<sup>37</sup> Os participantes dos debates ocupavam os referidos cargos em abril de 2021.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/877076-camara-aprova-texto-base-de-projeto-que-regulamenta-educacao-domiciliar-votacao-prosegue-nesta-quinata/>. Acesso em 30 mai. 2022.

engajados na regulamentação da ED. Durante o período definido para a busca dos *posts* (de fevereiro a agosto de 2021), esta página realizou um total de 174 publicações.

A página SIMEDUC Oficial, por sua vez, conta com 29,3 mil seguidores. SIMEDUC é o maior simpósio online de ED do Brasil e, assim como na página da ANED, os *posts* geralmente são voltados à divulgação de eventos, palestras e notícias sobre ED. No entanto, a fundadora e idealizadora do SIMEDUC, Gaba Costa, também aparece em alguns *posts*, seja realizando *lives* com outras pessoas para conversar sobre assuntos que tangenciam a ED ou em vídeos, geralmente com teor humorístico, para divulgar os eventos relacionados ao simpósio. Essa é uma página bastante ativa e, durante o recorte temporal de fevereiro a agosto de 2021, apresentou 589 publicações.

Por último, a página *Homeschooling* Brasil é voltada à “educação domiciliar de qualidade”<sup>39</sup> e a compartilhamento de materiais didáticos e planos de aula para as famílias, contando com 16,9 mil seguidores. Essa é uma página que apresenta postagens com menos frequência, somando apenas 16 publicações entre fevereiro e agosto de 2021. Desse modo, o grupo foi composto por oito *posts*, selecionados de acordo com sua temática (conforme explicado na seção 3.1), sendo dois retirados da página *Homeschooling* Brasil, dois da ANED Brasil e quatro da página SIMEDUC Oficial.

### 3.2 Gêneros: modos de agir

Para a análise dos gêneros situados “*post* de *Instagram*” e “debate na Câmara dos Deputados”, que é feita a seguir, damos menos foco às características estruturais, e centralizamos a discussão sobre como esses gêneros figuram na ação e interação social. Para isso, analisamos os gêneros a partir de três dimensões da interação discursiva sugeridas por Fairclough (2003): *Atividade, Relações Sociais e Tecnologia de Comunicação* (ver capítulo 2, seção 2.2.1) para uma explicação mais detalhada sobre cada uma dessas dimensões).

---

<sup>39</sup> Segundo a descrição contida na biografia da página. Disponível em: <https://www.instagram.com/homeschoolingbrasil/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

### 3.2.1 O gênero “post no Instagram”

#### 3.2.1.1 Atividade

De acordo com Fairclough, a primeira dimensão pela qual um gênero individual pode ser analisado é a “*Atividade*” e, para isso, devemos nos perguntar: “o que as pessoas estão fazendo discursivamente”? (FAIRCLOUGH, 2003, p. 70). No entanto, no que concerne ao gênero “*post no Instagram*”, a resposta para essa pergunta se torna complexa, pois, sendo um gênero discursivo digital e multimodal, ele apresenta maior fluidez e plasticidade, podendo ter propósitos semelhantes a infinidade de outros gêneros. Um *post* pode conter, por exemplo, uma notícia, uma charge, uma receita culinária ou um meme, por exemplo. No entanto, esses gêneros são recontextualizados ou até entrelaçados de maneira multimodal e interativa no *post*, o que amplia o propósito comunicativo em termos de interação e engajamento. Sendo assim, as pessoas agem discursivamente, através dos *posts* no *Instagram*, com diferentes propósitos que “podem estar combinados hierarquicamente, mesclados, implícitos, de maneira que a fronteira entre eles pode não ser tão clara” (RAMALHO, 2012, p. 160).

Muitos dos usuários do *Instagram* possuem perfis privados e apenas querem, através de seus *posts*, publicar registros visuais de suas vidas e compartilhá-los com pessoas conhecidas em troca de curtidas e comentários. No entanto, também existe uma parcela significativa de usuários – geralmente aqueles com maior número de seguidores – que utilizam suas contas para fazer *marketing*, pessoal ou não, e vender produtos, serviços, opiniões ou um estilo de vida. Frier (2021) relata como o *Instagram* transformou a forma de fazer negócios no mundo todo. De acordo com a autora, desde 2017, os usuários que produziam mais conteúdo começaram a utilizar a plataforma para criar ou impulsionar suas marcas e negócios:

Os incentivos inerentes do produto - likes, comentários, seguidores - eram o que mandava. Com patrocínio ou não, todo mundo no Instagram estava vendendo de alguma maneira. Vendiam uma versão ambiciosa de si mesmos, transformando-se em marcas, comparando suas métricas com as de seus pares. (FRIER, 2021, p. 289).

Por isso, para nos referirmos ao *Instagram*, deixaremos o termo “rede social” em segundo plano e daremos preferência ao termo “plataforma online”, fundamentando-nos na diferença conceitual postulada por Andrea (2020, p. 8): “Enquanto o primeiro termo enfatiza uma dimensão interacional, a perspectiva das plataformas busca ressaltar como as trocas são moldadas pelos aspectos computacionais, econômicos e políticos da conectividade online”.

O número de seguidores é a principal métrica do *Instagram*, que funciona como um indicador sobre o reconhecimento e a importância da pessoa, marca ou organização que administra cada conta. Portanto, podemos afirmar que não todos os usuários, mas milhões deles, agem através de seus *posts* para ganhar mais seguidores e, conseqüentemente, maior relevância e poder dentro da plataforma. Aqui, quando falamos de poder, estamos falando, principalmente, de poder de influência, visto que o *Instagram* tem grande potencial para moldar e manipular comportamentos e concepções de mundo. Não por acaso, as personalidades que contam com os maiores números de seguidores ganham o título de “influenciador(a) digital”.

De um lado, o “influenciador” se esforça para ganhar seguidores, curtidas e comentários e, para isso, planeja e adapta seus *posts* para atender às expectativas do público e para competir com outros influenciadores. Do outro lado, o usuário médio utiliza a plataforma passivamente, sendo afetado pelo ordenamento algorítmico da plataforma que prioriza a exibição de conteúdos que sejam potencialmente relevantes para cada um, de acordo com os dados de navegação e preferências individuais. O algoritmo faz uma espécie de seleção de conteúdos personalizada de acordo com o que cada usuário gosta de ver, e organiza a ordem em que esses conteúdos aparecerão para cada usuário. Além disso, como explica Andrea (2020, p. 28), o algoritmo mede e armazena as práticas sociais nas plataformas, para identificar potenciais públicos calculados para fins comerciais e políticos. No entanto, de acordo com Guedes (2017):

a seleção automática de conteúdo pelos algoritmos de inteligência artificial dessas plataformas produz efeitos colaterais, cujos malefícios começam a ser discutidos, tais como o efeito bolha. O efeito bolha tem restringido o acesso das pessoas à diversidade dos conteúdos, o que gera questionamentos quanto ao seu potencial antidemocrático. (GUEDES, 2017, p. 67).

O efeito bolha também faz com que as pessoas ajam discursivamente em consonância com as ideologias hegemônicas da própria bolha. Por exemplo, se os seguidores de uma determinada conta se engajam com conteúdos sobre um partido político específico, o administrador se empenha para produzir *posts* ideologicamente alinhados ao partido e, assim, com a ajuda do algoritmo, ganhar suas recompensas: mais seguidores, curtidas, comentários e compartilhamentos. Do outro lado, o seguidor médio tende a se engajar apenas com conteúdos que estejam de acordo com seu posicionamento político, deixando de seguir contas que apresentem posições divergentes.

Como vimos, os *posts* analisados nesta pesquisa foram publicados por páginas que têm como tema principal a defesa e divulgação da ED, bem como a venda e compartilhamento de materiais didáticos e orientações voltadas à modalidade de ensino. Assim, presume-se que,



majoritariamente, os seguidores são praticantes da ED, pretendem adotá-la ou, pelo menos, concordam com a sua regulamentação.

As páginas analisadas não são de caráter pessoal, ou seja, não são voltadas à divulgação de conteúdos relacionados diretamente à vida particular das pessoas, mas são ligadas a organizações (ANED Brasil, SIMEDUC e *Homeschooling* Brasil) que agem discursivamente para informar seus seguidores sobre os projetos de lei, compartilhar dicas e materiais, divulgar produtos, eventos e grupos de estudos voltados às famílias *homeschoolers* e, simultaneamente, representar a ED de uma maneira “positiva” para os integrantes daquela bolha, com o propósito de criar engajamento com os conteúdos, mas, sobretudo, de interpelar os seguidores, incentivando-os e influenciando-os à prática da ED, ao apoio na luta pela sua regulamentação ou à compra dos produtos e serviços divulgados.

Além disso, constatamos que alguns gêneros como notícias e propagandas formam cadeias de gênero<sup>40</sup> com os *posts* analisados nesta pesquisa de maneira muito naturalizada. Portanto, também devemos levar em consideração o fato de que é uma especificidade dos textos no *Instagram*, apesar de serem essencialmente *posts*, devido ao seu caráter digital e interativo, eles frequentemente envolvem uma combinação de diferentes gêneros, porque essas combinações são proporcionadas pelo próprio caráter multimodal da plataforma. O *Instagram*, por exemplo, permite que o autor, ou o usuário, combine textos, imagens, sons e outros recursos audiovisuais em suas publicações, que inclusive podem, através de recursos tecnológicos, ser facilmente capturados de outras páginas, outras plataformas e outros domínios, o que de certa forma contribui para que certos gêneros se transformem em *posts*. Para Fairclough (2003):

A análise de gênero tem uma contribuição significativa a dar à pesquisa sobre a relação entre mudança tecnológica, mediação, mudança econômica e mudança social mais ampla - tanto em termos de como a integração de novas tecnologias em processos econômicos, políticos, sociais e culturais é instanciado por meio de novos gêneros e em termos de como as cadeias de gênero são estabelecidas no tecido da “sociedade da informação”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 78, tradução nossa<sup>41</sup>).

Por isso, analisar as cadeias de gêneros das quais fazem parte os *posts* analisados é importante em termos de *Atividade*, principalmente quando incluem notícias e publicidade,

---

<sup>40</sup> Fairclough (2003, p. 31, tradução nossa) define cadeias de gênero como “gêneros diferentes que estão regularmente ligados entre si, envolvendo transformações sistemáticas de gênero em gênero”. No original: “different genres which are regularly linked together, involving systematic transformations from genre to genre”.

<sup>41</sup> No original: “Genre analysis has a significant contribution to make to research on the relationship between technological change, mediation, economic change, and wider social change - both in terms of how the integration of new technologies into economic, political, social and cultural processes are instantiated through new genres, and in terms of how genre chains are woven into the fabric of the ‘information society’”.

pois elas podem indicar, como explica Ramalho (2012, p. 155), uma estratégia eficiente para obscurecer as fronteiras entre o que é entretenimento, o que é informação e o que é publicidade e, dessa forma, “dissimular propósitos promocionais e ação ideológica sobre o outro”.

### 3.2.1.2 Relações sociais

A segunda dimensão de análise sugerida por Fairclough (2003, p. 70) são as “*Relações Sociais*”. Em resumo, essa dimensão equivale à seguinte pergunta: quais são as relações sociais entre as pessoas envolvidas em determinada atividade discursiva? No caso dos *posts* no *Instagram*, a relação não acontece face a face; dessa forma, “a interação pode ser entre organizações ou grupos ou indivíduos, ou combinar diferentes tipos de agentes sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 75, tradução nossa<sup>42</sup>).

Muitos usuários que produzem conteúdo no *Instagram* alcançaram fama e visibilidade através da própria plataforma e contam com milhares ou milhões de seguidores. Além disso, existem contas administradas por organizações e instituições (governamentais e empresariais) que também operam em escalas nacionais e globais. Portanto, os graus de hierarquia e distância social (ver seção 2.2.1) relacionadas ao gênero *post* não podem ser generalizados. Podemos afirmar que a hierarquia e a distância social podem ser elevadas nos casos em que o *post* é feito por pessoas influentes, instituições ou organizações, assim, certamente o texto exercerá poder sobre seus seguidores e terá um alcance expressivo em escala regional, nacional ou até global. Por outro lado, quando o *post* é feito por indivíduos “comuns”, ou menos conhecidos na plataforma, a hierarquia e a distância social são diminuídas. Também é importante ressaltar que o fato de o *post* ser um gênero discursivo inserido no *Instagram*, que é uma plataforma online, gratuita e aberta, em que todos os usuários têm acesso livre e direto a qualquer conta pública, e a possibilidade de interagir com os conteúdos ali publicados, faz com que as assimetrias sociais muitas vezes fiquem implícitas e as relações de dominação sejam mistificadas.

No caso dos *posts* analisados nesta pesquisa, considera-se que os *posts* das páginas *ANED Brasil*, *SIMEDUC* e *Homeschooling Brasil* tendem a exercer poder e influência sobre seus seguidores, visto que, além do efeito bolha e da atuação algorítmica que já servem a esse

---

<sup>42</sup> No original: “Communication can be between organizations or groups or individuals, or combine different types of social agents”.

propósito, as páginas ainda interagem com seus seguidores em forma de “cooperação”: tirando dúvidas, compartilhando materiais, oferecendo produtos e serviços etc.

Além disso, podemos afirmar que as páginas tem um alcance nacional, visto que a primeira delas pertence à Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), que, segundo o seu próprio *site* oficial,<sup>43</sup> promove e participa de eventos em diversos estados e no Distrito Federal, além de proporcionar a interação entre famílias de todas as partes do país e estar em constante negociação com os poderes legislativo e judiciário. A segunda página pertence ao SIMEDUC, que, segundo seu *site* oficial, é o maior evento brasileiro de ED, e já atingiu a marca de mais de 5.000 famílias capacitadas<sup>44</sup> através do “SIMEDUC Prime” – um pacote oferecido pela organização que inclui cursos, palestras e curadorias. A última página leva o nome de *Homeschooling Brasil*, que indica sua abrangência nacional. E, apesar de não revelar o número de famílias que já adquiriram seus materiais didáticos, a organização tem um amplo alcance, pois, além dos seguidores do *Instagram*, ainda soma mais de 80 mil inscritos em seu canal<sup>45</sup> no *Youtube*, através do qual também compartilham dicas, tutoriais e divulgam seus produtos.

### 3.2.1.3 Tecnologia de Comunicação

Retomando a discussão iniciada no Capítulo 2 sobre a análise dos gêneros individuais no que se refere às Tecnologias de Comunicação das quais eles dependem, afirmamos que o *post* no *Instagram* é um gênero que configura o tipo de “interação mediada on-line”, conforme proposto por Thompson (2018). Isso significa, segundo a proposta do autor, que é um tipo de interação que ocorre através de meios técnicos, como o celular, *tablet* ou outro dispositivo móvel, o que implica na extensão espaço-temporal da interação, ou seja, os interagentes podem estar distantes no espaço ou no tempo, ou em ambos. Além disso, é uma interação de caráter potencialmente dialógico, uma vez que o *post* recebe curtidas e comentários de outros usuários, que podem ou não ser lidos e respondidos, não só pelo autor do *post*, como também por outras pessoas que façam parte da rede. Dessa forma, temos um tipo de orientação para a ação que Thompson (2018) chama de “muitos para muitos”, o que quer dizer que é uma forma de

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.aned.org.br/index.php/sobre-nos/por-que-associar-se>. Acesso em: 24 mai. 2022.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://simeduc.com.br/simeducprime/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCo46Yp2dT0SrB8rKfVqUDCg>. Acesso em: 24 mai. 2022.

interação orientada para uma multiplicidade de destinatários, que também podem interagir entre si a partir do *post*.

Ainda podemos afirmar que o *post* é uma forma discursiva de ação e interação mediada não apenas pelos meios técnicos, como citamos acima, mas também pela própria empresa que gerencia a plataforma, bem como pelo algoritmo criado por ela: a empresa *Instagram* que, em 2012, foi adquirida pelo *Facebook, Inc* (atual *Meta Platforms, Inc.*). Esse fato é relevante, porque devemos considerar que essa mediação é feita com base nos objetivos econômicos da empresa, que, através do algoritmo, busca direcionar os conteúdos de acordo com as preferências, interesses e concepções de cada indivíduo, para aumentar o tempo de utilização e a sensação de satisfação dos usuários.

Além disso, a ação algorítmica também tem por objetivo entregar *conteúdos patrocinados* aos potenciais consumidores, isto é, empresas, organizações e até usuários comuns investem valores em dinheiro para aumentarem a propagação de suas postagens na plataforma, fazendo com que elas sejam vistas por um maior número de usuários cuja atividade no aplicativo indique interesse no assunto, produto ou serviço que está sendo veiculado. Thompson (2018) aproxima-se dessa discussão ao argumentar como a infraestrutura fornecida pelas empresas de telecomunicações está relacionada ao acúmulo de recursos e exercício de poder:

Quer sejam as empresas de telecomunicações que forneçam as instalações e redes para o uso de telefones, as organizações de mídia que produzam e transmitam programas de rádio e TV ou as empresas de tecnologia que desenvolvam e controlem as plataformas que hospedam as mídias sociais, essas organizações são a infraestrutura social que possibilita e sustenta a interação mediada em suas variadas formas – sem essas infraestruturas, ou algo semelhante a elas, essas possibilidades de interação mediada não existiriam. Essas organizações e os indivíduos que possuem, gerenciam e trabalham para elas têm seus próprios interesses, prioridades e preocupações. Elas fornecem as bases institucionais para o acúmulo intensivo de recursos – econômicos, simbólicos e informacionais – e para o exercício do poder. (THOMPSON, 2018, p. 24).

Portanto, ao analisar como a defesa da ED ocorre através dos *posts*, devemos levar em consideração que a infraestrutura do *Instagram*, plataforma onde os conteúdos são veiculados, atua diretamente na distribuição e no consumo dos conteúdos em análise, no sentido em que certamente eles serão distribuídos e consumidos para e por usuários que, no decorrer de sua navegação pela plataforma e por outros *sites*, deixaram alguma pista de que teriam um interesse latente na ED.

Além disso, o direcionamento dos *posts* também pode ser feito de acordo com as preferências políticas e outras concepções sociais de usuários que estejam relacionadas ao tema – como a insatisfação com a escola e a conduta docente, por exemplo, conforme discutimos no primeiro capítulo. Portanto, depreendemos que a Tecnologia de Comunicação da qual o *post* depende, neste caso o dispositivo eletrônico e o próprio *Instagram*, influencia diretamente no modo de ação e interação configurado pelo gênero, ou seja, contribui para moldar as atividades e as relações sociais estabelecidas a partir do consumo dos *posts*. Assim, buscaremos sempre fazer nossas análises tendo essa especificidade em vista.

### **3.2.2 O gênero “debate na Câmara dos Deputados”**

#### **3.2.2.1 Atividade**

Ao analisar o gênero “debate na Câmara dos Deputados” em termos de *Atividade*, como proposto por Fairclough (2003), pode-se assumir que, através desse gênero discursivo, as pessoas agem discursivamente para expressar suas opiniões, ideias pessoais ou das instituições que representam, a respeito de uma proposta legislativa. No caso específico do recorte dos debates que compõem o *corpus* desta pesquisa, os participantes têm o propósito principal de persuadir ou influenciar os legisladores a favor do PL 3173/2012, de autoria do deputado Lincoln Portela, que tem por objetivo possibilitar a oferta da educação básica em âmbito doméstico, sob responsabilidade dos pais ou tutores legais.

Devemos considerar, ainda, que esses debates foram transmitidos ao vivo e estão disponíveis para serem assistidos no canal da Câmara dos Deputados no *Youtube*, que conta com mais de 700 mil inscritos. Portanto, é possível afirmar que os participantes também agem discursivamente com o propósito de influenciar a opinião pública a respeito do tema, uma vez que têm a consciência de que a transmissão ao vivo do debate e o registro em vídeo possivelmente seriam assistidos por milhares de pessoas.

#### **3.2.2.2 Relações sociais**

No que diz respeito às Relações Sociais entre os participantes, pode-se afirmar que os convidados para o debate são especialistas no tema que será debatido ou representam instituições que estão ligadas à pauta em alguma proporção. Pode-se dizer que, devido à

estrutura genérica do debate, os participantes têm oportunidades iguais de expressão, visto que o tempo de cada turno de fala é o mesmo. No entanto, a interação acontece em tom de conflito, pois, via de regra, os convidados possuem opiniões divergentes sobre o assunto em questão.

Se observarmos a lista de participantes dos debates analisados nesta pesquisa (seção 3.1.1), notaremos que os convidados ocupam posições de superioridade em instituições políticas e educacionais. São presidentes e dirigentes de conselhos e órgãos educacionais, ministros, deputados e o próprio presidente da ANED. Também é interessante observar que a interação se dá entre os indivíduos presentes no debate, mas, simultaneamente, também há uma interação entre as instituições das quais os convidados fazem parte, os grupos envolvidos e os indivíduos que assistem ao debate pelo *Youtube*.

Portanto, tratando-se da relação entre os debatedores, podemos afirmar que a hierarquia social e a distância social não são elevadas, pois todos eles falam em nome de organizações (governamentais ou não) que atuam em escala nacional. Por outro lado, os participantes também agem à distância sobre os ouvintes do debate, visto que o evento foi transmitido para a população pelo *Youtube*, reafirmando a posição do debate como instrucional. Nesse caso, podemos afirmar que a hierarquia e distância sociais são elevadas, pois ocupando lugares sociais de autoridades, falando em nome de instituições e organizações nacionais ou regionais, e participando de um debate que ocorria em uma das instâncias do Poder Legislativo em âmbito federal, os convidados muito provavelmente exercerão poder sobre a “plateia virtual”, composta por indivíduos que ocupam lugares específicos.

### 3.2.2.3 Tecnologia de Comunicação

Por último, acerca da Tecnologia de Comunicação, podemos afirmar que em seu formato tradicional o debate na Câmara dos Deputados ocorreria de forma presencial em uma interação “face a face”. No entanto, em decorrência da pandemia de COVID-19, os eventos aconteceram de forma virtual, através de videoconferências, nas quais os debatedores participavam de forma simultânea. Além disso, como sabemos, eles foram transmitidos pelo *Youtube* e estão disponíveis nessa plataforma<sup>46</sup> e no *site* da Câmara dos Deputados.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A7VYAmU2IIU;> e em: <https://www.youtube.com/watch?v=9GtCizBqiU4>. Acesso em: 22 mai. 2022.

Portanto, devido a essas configurações e às novas dinâmicas proporcionadas pela internet e outras tecnologias digitais, trataremos dos debates que compõem o *corpus* como interações de caráter híbrido. Retomando os postulados de Thompson (1998) e Fairclough (2003), os quais expusemos no Capítulo 2, seção 2.2.1, podemos afirmar que os trechos do debate em que os convidados fazem suas exposições são interações mediadas em uma via. “Mediadas” porque os participantes estão em videoconferência, portanto ocupam contextos espaciais distintos e dependem de meios técnicos para se comunicar, e “em uma via” porque esse momento do evento tem um caráter monológico. Por outro lado, após as exposições, os convidados podem fazer interpelações, réplicas e tréplicas; portanto, nesse momento, a interação passa a ser mediada em duas vias, pois torna-se orientada para indivíduos específicos.

Ainda é preciso considerar a transmissão dos debates no *Youtube* e no *site* da Câmara, que consistem em outro tipo de interação – a “interação mediada on-line” –, dado que haverá um número indefinido de receptores potenciais, que estarão em contextos espaço-temporais distintos dos participantes do debate, sujeitos à ação algorítmica; e que certamente, através dos comentários, estabelecerão diálogo com os participantes dos debates, com os legisladores e com os outros usuários da plataforma *Youtube* que comentam e interagem, simultaneamente ou não, o que torna a interação orientada de muitos para muitos.

Logo, assim como ocorre no caso dos *posts*, podemos afirmar que a Tecnologia da Comunicação também atua diretamente nos modos de distribuição e consumo do gênero “debate na Câmara”, influenciando não só as formas de adesão dos telespectadores/consumidores, como também as cadeias de gênero que serão formadas a partir desse tipo de interação.

### ***3.2.3 Intertextualidade***

Antes de passarmos à análise do significado representacional, trataremos das relações intertextuais nos textos que compõem o *corpus*. Inserimos a seção de análise intertextual dentro da análise dos gêneros (significado acional) pois, segundo Resende e Ramalho (2006, p. 65), a intertextualidade é uma “categoria analítica relacionada a maneiras de agir discursivamente em práticas sociais”. Nesta seção, analisaremos de que maneira as vozes incorporadas são recontextualizadas, se estão sendo depreciadas ou valorizadas (RESENDE; RAMALHO, 2006), quais ausências significativas são observadas, quais são as relações entre a voz reportada

e a voz autoral e como as relações intertextuais contribuem para favorecer a ED nos dois gêneros em questão.

### 3.2.3.1 Intertextualidade nos debates

Nos debates que compõem o primeiro segmento do *corpus*, é possível encontrar trechos em que a intertextualidade é especificamente atribuída, como nos casos abaixo (grifos meus):

- (1) Outra coisa que temos que lembrar, em termos legais, é que o STF não recusou o *homeschooling*, o entendimento dele não é de recusa; pelo contrário: **ele disse, de forma diversa, que o *homeschooling*, sim, não está vedado, ele não é inconstitucional.** (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).
- (2) Chega de ficar se defendendo em relação a argumentos falaciosos, de que famílias pobres ou famílias miseráveis não teriam condições de fazer *homeschooling* e que poderiam, sim, usar isso para então abusar ou desrespeitar os direitos da criança ou do adolescente. **Eu tive que ouvir esse tipo de coisa inclusive do STF**, na audição que tivemos no recurso extraordinário. Confesso a vocês todos que isso nos cansa a uma década, uma década inteira ouvindo argumentos de pessoas que não entendem o que é educação domiciliar. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).
- (3) Quantos alunos de pedagogia que eu recebo querendo fazer seus TCCs em educação domiciliar. E **alguns até relatam** que têm sido perseguidos pelos seus orientadores por conta do tema. Mas quantos deles se sentem frustrados por não poderem aplicar o que eles aprendem? **Eles me dizem o seguinte:** “Rick, eu aprendo aqui um Waldorf, um Piaget que eu não consigo aplicar dentro do sistema”. Onde está a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas que está lá na nossa constituição? (Rick Dias – Debate 12/04/2021).
- (4) Aqueles dois meninos que deveriam ter ficado famosos no Brasil por terem ingressado no vestibular com 13 ou 14 anos, dois gênios, não ficaram famosos por sua genialidade, não. Ficaram famosos porque seu pai e sua mãe estavam sendo processados por darem aula para eles em casa. Eu lembro bem que, quando recebemos esses meninos na Câmara dos Deputados, em 2009, **eles diziam o seguinte:** “Nós não somos criminosos”. Essa frase mexeu muito comigo. (Damares Alves – Debate 05/04/2021).
- (5) Esta semana recebi um pedido de socorro de uma amiga do Rio Grande do Sul **dizendo que** um casal de amigos dela que tem filhos recebeu uma notificação e está correndo o risco de ter os seus filhos levados para um abrigo se eles não comprovarem a matrícula dos filhos na escola. (Bia Kicis – Debate 05/04/2021).

O trecho (1), retirado da fala do então Ministro da Educação Milton Ribeiro, relata, em discurso indireto, a “voz” do Supremo Tribunal Federal, que no julgamento do Recurso Extraordinário 888815 RS decidiu, pelo voto da maioria dos ministros, que a ED não é vedada constitucionalmente, mas indicou a necessidade de uma lei específica que regulamente a



modalidade de ensino (CURY, 2021). Portanto, neste caso, a intertextualidade funciona como um argumento de autoridade: se a mais alta instância do poder judiciário brasileiro reconheceu que há segurança jurídica para o tratamento legal da matéria, significa que um passo importante já foi dado a favor da regulamentação da ED.

No excerto (2), o presidente da ANED, Rick Dias, também estabelece relação intertextual com a “voz” atribuída por ele ao Supremo Tribunal Federal. Em primeiro lugar, é interessante observar que nesses dois primeiros excertos os agentes são omitidos, ou seja, eles utilizam expressões como “o STF disse” e “tive que ouvir esse tipo de coisa do STF”. Sabemos que o Supremo Tribunal Federal é composto por onze ministros e que dez deles participaram do julgamento citado pelos debatedores, apresentando argumentos e posições distintas. No entanto, esse tipo de construção linguística visa elidir a agência humana e responsabilizar a instituição de modo geral.

Um segundo ponto que nos chama atenção é que, apesar de em ambos os trechos (1 e 2) o Supremo Tribunal Federal ser colocado em um patamar de importância, no excerto (2) a autoridade da instituição é utilizada em tom de crítica, pois o debatedor pressupõe que, como instância máxima do país, o STF deveria “saber” o que é ED, mas – segundo ele – não sabe. Ou seja, a fala de Rick Dias coloca a compreensão da suprema corte sobre o tema como equivocada.

É importante ressaltar que os termos “STF” e “Supremo Tribunal Federal” são mencionados dez vezes ao longo do *corpus* composto pelos debates, todas elas em referência ao julgamento do recurso extraordinário (RE 888815 RS) sobre o direito à ED. A comparação entre os dois excertos acima comprova que as relações intertextuais estabelecidas com esse julgamento são utilizadas de maneira conveniente para sustentar a argumentação em diferentes momentos.

Já os trechos (3), (4), (5) têm uma característica em comum: todos trazem relatos de pessoas que, de certa forma, passaram por algum tipo de sofrimento pelo fato de praticarem a ED ou demonstrarem interesse no tema. No trecho (3), Rick Dias estabelece relação intertextual, em discurso direto, com a fala de alunos de pedagogia que relatam terem sido perseguidos pelos professores quando cogitaram realizar pesquisas voltadas à ED. No fragmento (4), extraído da fala de Damares Alves, é utilizado o discurso direto para relatar a fala de dois alunos da ED, cujos pais haviam sido processados, e que alegavam não serem “criminosos”. Por último, o exemplo (5) foi retirado da fala de Bia Kicis, que parafraseia o

“pedido de socorro” de uma amiga, em nome de um casal que foi notificado por praticar ED e que estava correndo o risco de perder a guarda dos filhos.

Os itens lexicais “perseguidos”, “criminosos”, “processados”, “correndo riscos”, “socorro”, sublinhados nos excertos acima, são utilizados em referência às vozes relatadas e, dessa forma, apelam para o constrangimento das famílias que estão inseridas na prática da ED, sem respaldo legal. Assim, as fronteiras entre o texto relatado e o texto que relata ficam bem definidas pelas expressões “dizem/diziam o seguinte” e “dizendo que”, que são utilizadas no intuito de reproduzir um relato fiel do que foi dito. Portanto, nesses trechos, as relações intertextuais figuram como uma estratégia para comover a relatora e os opositores, representando as famílias como injustiçadas, como se elas estivessem sendo punidas por algo indevidamente e, dessa forma, os debatedores buscam favorecer a regulamentação da modalidade domiciliar de ensino.

As relações intertextuais com textos normativos também são uma estratégia persuasiva frequente nos debates. Expandir o dialogismo e embasar justificativas em leis é uma estratégia argumentativa eficiente, visto que esses textos geralmente têm sua face subjetiva ocultada, e mostram-se como uma verdade geral, uma prerrogativa a ser seguida e obedecida e, portanto, podem dirimir eventuais resistências. Além disso, ao basearem a argumentação a favor da ED em textos normativos, eles representam a modalidade de ensino como uma pauta justa, legítima e digna de apoio.

Nas falas dos debatedores, podemos observar a intertextualidade manifesta com a Constituição Federal, com o Código Civil e com outros documentos normativos, representando o discurso jurídico – um discurso autorizado e legitimado, e, por isso, fortalecedor da argumentação. Esse discurso é identificado através do vocabulário utilizado, como, por exemplo, os itens lexicais “dispositivos constitucionais”, “artigo”, “inciso” e “parágrafo”. Traremos alguns exemplos:

- (6) Eu também queria chamar a atenção dos senhores para o que diz a nossa **Constituição**. E gostaria muito que a Deputada, ao apresentar seu relatório, também trouxesse os **dispositivos constitucionais**. **Diz o art. 205:** Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. **O art. 206 diz:** Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. **O art. 209 diz:** Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional. (Damares Alves – Debate 05/04/2021).

É interessante observar que a ex-ministra Damares Alves utiliza o artigo 206 para justificar suas alegações a favor da ED; no entanto, ela utiliza apenas o inciso III em sua fala: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas ensino”. Dessa forma, ela faz uma interpretação muito particular do que seria uma “instituição privada de ensino”, incluindo a casa e a família nesse segmento educacional de formalidade. Esta interpretação é reforçada na citação artigo 209 feita em seguida pela debatedora: “o ensino é livre à iniciativa privada”, em que o significado de “iniciativa privada” – como uma atividade, geralmente empresarial, constituída sem a participação do setor público – é expandido em sua interpretação para englobar a ED.

Além disso, uma ausência significativa é observada: a fala de Damares silencia todos os outros incisos desse mesmo artigo, que falam sobre a permanência na escola, a valorização dos profissionais da educação e a garantia de padrão de qualidade, como podemos verificar no texto da Constituição Federal:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;  
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
 IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
 V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;  
 VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
 VII - garantia de padrão de qualidade.  
 VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.  
 IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1988).

Outro exemplo de intertextualidade com textos legislativos, ocorre na fala do ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, que cita o Código Civil:

(7) Se formos falar em lei e lembrar o que diz o **Código Civil brasileiro**, no art. 1.634, ele, quando começa a falar da competência dos pais, lá pelas tantas, no inciso I, estabelece assim: **Art. 1.634: I - dirigir-lhes a criação e a educação** (...). (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).

O item lexical “educação” pode abrir um leque semântico, voltado para os dizeres abonados pelo público. O ex-ministro, por exemplo, utiliza esse artigo para argumentar que, se a lei define que a educação e a criação são competências dos pais, então quer dizer que a

legislação infraconstitucional também deveria reconhecer a ED. No entanto, a palavra “educação” pode ter sido utilizada no texto da lei para se referir a conhecimento da vida social, da moral, da civilidade e da polidez, por exemplo, e não no sentido de instrução formal, sistematizada, científica e pedagógica, como os pais educadores se dizem comprometidos a fazer.

### 3.2.3.2 Intertextualidade nos *posts*

Xavier (2015) afirma que uma das características fundamentais do hipertexto online (conceito que abarca o gênero *post* no *Instagram*) é a “intertextualidade infinita”:

Tomando o hipertexto como ‘um grande texto’ que cresce exponencialmente a cada minuto e conta com a tecnologia da indexação em servidores que armazenam e disponibilizam o acesso a cada uma das páginas que hospedam, podemos afirmar que o fenômeno da intertextualidade chega ao seu apogeu, posto que todos os hipertextos por princípio se cruzam na Internet. Por essa razão, dizemos que há na Web uma intertextualidade infinita caracterizando a inequívoca conexão entre os documentos hipertextuais uma vez nela postados. (XAVIER, 2015, p. 82).

Por isso, é importante destacar que, conforme definido na metodologia desta pesquisa, nosso enfoque na análise da intertextualidade nesses textos, assim como nos debates, é no que Fairclough (2003) chama de “intertextualidade em seu sentido mais óbvio”, ou seja, a presença de elementos reais de outros textos dentro de um texto: citações que podem ser feitas em discurso direto, indireto ou através do uso de aspas.

Nesta seção, apresentaremos três *posts* para uma análise focada nas relações intertextuais. O primeiro *post* foi retirado da página SIMEDUC Oficial, onde foi publicado em 23/08/2021. O *meme* utilizado na imagem foi muito compartilhado no Brasil nos últimos dois anos, e é composto pela imagem do ator Miko Hughes revirando os olhos com uma expressão de sarcasmo. A cena – que foi originalmente criada para um dos episódios da série “Três é demais” – geralmente acompanha a reescrituração de um enunciado, na qual todas as vogais são substituídas pela letra “i”, de maneira a ironizar a opinião ou comentário do enunciado original, que pode tratar dos mais variados assuntos. Vejamos:

Figura 1 – *Post 1* – Pir issi qui i himischilling nin i iprividi.



Fonte: Página @simeducoficial no *Instagram*.<sup>47</sup>

Como foi definido na metodologia deste trabalho, nosso foco de análise será na linguagem verbal dos *posts*. Portanto, analisaremos os enunciados contidos nas imagens, bem como as legendas de cada *post* para tratarmos da intertextualidade.

O enunciado “Tin, mis vicis si filim di riligiin. Pir issi qui i himischiling nin i iprividi” também contém a “natureza intertextual da ironia” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 165), visto que ele ecoa o enunciado que aparece na parte superior da imagem – “Ain, mas vocês só falam de religião. Por isso, o *homeschooling* não é aprovado” – em tom de deboche. Dessa forma, o enunciado faz uma referência às pessoas que afirmam que a ED está ligada a uma questão religiosa, e que isso dificultaria a sua regulamentação, e a substituição das outras vogais pela letra “i” estabelece uma sonoridade ao enunciado que remete ao “mimimi”, uma expressão geralmente usada para imitar uma pessoa que reclama, ou para deslegitimar uma reivindicação.<sup>48</sup> Isso fica ainda mais claro na legenda que faz parte do *post* (todos os grifos nas legendas são nossos):

**Legenda Figura 1:** Um dia desses no Telegram do SIMEDUC falávamos sobre a fatídica lei da Escócia para educação. É lógico que o batalhão da "fake news" se levantou aqui e lá também. E entre muitas colocações, eis que surge esta pérola:

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CS7gLsopXI8/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

<sup>48</sup> Mais recentemente, a expressão foi incorporada a um uso específico, principalmente nas redes sociais: invalidar demandas de grupos minorizados, pautas progressistas, ou a pretensão do “politicamente correto”.

**Mas é por isso que o homeschooling não é aprovado, vocês põem religião em tudo!**

É verdade! A religião não está dissociada da educação, muito pelo contrário: faz parte intrinsecamente! É parte do que somos! O tão falado Estado laico não é um estado sem religião, mas é a não interferência de correntes religiosas em assuntos estatais.

O Estado laico deve garantir e proteger a liberdade religiosa de cada cidadão. Não significa dizer que o Estado é ateu, não! Mas permite inclusive que os ateus expressem a sua "religião".

Em 2016, no nosso 1º SIMEDUC, tivemos já a visitinha de um hater (como somos amados ☐☐☐). **Um dos participantes disse esbravejando: É Deus pra lá, Deus pra cá, vou fazer o 1º SIMPÓSIO ONLINE DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR PARA ATEUS!**

Respondi a ele: Essa é a beleza da educação domiciliar, é para todos! A liberdade é a nossa bandeira, vá com Deus! ☐

Por aqui, estamos abertos ao conhecimento e não apenas de cristãos, porque todo o conhecimento pertence a Deus! Não nos envergonhamos do Evangelho! ♥

#somoscristaos #homeschoolingcristao #falamosdeDeus #pelaliberdadeque lutamos  
#Cristoliberta #Cristosalva #educaçãodomiciliar #educacaodomiciliar  
#SimeducTalks #Simeduc2021

A legenda começa com o relato de uma discussão sobre a “fatídica lei da Escócia para a educação” no grupo do Simpósio no aplicativo *Telegram*. O que está sendo tratado como “lei”, na verdade é uma referência a um guia<sup>49</sup> lançado pelo governo da Escócia em agosto de 2021 com novas diretrizes para o apoio e inclusão de alunos transgêneros. As orientações são para os professores e instruem, dentre outras coisas, que o pedido de uma criança para usar um novo nome ou usar um banheiro diferente não deve ser questionado.

Não fica claro o que exatamente estava sendo conversado sobre esse guia no grupo do *Telegram*; no entanto, o autor ou autora da legenda cita que, durante a discussão, alguém disse: “Mas é por isso que o *homeschooling* não é aprovado, vocês põem religião em tudo!”. Posteriormente, na mesma legenda, a fala de outra pessoa é relatada, dessa vez, de um participante do 1º SIMEDUC, em 2016, que, segundo a legenda, disse o seguinte: “É Deus pra lá, Deus pra cá, vou fazer o 1º simpósio online de educação domiciliar para ateus!”. Essas duas vozes relatadas explicam a que tipo de comentário o *meme* está ironizando.

Ainda é possível afirmar que, neste caso, a intertextualidade acentua a diferença de posicionamento entre os interlocutores que, apesar de provavelmente serem apoiadores da ED – visto que estavam participando do Simpósio e do grupo no *Telegram* – não concordam com

---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.gov.scot/binaries/content/documents/govscot/publications/advice-and-guidance/2021/08/supporting-transgender-young-people-schools-guidance-scottish-schools/documents/supporting-transgender-pupils-schools-guidance-scottish-schools/supporting-transgender-pupils-schools-guidance-scottish-schools/govscot%3Adocument/supporting-transgender-pupils-schools-guidance-scottish-schools.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2021.

a interferência da religião na educação. Isso comprova que as famílias *homeschoolers* têm diversas motivações para escolherem essa modalidade e, portanto, nem todas as famílias valorizam a moralidade cristã na educação.

Nesse sentido, ainda é interessante observarmos as *hashtags* utilizadas no final da legenda. As *hashtags* são uma característica comum em *posts*: elas consistem em palavras-chave precedidas pelo símbolo “#”. Assim, as palavras se transformam em um link que tem a função de agrupar todos os outros *posts* que utilizaram as mesmas palavras-chave e, provavelmente, tratam do mesmo assunto. Portanto, as *hashtags* #homeschoolingcristao e #falamosdeDeus são utilizadas no *Post* 1 para unir esse texto a um grupo de outros textos que também tratam da ED cristã, em contraste às outras vertentes de *homeschooling*.

Como foi possível perceber, a página @simeeducoficial tem caráter conservador e costuma deixar explícito o seu posicionamento, ao sublinhar valores morais e religiosos, bem como os princípios e a soberania da família patriarcal. Ao mesmo tempo, é possível identificar com certa frequência colocações contra a diversidade de gênero nas escolas. Como vimos na Figura 1, a página refere-se ao guia elaborado pelo governo escocês como “fatídico” e, na Figura 2, observamos um posicionamento semelhante:

Figura 2 – *Post* 2 – Pessoas normais querem proibir o uso de linguagem neutra.



Fonte: Página @simeeducoficial no *Instagram*.<sup>50</sup>

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSW7oHVAj9a/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

Nesse *post*, publicado na página do SIMEDUC em 09/08/21, é possível identificarmos algumas relações intertextuais. A primeira é a relação notória com uma notícia<sup>51</sup> d’*O Globo*, cujo título é “Em ao menos 14 estados, Bolsonaristas querem proibir uso de linguagem neutra nas escolas”, publicada pelo jornal no dia 22/07/2021. Apesar de não ser uma citação em discurso direto ou indireto, o compartilhamento do enunciado, através de uma imagem contendo a logomarca do jornal, adquire status de uma citação especificamente atribuída.

Podemos observar ainda que a palavra “Bolsonaristas”, que aparecia no enunciado original, foi tachada e substituída por “pessoas normais”. Essa edição<sup>52</sup> foi originalmente feita por Arthur Morisson e é por isso que o endereço para seu perfil do *Instagram* aparece no canto superior direito da foto (@arthurmorisson<sup>53</sup>). Considerado um dos libertários mais polêmicos do *Instagram*, Morisson soma mais de 115 mil seguidores na plataforma.

Portanto, cria-se uma cadeia de gêneros: uma notícia originalmente publicada no *site* do jornal *O Globo* se transformou em um *post* no perfil de Arthur Morisson, cujo objetivo era fazer uma crítica ao termo “bolsonaristas” escolhido pelo jornal e, posteriormente, a publicação de Morisson foi capturada e compartilhada pela página do SIMEDUC, transformando-se em outro *post*, que tinha por objetivo relacionar a proposta de uso da linguagem neutra nas escolas, com a urgência da ED, como podemos observar na legenda:

**Legenda Figura 2:** O homeschooling nunca foi tão urgente neste país. Nesse dia dos pais, só vi no meu feed pessoas famosas que não sigo, desejando um feliz dia a "todes" os pais e mensagens assinadas pelos "filhes". Que toda essa ação é um emburrecimento programado, eu não tenho a menor dúvida.  
A linguagem diz muito sobre quem somos e como enxergamos o mundo.  
Pobre última Flor do Lácio, resista!

#linguagem #emburrecimentoprogramado #linguaportuguesa #educacaodomiciliar #educaçãodomiciliar #HomeschoolingEuPosso #Simeduc2021

Fairclough (2003, p. 31, tradução nossa) define cadeias de gênero como "gêneros diferentes que estão regularmente ligados entre si, envolvendo transformações sistemáticas de gênero em gênero".<sup>54</sup> Kobayashi (2022, p. 246), partindo desse conceito, afirma que:

<sup>51</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/em-ao-menos-14-estados-bolsonaristas-querem-proibir-uso-de-linguagem-neutra-nas-escolas-1-25120887>. Acesso em: 07 dez. 2021.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRolsWyFlKN/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/arthurmorisson/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

<sup>54</sup> No original: “different genres which are regularly linked together, involving systematic transformations from genre to genre”.



é fundamental, para recortar uma cadeia de gêneros, ter em vista os diversos posicionamentos axiológicos emergentes de um determinado ponto de partida, um enunciado-fonte, para que se possa verificar, ao longo do tempo, a transformação ideológica, i.e., a luta por hegemonia em uma determinada ordem do discurso. (KOBAYASHI, 2022, p. 246).

Portanto, o enunciado-fonte “Em ao menos 14 estados, Bolsonaristas querem proibir o uso de linguagem neutra nas escolas”, originalmente emitido em uma notícia do jornal *O Globo*, abriu a possibilidade para ocorrência do gênero *post*: primeiro, no perfil de Morrison, que recontextualizou o enunciado, tachando a palavra “Bolsonaristas” e substituindo-a por “pessoas normais” para criticar a forma como o jornalista d’*O Globo* escreveu a manchete. Morrison utilizou a seguinte legenda neste *post*: “Tem dias que o meu desprezo por jornalistas supera o meu ódio por políticos. Hoje é um desses dias”. Ou seja, ele usa o gênero *post* para discordar da notícia ou, mais especificamente, do fato de o jornal ter atribuído a oposição à linguagem neutra a um grupo específico: os apoiadores de Jair Bolsonaro.

Posteriormente, a imagem do *post* de Morrison é compartilhada em outro *post*, feito na página do SIMEDUC, mantendo a alteração feita no enunciado-fonte (“Em ao menos 14 estados **pessoas normais** querem proibir uso de linguagem neutra nas escolas”). No entanto, dessa vez o propósito comunicativo do *post* é outro: mostrar que a ED é necessária para proteger os alunos contra o “emburrecimento programado”, supostamente causado pela implementação da linguagem neutra.

Dessa forma, é possível verificar a transformação dos propósitos ao longo da cadeia, iniciando-se na notícia que relaciona o bolsonarismo à recusa de pautas inclusivas, passando por um *post* que critica o fato de o jornalista ter atribuído esta recusa especificamente a bolsonaristas, e culminando em outro *post* que trata da urgência da ED para solucionar a questão.

A legenda do *post* feito pelo SIMEDUC ainda relata a voz de pessoas famosas que, no dia dos pais, utilizaram a linguagem neutra em suas homenagens. E, na última frase da legenda (“Pobre última Flor do Lácio, resista!”), podemos apontar a relação intertextual com o soneto de Olavo Bilac que se refere à “Língua Portuguesa”, título do poema, como a “Última flor do Lácio, inculta e bela”. A fala recusa a ideia de que a língua é um organismo vivo e que se transforma à medida que a sociedade vai se modificando. Conservar a Língua Portuguesa em sua modalidade culta – pois é impossível a volta à sua origem (lácio) que parece ser o que desejam (resista) –, significa recusar as próprias transformações sociais que impactam nas

relações familiares e de gênero, por exemplo. Refutar o uso de novos termos que surgem para atender novas demandas é, fundamentalmente, refutar as próprias demandas.

O enunciado “A linguagem diz muito sobre quem somos e como enxergamos o mundo” mostra de maneira mais explícita que o incômodo causado pela proposta da linguagem neutra<sup>55</sup> não é só uma questão com o uso da língua em si, mas com a proposta de inclusão, em ambiente escolar, daqueles que não se identificam com o binarismo masculino/feminino. Assim, a ED é representada como a solução para essas adversidades, e, por conseguinte, é colocada como supostamente melhor ou mais “pura”.

Passaremos agora à análise do terceiro e último *post* na categoria da intertextualidade. Ele foi publicado na página *Homeschooling Brasil* no dia 08/03/2021, como uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A imagem do *post* é uma pintura de Donald Zolan, e não há nenhum enunciado na imagem, como podemos ver a seguir. Como nosso foco de análise é a linguagem verbal, não dissertaremos sobre a pintura.

Figura 3 – *Post 3* – Feliz dia da mulher.



Fonte: Página @homeschoolingbrasil no *Instagram*.<sup>56</sup>

A legenda é uma citação em discurso direto de um texto atribuído a Michel Quoist, presbítero e escritor francês:

<sup>55</sup> Para discussões mais aprofundadas sobre “linguagem neutra” sugerimos a leitura de *Linguagem “neutra” – Língua e gênero em debate* (2022), de Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMKknpQAFLJ/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

**Legenda Figura 3:** “A mulher é receptividade: refúgio para o homem, acolhida para a criança, descanso no lar. Ela deve ser no mundo aquela que pensa nos homens, aquela que se preocupa com eles, e que ouve suas aspirações profundas. A mulher foi feita para a oferenda e para a redenção: ela se oferece ao homem, ela se oferece à criança, e seu amor está pronto para todos os sacrifícios.”

Citação de Michel Quoist.

Pintura de Donald Zolan.

#felizdiadamulher

A intertextualidade, portanto, fica explícita e é especificamente atribuída, sendo a citação a maior parte do texto da legenda. O(a) autor(a) do *post* apenas acrescentou as referências e a *hashtag*: #felizdiadamulher. Nesse caso, a voz de Quoist é valorizada pela página, uma vez que é relatada na intenção de homenagear as mulheres pelo seu dia. No entanto, o conteúdo do texto não é compatível com o que a data representa em essência, que é justamente a luta pela igualdade de gênero e contra a submissão das mulheres. O texto, ao contrário, indica que as mulheres devem servir, se oferecerem e se sacrificarem pelos homens e pelos filhos, legitimando o discurso neoconservador, contrário às demandas feministas, sobre o qual dissertaremos na próxima seção.

Apesar de contemporaneamente estar sendo contestada e desconstruída, esta ainda constitui uma representação hegemônica da mulher: a mulher que é mãe, casada e que deve abdicar de suas necessidades pessoais e profissionais em prol da família. Como estamos tratando de uma página voltada a famílias que praticam educação domiciliar, podemos afirmar que essa é uma representação da mulher adequada à ED, visto que as mães que praticam essa modalidade de ensino, as chamadas “mães-educadoras”, geralmente precisam abandonar sua carreira profissional para assumir as responsabilidades educacionais de seus filhos (BARBOSA, 2020).

Pudemos observar, portanto, que gênero discursivo influencia diretamente nas relações intertextuais estabelecidas. As falas proferidas nos debates em questão, por exemplo, frequentemente citam o julgamento do recurso extraordinário pelo STF e trechos de textos normativos, como o Código Civil brasileiro e a própria Constituição Federal. Além disso, outro tipo de intertextualidade comum nesse gênero é aquela em que os interlocutores apelam para relatos de pessoas que ou praticam ED ou são interessadas no tema, demonstrando seu sofrimento.

Considerando que os debates que ocorrem na Câmara têm como finalidade a análise de propostas legislativas que poderão suprir demandas sociais, podemos inferir que, nesse contexto, as relações intertextuais estabelecidas com textos normativos são previsíveis e

comuns. Textos prescritivos existentes, como a Constituição Federal e o Código Civil, são citados para embasar uma argumentação que objetiva a criação de outro texto prescritivo: uma lei que regulamente a ED. Portanto, consideramos que o próprio gênero “lei” e o gênero “debate na Câmara” estão regularmente ligados entre si, o que constitui uma cadeia de gênero, nos termos de Fairclough (2003).

Além disso, como os debates na Câmara apresentam um caráter de conflito e embate de opiniões, e também devido ao fato de os eventos terem sido transmitidos pelo *Youtube* para um número indefinido de receptores potenciais, precisamos considerar que os autores dos textos proferidos nos debates presumiram e anteciparam as diferenças entre os debatedores e telespectadores e, portanto, produziram os textos com orientação para essa diferença. Por isso, as relações intertextuais, através das citações, têm força persuasiva com os legisladores e com os telespectadores, uma vez que estes provavelmente consideram o Supremo Tribunal Federal e todos os textos jurídicos/legislativos como entidades representativas da democracia. Além disso, a audiência será afetada emocionalmente diante dos relatos das angústias vividas pelos *homeschoolers*.

Os *posts* analisados, por sua vez, têm relações intertextuais mais diversas, como também fazem parte de cadeias de gêneros mais complexas, ou menos previsíveis. Como pudemos observar no caso da relação intertextual estabelecida com comentários feitos por participantes do grupo do *Telegram* e do Simpósio do SIMEDUC; da notícia do jornal *O Globo* que foi relatada no perfil de Arthur Morrison e, posteriormente compartilhada na página do SIMEDUC; e do trecho de um texto de Michel Quoist citado na página *Homeschooling Brasil* como homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Observamos que as relações intertextuais estabelecidas nos *posts* revelam uma tensão com vozes que atacam a vertente cristã de ED (*Post 1*); enaltecem a voz que critica a linguagem neutra, uma pauta ligada à representatividade e à diversidade de gênero (*Post 2*); corroboram com a voz que representa a mulher como submissa e pronta para os sacrifícios (*Post 3*) – relações completamente diferentes daquelas estabelecidas nos debates.

A análise da intertextualidade no *corpus* pode ser sintetizada no quadro a seguir:

Quadro 6 – Intertextualidade.

	<b>Debates</b>	<b>Posts</b>
<b>Relações Intertextuais</b>	As falas dos debates relatam as vozes de famílias que sofreram sanções ou constrangimentos por praticarem a ED, e também relatam trechos de textos normativos – como a Constituição Federal e o Código Civil – que poderiam fundamentar a legalização da modalidade de ensino.	Os <i>posts</i> estabelecem relações intertextuais mais diversas. Eles depreciam vozes que se opõem à ED cristã; enaltecem a voz que condena a linguagem neutra nas escolas; e valorizam a voz que representa a mulher como submissa e pronta para os sacrifícios.
<b>Tipos de intertextualidade</b>	Discurso direto e indireto.	Discurso direto e indireto, uso de aspas simples, ironia.
<b>Efeitos Discursivos</b>	Relatar o sofrimento das famílias, e justificar a argumentação a favor da ED através de textos normativos, é uma estratégia para persuadir os ouvintes e legisladores. Os textos normativos são universalmente aceitos e respeitados, enquanto a angústia das famílias é representada como uma demanda social digna de comoção.	A valorização de “vozes” conservadoras atrai usuários da plataforma que coadunam com esse ideário, o que conseqüentemente gera engajamento e aumenta a visibilidade do conteúdo devido ao “efeito bolha”.

Fonte: Produzido pela autora.

Como é previsível nesse contexto, tanto nos debates quanto nos *posts* analisados muitas vozes se articulam. No entanto, apesar de dialógicos, os textos do *corpus* não são abertos à diferença, pois as relações intertextuais são estabelecidas para reforçar a própria posição dos autores. Ou seja, se a voz relatada carrega um posicionamento diferente do autor, essa voz aparece apenas para ser negada ou criticada, enquanto as vozes relatadas com posicionamentos semelhantes servem para embasar ou robustecer a ideia do próprio interlocutor.

Nos debates, algumas citações de textos normativos são utilizadas a partir de uma interpretação questionável e consciente dos autores dos termos, conceitos e valores contidos nesses textos, a exemplo do significado que atribuem aos termos “educação”, “instituição privada de ensino” ou “iniciativa privada”, o que constitui parte da estratégia discursiva dos debatedores para utilizar a lei existente no favorecimento da criação de uma nova lei, que regulamentaria a ED no Brasil.

Por outro lado, nos *posts* as vozes relatadas sinalizam que o posicionamento dos autores dos textos em relação à ED é baseado em princípios neoconservadores. Como discutimos na seção anterior, devido aos seguidores, ao efeito bolha e ao ordenamento algorítmico, os *posts* no *Instagram* tendem a alcançar pessoas que coadunam com os discursos ali veiculados. Dessa maneira, algumas vozes incorporadas nos *posts* são relevantes para cativar seguidores que

concordem com um ideário de educação pautado em princípios cristãos e contrário às demandas de grupos minorizados.

### **3.3 Discursos: modos de representar**

Como já expusemos, para Fairclough (2003, p. 126), discursos são diferentes formas de representação do mundo que alcançaram um certo grau de repetição e estabilidade, e são cruciais na relação dialética entre linguagem e outros elementos do social. A partir das colocações feitas no Capítulo 1, neste tópico analisaremos a representação da ED no *corpus* com foco em dois discursos particulares: o discurso neoliberal e o discurso neoconservador, com base no que foi argumentado na seção 1.2.

#### ***3.3.1 Interdiscursividade***

De acordo com Fairclough (2003, p. 128), “uma análise interdiscursiva de textos está parcialmente preocupada em identificar quais discursos são elaborados e como eles são articulados entre si”. Para o autor, diferentes discursos produzem e reproduzem diferentes sistemas de conhecimento e crença e, dessa forma, representam a realidade – os sujeitos e os modos de ação social – de maneiras diferentes. Em vista disso, dividimos esta seção em dois tópicos – discurso neoliberal e discurso neoconservador – a fim de elucidar em que proporção a ED é representada através desses dois discursos nos debates e nos *posts* que compõem o *corpus*, com base no que já foi argumentado nas seções 1.2 e 2.3, e buscando verificar de que forma os dois gêneros em questão regulam a articulação discursiva.

##### **3.3.1.1 Discurso neoliberal**

Ancorados nas leituras de Brown (2019), Dardot e Laval (2016) e Harvey (2014), que foram apresentadas na seção 1.2, dividimos esta seção em três subseções, que retratam como o discurso neoliberal dimensiona as escolhas lexicais na representação de aspectos da ED. Com esse propósito, partiremos de três dos principais aspectos incentivados pela racionalidade neoliberal – a liberdade individual, a empreendedorização e a competitividade – para examinarmos de que modo a ED é representada através da faceta discursiva dessas

perspectivas. Faremos isso com base na análise do vocabulário e das relações semânticas estabelecidas no *corpus*.

### 3.3.1.1.1 Liberdade individual

O vocabulário reflete facetas de processos sociais e culturais e, assim, nos permite fazer uma análise mais ampla sobre as representações imbricadas nos textos (FAIRCLOUGH, 2016). Fundamentando-nos nesse pressuposto, buscamos pelas ocorrências da palavra “liberdade” no *corpus* e podemos afirmar que a representação da ED nos textos passa marcadamente pelo princípio neoliberal da liberdade individual, visto que expressões como “liberdade de escolha das famílias” e “liberdade dos pais” aparecem significativas vezes, como veremos a seguir:

- (8) Essa proposta altera a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir a educação domiciliar como uma modalidade de educação, uma coisa importantíssima e que envolve a **liberdade** de escolha das famílias. Este Governo, que às vezes é carimbado como autoritário — o que não é —, quer dar à família uma opção, uma **liberdade** de escolha daquilo que ela julgar ser o melhor para seu filho. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).
- (9) Nós sabemos que a base da educação domiciliar é a **liberdade**. A **liberdade** dos pais de educar os seus filhos, a **liberdade** educacional, a **liberdade** dos pais de escolher o modelo de educação dos filhos. (Bia Kicis – Debate 05/04/2021).
- (10) Educação domiciliar não é escola em casa, não é um movimento anti escola. Não estamos falando aqui, normalmente, ou em sua essência, só de educação, mas estamos falando de **liberdade** de minorias, de garantia de direitos e de direitos humanos. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).
- (11) É importante que a gente possibilite a **liberdade** dessas famílias com a devida proteção ao direito de aprender do estudante. (Magno Karl – Debate 12/04/2021).

Nesses trechos, os debatedores defendem a regulamentação da ED ao representar a modalidade de ensino como uma opção que daria liberdade às famílias que desejam tirar os seus filhos da escola e educá-los em casa. Portanto, consideramos que essa representação é feita através do discurso neoliberal, visto que, de acordo com Harvey (2014, p. 15), “as figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual”.

No entanto, só compreenderemos o quão problemático é esse posicionamento se retomarmos a leitura de Brown (2019), apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, que

afirma que o neoliberalismo se propôs a destruir a ideia do social – como um lugar de justiça e do bem comum – em nome da liberdade e da responsabilização dos sujeitos.

Neste sentido, podemos considerar que o signo “liberdade” é utilizado na defesa da ED para legitimar o controle do conhecimento ao qual as crianças e adolescentes terão acesso, quanto dos modelos de comportamento e modos de pensar aos quais eles serão expostos. Isso parece contraditório, pois poucas opções parecem combinar com tal liberdade, visto que no avesso da “liberdade de escolha dos pais” está a perda do direito ao acesso e permanência à escola da criança – um espaço de construção, difusão e uso democrático do conhecimento, mas que também constitui lócus de convivência, socialização, reconhecimento e respeito à diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero.

Em todos os trechos apontados acima, a regulamentação da ED é representada como uma prática que assegura a liberdade. Sabemos que o conceito de liberdade já foi trabalhado por diversos intelectuais e ganhou muitos sentidos ao longo da história; no entanto, para o senso comum, a palavra “liberdade” carrega sempre um sentido positivo, como um valor compartilhado e desejado e, por isso, a palavra é utilizada para validar a regulamentação da modalidade. Contudo, no caso dos excertos apresentados, o conceito de liberdade relaciona-se ao discurso neoliberal, pois equivale à ausência de qualquer interferência estatal e social nos desejos e convicções pessoais de alguns pais para a educação de seus filhos. Ou seja, a liberdade é desejada no sentido individual do termo, sem considerar a liberdade dos outros – inclusive de seus descendentes.

A palavra “liberdade” também aparece em dois *posts* no *Instagram*. Retomemos parte da legenda do *Post* 1, já apresentado na seção 3.2.3 (Intertextualidade), no qual temos os seguintes dizeres (grifos nossos):

[...] Em 2016, no nosso 1º SIMEDUC, tivemos já a visitinha de um hater (como somos amados ☐☐☐). Um dos participantes disse esbravejando: É Deus pra lá, Deus pra cá, vou fazer o 1º SIMPÓSIO ONLINE DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR PARA ATEUS!

Respondi a ele: Essa é a beleza da educação domiciliar, é para todos! A **liberdade** é a nossa bandeira, vá com Deus! ☐ [...]

#somoscristaos #homeschoolingcristao #falamosdeDeus #pelaliberdadequelutamos  
#Cristoliberta #Cristosalva #educaçãodomiciliar #educacaodomiciliar  
#SimeducTalks #Simeduc2021

Como vimos, a legenda relata dois episódios em que pessoas interessadas na prática da ED protestaram contra o envolvimento regular de questões religiosas nas discussões sobre o tema. O primeiro relato foi sobre a fala de um participante do grupo do SIMEDUC no aplicativo



*Telegram*, e o segundo relato sobre a fala de um participante do 1º SIMEDUC (simpósio online de educação domiciliar) em 2016. Nesse último caso, o participante, insatisfeito com os conteúdos religiosos durante o evento, propõe a criação de um simpósio de ED para ateus. Diante disso, a interlocutora relata ter respondido: “Essa é a beleza da educação domiciliar, é para todos! A **liberdade** é a nossa bandeira, vá com Deus”. A palavra “liberdade” também aparece na *hashtag* “pela **liberdade** que lutamos”, que é seguida pela *hashtag* “Cristo liberta”.

Aqui percebemos que a palavra liberdade vem atrelada ao sentido de ruptura. Afinal, de acordo com o que foi narrado na legenda, o participante, revoltado com a abordagem do simpósio, dispõe de liberdade para criar o seu próprio “simpósio de educação domiciliar para ateus”. No entanto, a partir do momento em que discorda da vertente cristã de ED, ele não é mais bem-vindo ao SIMEDUC, o que fica claro através da expressão “vá com Deus”.

Portanto, mais uma vez o item lexical “liberdade” adquire valor semântico de liberdade *individual*, em oposição ao que é *social*, no sentido proposto por Brown (2019, p. 39): “a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo destruição do social – seu inimigo declarado”. Ou seja, no caso retratado pela legenda do *post*, não houve consenso entre os participantes sobre a relação entre ED e religião e, se não há consenso, eles não podem fazer parte da mesma comunidade, não podem mais partilhar do mesmo simpósio. Ou seja, a “liberdade” é um pretexto para o rompimento entre os dois pontos de vista divergentes, e as *hashtags* cumprem o papel de demarcarem o “tipo de liberdade” pela qual estão lutando: a liberdade de poder oferecer uma educação pautada em crenças pessoais ligadas aos valores cristãos.

Esta é uma representação da liberdade que não leva em conta as responsabilidades e consequências sociais e, por conseguinte, não respeita a liberdade do outro. Uma representação que corrobora as interpelações ideológicas do discurso neoliberal. Como afirma Brown (2019):

A liberdade sem a sociedade destrói o léxico pelo qual a liberdade torna-se democrática, combinada com a consciência social e aninhada na igualdade política. Liberdade sem sociedade é puro instrumento de poder, despida de preocupação com os outros, o mundo e o futuro. (BROWN, 2019, p. 57-58)

A palavra “liberdade” também aparece no *post* que analisaremos a seguir, feito na página da ANED, no dia 24/08/2021, data em que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul manteve o veto do governador Eduardo Leite ao projeto de lei que visava regulamentar a ED no estado. O projeto de lei é de autoria do deputado estadual Fábio Ostermann (NOVO/RS)

que, de acordo com a biografia<sup>57</sup> que consta em seu *site* oficial, também é professor universitário, cientista político e ativista liberal, tendo participado ativamente de algumas instituições liberais do Brasil, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Livres;

A imagem utilizada no *post* é composta por duas fotos: na primeira, duas mãos seguram um cartaz com os seguintes dizeres: “Pela diversidade de gênero educacional, conforme art. 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos. Educação domiciliar, direito já!”. Na segunda foto, o governador Eduardo Leite aparece com expressão séria e punho cerrado. Além disso, no centro da imagem, vemos uma tarja preta com o seguinte enunciado: “Preconceito derrota a **liberdade**: veto do governador à lei do homeschooling é mantido”.

Figura 4 – *Post* 4 – Preconceito derrota a liberdade.



Fonte: Página @anedbrasil no *Instagram*.<sup>58</sup>

No que concerne à intertextualidade, podemos afirmar que esse *post* relata a voz do deputado Fábio Ostermann, que é quem “assina” a legenda, como veremos a seguir (grifos nossos):

**Legenda *Post* 4:** O PRECONCEITO E A POLITICAGEM DERROTARAM A LIBERDADE!

O veto de Eduardo Leite à Lei do Homeschooling, infelizmente, foi mantido. Uma decisão baseada no antagonismo raso a Bolsonaro e no preconceito do governador contra as famílias educadoras, perseguidas e ameaçadas por escolherem tomar para si a responsabilidade de garantir a melhor educação para os seus filhos.

<sup>57</sup> Disponível em: <https://fabioostermann.com.br/biografia/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CS-LG5BpDtG/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

Por outro lado, garanto a vocês que essa luta não termina aqui. A luta pela **liberdade** seguirá aqui no RS, em Brasília e em cada família que quer o melhor para os seus filhos.

Sigam contando comigo!! ☐☐☐

Segue abaixo o painel com o resultado da votação de hoje, sendo que os deputados que votaram SIM defenderam a manutenção do VETO do governador. Os parlamentares que votaram NÃO foram contra o veto e, portanto, favoráveis à Educação Domiciliar.

Deputado Fábio Ostermann  
@fabioostermann

A legenda contém uma espécie de título, no qual a liberdade é colocada em uma posição antagônica ao preconceito e à “politicagem” – termo pejorativo geralmente relacionado à política de interesses pessoais ou troca de favores. No entanto, esse não parece ter sido o caso da manutenção do veto do governador, visto que a maioria dos deputados apenas entendeu que a proposta era inconstitucional e considerou a necessidade de que uma regulamentação fosse feita pela União.<sup>59</sup> Portanto, nomear essa decisão com o termo “politicagem” interpela-nos a demonstrar uma certa descrença em relação aos princípios e processos democráticos de governo.

Ainda é importante apontarmos que, na legenda, a manutenção do veto do governador Eduardo Leite – um evento social concreto – é representado através da metáfora do combate, que pode ser identificada através dos itens lexicais “derrotaram”, “perseguidas”, “ameaçadas” e “luta”. Assim, o evento passa a ser retratado em um nível mais alto de abstração e generalização, em que há dois lados: o lado bom (liberdade) e o lado mau (preconceito/politicagem), um recurso ideológico eficaz para que o leitor também escolha, quase que automaticamente, um dos lados.

Thompson (1995) nomeia esse *modus operandi* da ideologia de “fragmentação”, dentro do qual é utilizado o “expurgo do outro” como estratégia na construção simbólica. De acordo com o autor, “essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou expurgá-lo” (THOMPSON, 1995, p. 87). Nesse caso, os inimigos são “o preconceito” e a “politicagem”, mas a construção linguística acaba se estendendo e

---

<sup>59</sup> Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/assembleia-legislativa-mantem-veto-ao-projeto-de-lei-do-homeschooling>. Acesso em: 22 jan. 2023.

posiciona o líder do poder do estado, Eduardo Leite, também como um inimigo, pois, conforme o texto, a decisão dele de vetar o *homeschooling* no Rio Grande do Sul foi baseada justamente nesses dois aspectos: o “antagonismo raso a Bolsonaro” (politicagem) e o “preconceito” contra as “famílias educadoras”.

Nos enunciados “o preconceito e a politicagem derrotaram **a liberdade**” e “a luta pela **liberdade** seguirá aqui no RS, em Brasília e em cada família que quer o melhor para os seus filhos”, o item lexical “liberdade” é utilizado em equivalência à própria regulamentação da modalidade. Representar a regulamentação dessa forma é um modo de legitimá-la. Nos termos de Thompson (1995, p. 82), essa estratégia consiste na *universalização* de uma perspectiva, pois o interesse de um grupo particular (a regulamentação da ED no RS) é representado como um valor universal (a liberdade) – o que, segundo Fairclough (2003), é uma característica do discurso neoliberal. Assim, constrói-se a ideia de que essa modalidade seria benéfica e possível para todos, e não para um conjunto muito específico de pessoas.

#### 3.3.1.1.2 Empreendedorização

Na seção 1.2, discutimos de maneira mais aprofundada o que chamamos de “empreendedorização neoliberal”. Em resumo, o que chamamos de empreendedorização vai além da proposta neoliberal, como indica Harvey (2014, p. 12), da liberação das “capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio”, mas também inclui, segundo Brown (2019): a reindividualização do trabalho; o desenvolvimento de práticas econômicas de terceirização e compartilhamento de bens, posse e experiências como fontes de renda; e na responsabilidade do autoprovisamento familiar de cuidados, saúde e educação. O discurso neoliberal da empreendedorização fica evidente no *corpus* composto pelos *posts* no *Instagram*, ao passo que, nesses textos, a ED é frequentemente representada a partir destes aspectos.

Na página da ANED Brasil (@anedbrasil), por exemplo, há uma série de *posts* com uma diagramação específica e o título “Parceiro Clube ANED” em que o discurso neoliberal da empreendedorização fica especificamente marcado. Segundo o *site* oficial da Associação, o *Clube ANED* é um programa de benefícios exclusivo para famílias contribuintes, que consiste na parceria entre a ANED e algumas empresas, muitas vezes gerenciadas pelas próprias famílias *homeschoolers*, que oferecem produtos e serviços voltados à modalidade de ensino. É o que poderemos observar no *post* a seguir:

Figura 5 – Post 5 – Parceiro Clube ANED.



Fonte: Página @anedbrasil no Instagram.<sup>60</sup>

No canto superior direito da imagem, lemos: “Associado ANED tem muito mais vantagens!” e, no canto inferior esquerdo, temos a apresentação de um produto, através do mesmo texto que aparece no primeiro parágrafo da legenda:

**Legenda - Post 5 -** Parceria #CLUBEANED ♥ #meuhomeschool

A Plataforma @meuhomeschool é a melhor solução para REGISTRO e ORGANIZAÇÃO das atividades de ensino domiciliar. Idealizada por homeschoolers e respeitando a individualidade do SEU HOMESCHOOL a plataforma digital viabiliza a sua família estar um passo a frente (*sic*) da legislação.

- ✓ Construa seus planejamentos;
- ✓ Gere relatórios de comprovação;
- ✓ Participe de rodas de conversa;
- ✓ Recebe (*sic*) dicas e materiais para suporte ao seu homeschool.

Associados tem (*sic*) 20% DESCONTO □ na assinatura anual  
Saiba mais - <https://www.aned.org.br/participe/clube-aned>  
#SEJAMAISANED

O discurso neoliberal da empreendedorização pode ser identificado através dos termos "parceria", "desconto", “assinatura” e “associados”, escolhas lexicais especificamente ligadas ao ambiente comercial e corporativo. Além disso, o enunciado “A Plataforma @meuhomeschool é a melhor solução para REGISTRO e ORGANIZAÇÃO das atividades de

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQbXDOor3sa/>. Acesso em 18 dez. 2021.

ensino domiciliar. Idealizada por homeschoolers e respeitando a individualidade do SEU HOMESCHOOL a plataforma digital viabiliza a sua família estar um passo a frente (sic) da legislação” tem um tom publicitário e explicita o público-alvo do produto oferecido pela empresa: famílias que praticam ED, que valorizam produtos desenvolvidos por outros *homeschoolers* e, principalmente, o quanto esses produtos respeitam a individualidade. Além disso, o produto é vendido como uma alternativa para estar um passo à frente da legislação, ou seja, driblar as leis que, até o momento atual, não favorecem as famílias que optam pela ED.

Ribeiro (2016), em um estudo sobre a ED em Portugal, afirma que ela consiste em uma das maiores tendências da privatização da educação e insere-se na lógica de um "empreendedorismo maternal", ou de "micro organizações familiares", pelas quais as mães assumem a autogestão da sua vida e da sua família:

Nesta lógica, não há uma separação ideológica entre as esferas de ação do parentesco e da economia. O que há é conjugação entre a família e suas relações interpessoais, com a produção das atividades econômicas e relações sociais, através das quais se produz e reproduz o sistema social. (RIBEIRO, 2016, p. 112).

Assim, as famílias – em especial as mães – conjugam uma carreira empreendedora com as tarefas que o processo educativo domiciliar delas exige, e transformam as experiências advindas da prática da ED em fontes de capitalização, vendendo dicas, tutoriais, curadorias, cursos e materiais didáticos produzidos por elas. Além disso, pode-se afirmar que há uma alta demanda por produtos didático-pedagógicos, visto que as famílias que escolhem a ED precisam aprender a ensinar, e precisam de meios para organizar esse ensino.

Também é possível observar a lógica da empreendedorização em *posts* da página *Homeschooling Brasil (@homeschoolingbrasil)*, voltada à venda e compartilhamento de materiais didáticos e planos de aula. Vejamos a seguir:



Fonte: Página Homeschooling Brasil no *Instagram*.<sup>61</sup>

**Legenda Post 6:** Para mais atividades de escrita e leitura acesse nosso curso no link na Bio!

#homeschooling #educaçãodomiciliar #leituraeescrita #atividadespedagogicas  
 #atividadesalfabetizacao #produçãotextual #produçãodetexto  
 #atividadesparacrianças #atividadesludicas

Este *post* foi feito em formato “carrossel” – um tipo de *post* que inclui diversas imagens em um estilo “álbum de fotos” em que o usuário precisa “arrastar” a tela do aplicativo para a esquerda para visualizar as próximas imagens. Nesse caso, foram postadas cinco imagens: a que aparece acima é a “capa”, e as imagens seguintes continham, respectivamente, uma breve explicação dos benefícios proporcionados pelas atividades de escrita que seriam propostas e três sugestões de atividades de leitura e escrita.

Apesar de nossas análises terem como foco apenas os elementos verbais, vale chamar a atenção para a imagem da capa desse *post*, que retrata a aluna como suposta consumidora das atividades, com aparência branca, e ilustrada conforme a figura de uma criança “cuidada com zelo”, com aparência conservadora, com roupas fechadas e sorriso contido. Não incluiremos todas as imagens do carrossel no corpo da pesquisa e nem analisaremos o teor das atividades propostas. O que nos interessa, em relação à linguagem verbal, é a legenda contida no *post*: “Para mais atividades de escrita e leitura acesse nosso curso no link na Bio!”. A expressão “link na bio” é muito utilizada no *Instagram*, e indica a existência de um link na biografia

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CP8fzABNJpH/>. Acesso em 18 dez. 2021.

daquele perfil que redireciona o usuário para páginas externas à plataforma. No caso da página *Homeschooling Brasil*, o link leva a uma lista de outras páginas, como o *site* oficial da organização (edbrasil.org) e o canal no Youtube.<sup>62</sup> No *site* oficial é possível realizar a compra do curso, que inclui materiais didáticos, avaliações prontas e suporte às dúvidas dos pais. Além disso, os conteúdos disponíveis no *Youtube* também podem ser remunerados, visto que o canal conta com mais de 80 mil inscritos e o vídeo mais popular tem 3,5 milhões de visualizações.

Na página do SIMEDUC (@simeeducoficial), também existe um link na biografia do perfil que direciona os usuários para a página *SIMEDUC Prime*, através da qual é possível fazer uma “assinatura” e ter acesso a cursos, palestras e curadorias voltadas às famílias *homeschoolers*. A confluência de interesses empresariais não parece ser uma exclusividade das três páginas aqui analisadas, posto que uma pesquisa realizada por De Araujo e Leite (2020), com foco em uma campanha em prol da ED ocorrida no Brasil, identificou o seguinte:

Um sem-fim de “faça você mesmo”, “como alfabetizar seu filho em xx passos”, “como otimizar sua leitura”, entre outros cursos, apostilas e instituições certificadoras, movimentam um verdadeiro comércio didático-pedagógico na *internet*. Entre crônicas e textos de apoio à ED e de crítica à docência como pressuposto de escolarização e construção do conhecimento científico, consolida-se um e-commerce bem estruturado, com práticas voltadas inclusive à assessoria *online* em aplicativos de *smartphone*. (DE ARAUJO; LEITE, 2020, p. 2).

Dessa forma, as famílias passam a gerenciar a prática da ED não só como a modalidade de ensino escolhida para os filhos, assumindo a responsabilidade do autoprovisamento familiar de educação. Mas as famílias também podem conduzir a ED como um negócio, no qual suas experiências, o conhecimento sobre o tema e os materiais desenvolvidos para a prática transformam-se em mercadorias. Essa forma de representar a modalidade fica evidente nesses dois *posts*, pela articulação do discurso neoliberal.

Já nos debates, o discurso neoliberal da empreendedorização não é colocado de maneira tão clara no vocabulário. Nesse gênero, as atividades empreendedoras desenvolvidas por famílias *homeschoolers* não são representadas através de um léxico comercial, publicitário ou corporativo, mas são representadas como uma forma de “compartilhamento” ou “ajuda mútua”, como se não fossem ações capitalizadas. No trecho a seguir, por exemplo, a debatedora opta pelos termos “ajuda”, “troca” e “arrecadação”:

---

<sup>62</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCo46Yp2dT0SrB8rKFVqUDCg>. Acesso em: 22 jan. 2023.



- (12) Vi como as famílias se ajudam na preparação de material didático, na troca de livros, na arrecadação de recursos para que algumas delas possam participar viajando e desfrutando de eventos pedagógicos. (Inez Augusto Borges – Debate 12/04/2021).

Em outro trecho, Rick Dias chega a citar que a ED abre mercados; no entanto, como se essa não fosse uma vantagem econômica para as famílias, mas para a classe docente que poderia expandir a sua atuação para este nicho:

- (13) E a educação domiciliar, gente, é uma modalidade de educação, tá? Ela abre, inclusive, mercados. E mercados muito bons. Eu digo nem tanto do ponto de vista financeiro, mas ela abre mercado para professores que podem, sim, auxiliar os pais. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).

A partir da análise, depreendemos que, nos *posts*, a ED é representada pelo discurso neoliberal no que tange à empreendedorização. Famílias *homeschoolers* produzem, comercializam e consomem – principalmente através da internet – cursos, palestras, apostilas, materiais didáticos, tutoriais e outras ferramentas para auxiliar na condução das aulas em casa, de maneira a comercializar seus conhecimentos e experiências e, dessa forma, representam a prática da ED como uma possibilidade de empreendimento.

Em contrapartida, nos debates, a ED não é representada como uma oportunidade de empreender e/ou garantir lucro, já que esse modo de representá-la poderia prejudicar a aprovação da modalidade de ensino. Isso porque, mais do que desvelar o discurso neoliberal que defende a privatização e mercantilização de serviços públicos, esse discurso também indica que a modalidade de ensino demanda que seus praticantes tenham poder aquisitivo para adquirir recursos que são naturalmente necessários para auxiliar e otimizar a organização didático pedagógica e, portanto, não seria uma prática possível para a grande maioria da população brasileira. Assim, como asseguram De Araujo e Leite (2020, p. 17), a privatização da educação representada pelas práticas empreendedoras das famílias “reforça as diferenças existentes entre os sujeitos, inaugurando um cenário de competição orientado por aspectos meritocráticos” – cenário este que será o tema do próximo tópico.

### 3.3.1.1.3 Competitividade

Mais que uma ideologia econômica, o neoliberalismo é uma racionalidade de governo que atinge todas as esferas da vida humana, inclusive a subjetividade. Dardot e Laval (2016) frisam que a norma subjetiva na racionalidade neoliberal passa a engendrar a figura do homem competitivo, o homem-empresa ou do sujeito empresarial:

Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser “bem-sucedido”, assim como pelo modo como deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” (*empowered*) para cumprir seus “objetivos”. Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328).

Ou seja, o “sujeito empresarial” neoliberal é um ser competitivo, empreendedor de si, que deve estar plenamente dedicado à atividade que se exige que ele cumpra, sempre em busca do auto fortalecimento para sobreviver à competição. Nesse sentido, “todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331). Essa concepção fica explícita nos trechos a seguir, retirados do *corpus* composto pelos debates (grifos nossos):

(14) Antes de concluir, ressalto que a educação domiciliar gera o autodidatismo, a naturalidade do ensino e um **produto final cultural de excelência**. (Lincoln Portela – Debate 05/04/2021).

(15) Falo da educação domiciliar com respaldo porque sou pai de dois filhos adultos, que os eduquei em casa, e eles estão no mercado de trabalho, estão na universidade, felizes, **produtivos** e sociáveis, ao contrário do que pensam alguns. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).

(16) [...] as crianças educadas em casa são plenamente socializadas, **mais até que as crianças educadas no ambiente escolar**, porque a socialização dos educados em casa é uma socialização rica, porque ela se dá com indivíduos de todas as idades. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).

Os trechos (14) e (15) foram identificados através das palavras “produto” e “produtivo”. Nesses trechos, a ED é representada como uma modalidade de ensino eficiente em moldar a subjetividade de seus alunos, para que ela se adeque à norma subjetiva neoliberal: sujeitos produtivos (cujas atividades assemelham-se a uma produção) e autodidatas (empreendedores de si). Além disso, o trecho (16), mapeado através da locução comparativa “mais até que”, explicita que pode haver uma competitividade específica entre os alunos inseridos nas escolas e os alunos da ED, uma vez que o debatedor afirma, em tom de comparação e disputa, que a

socialização das crianças que estudam em casa é rica, pois se dá com indivíduos de todas as idades, portanto, é mais eficiente do que a socialização promovida pela escola.

A ED também é representada em diversos trechos como uma modalidade de ensino que maximiza resultados, como demonstramos nos trechos a seguir, identificados através da palavra “resultados”:

- (17) Eu acompanho a vida política, social e cultural e venho acompanhando o tema homeschooling há muitos anos. Ele tem apreço e **resultados** excelentes em outros países, como os Estados Unidos e a Austrália e na maioria dos países da OCDE. (Patrick Bestetti Mallmann – Debate 05/04/2021).
- (18) Eles têm método, eles têm intencionalidade, eles têm disciplina, eles têm organização. E é por isso que eles também têm **resultados**. O que essas famílias desejam é garantir pleno desenvolvimento de seus filhos. (Inêz Augusto Borges – Debate 12/04/2021).
- (19) Em meio a esta pandemia, Deputada, aconteceu que os pais descobriram que é possível protagonizar a educação dos filhos em casa e que uma excelente educação **personalizada** é capaz de gerar **excelentes resultados**. (Damares Alves – Debate 05/04/2021).

No trecho (18) os “resultados” obtidos com a prática da ED são atribuídos ao “método, disciplina, intencionalidade e organização” dos estudantes dessa modalidade de ensino – fatores que corroboram a forma de agir de uma “entidade em competição”, ou seja, uma forma de representação da modalidade que articula o discurso neoliberal do “homem-empresa”, como exposto por Dardot e Laval (2016). O trecho (19) também atribui os “excelentes resultados” da ED ao fato de ela ser uma “educação personalizada”, o que mais uma vez demonstra que o discurso neoliberal é mobilizado na celebração do individualismo e do protagonismo da unidade familiar.

Outra marca relacionada à competitividade que o neoliberalismo deixou na educação foram as avaliações padronizadas a nível nacional (GRÖHS; ANTÔNIO, 2021). Tais avaliações são responsáveis por medir o desempenho dos alunos, sua eficiência e, principalmente, seu lugar na “competição” geral. Na ED não é diferente: os debatedores representam essas provas – ENEM, PISA e vestibular – como uma forma de certificar os níveis de produtividade da modalidade de ensino:

- (20) A minha filha entrou na universidade aos dezesseis anos. Eu não sou professor, minha esposa não é professora, nós não somos acadêmicos. E a minha filha, após entrar na universidade aos dezesseis anos, que conseguiu o direito na justiça depois de ter sido muito bem... ter tido um desempenho muito bom no **ENEM**, precisou entrar na justiça, mesmo eu a tendo emancipado, porque existe uma resolução que diz que alunos emancipados não poderiam ter esse tipo de certificação. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).

- (21) Em termos práticos, nós vamos verificar, na verdade, que lá na frente, **tanto pelo PISA como pelo ENEM** e outros mecanismos de aferição, esses mesmos alunos poderão ser avaliados. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).
- (22) Por fim, **o ingresso dos seus filhos nas universidades vai ser o grande teste** dessa opção, dessa escolha que elas fazem, para determinar se ela realmente tem validade e é importante. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).

Conforme propõem Fávero, Oliveira e Faria (2022), as avaliações padronizadas utilizam dados numéricos para medir o desempenho dos alunos, portanto, são ineficazes em fornecer resultados em termos de qualidade. Ainda de acordo com os autores, essas avaliações “acabam reforçando a desigualdade quando elegem critérios limitados de avaliação e pautam-se na meritocracia como forma de legitimar a desigualdade e a justiça social, por meio da justificativa de uma boa performance do ‘fazer por merecer’” (FÁVERO; OLIVEIRA; FARIA, 2022, p. 13).

No caso da ED, o desempenho individual nessas provas associa-se à ideia de meritocracia, uma vez que os alunos estudam “sozinhos” e as famílias apregoam que todo o sucesso acadêmico e profissional deles seria resultado do esforço e do mérito próprios, sem considerar o contexto social privilegiado que possibilita o alcance de recursos e da dedicação e suporte familiar que, muitas vezes, são elementos inacessíveis para alunos social e economicamente desfavorecidos.

Além disso, não faz sentido representar provas como o ENEM ou outros vestibulares como “um grande teste” para verificar a validade e a importância da ED, como afirma o então Ministro da Educação em um trecho acima. Isso porque a preocupação de professores e pedagogos diante dessa modalidade de ensino é fundamentada menos na preocupação com a capacidade dos alunos em adquirirem competências em linguagens, matemática e ciências, e mais voltada a outros aspectos, como os problemas com a socialização e o aumento da desigualdade, os quais essas avaliações não são capazes de medir.

Já no *corpus* composto pelos *posts*, o discurso neoliberal, no que concerne à competitividade, atravessa alguns textos. Retomando os postulados de Dardot e Laval citados previamente, a racionalidade neoliberal e, portanto, o discurso neoliberal, constroem relações sociais e identidades baseadas na competição e, em vista disso, os sujeitos estão sempre em busca da potencialização de resultados, mesmo que isso signifique a exposição a riscos e a auto responsabilização frente a possíveis fracassos.

Essa proposição pode ser indicada no seguinte trecho da legenda do *Post 4* (exposto na seção 3.3.1.1.1): “Uma decisão baseada no antagonismo raso a Bolsonaro e no preconceito do

governador contra as famílias educadoras, perseguidas e ameaçadas por escolherem **tomar para si a responsabilidade de garantir a melhor educação para os seus filhos**” (grifo nosso). Ou seja, os pais querem apropriar-se da responsabilidade de oferecer uma educação que consideram ideal (para potencializar resultados), mesmo que sejam “perseguidos” e “ameaçados” por isso (em outras palavras, mesmo que estejam expostos a riscos).

Destacamos também o *Post 5* (apresentado na seção 3.3.1.1.2), publicado na página da ANED, através do qual é feita a divulgação do produto *Meu Homeschool*, uma plataforma que funciona como uma espécie de diário eletrônico. Na legenda, temos os seguintes enunciados: “Plataforma @meuhomeschool é a melhor solução para REGISTRO e ORGANIZAÇÃO das atividades de ensino domiciliar. Idealizada por homeschoolers e respeitando a individualidade do SEU HOMESCHOOL a plataforma digital viabiliza a sua família estar um passo a frente (*sic*) da legislação”.

Assim, reconhecemos que o produto anunciado visa oferecer subsídios para que as famílias praticantes da ED estejam fortalecidas para a competição. De acordo com a legenda, o produto possibilita construir planejamentos, gerar relatórios de comprovação, além de oferecer dicas e materiais para a prática da ED. Isto posto, as famílias podem maximizar seus resultados e comprovar o rendimento de seus filhos, não só para que eles possam competir com outras crianças e adolescentes nas provas padronizadas, mas também em busca de “estar um passo à frente” da própria legislação, que, através dessa expressão, é representada como adversária.

### 3.3.1.2 Discurso neoconservador

Lacerda (2019, p. 24), em sua pesquisa sobre o neoconservadorismo brasileiro, adota uma definição de conservadorismo que ela chama de “situacional”. De acordo com a autora, esse posicionamento sustenta “que a ideologia conservadora se desenvolve em uma situação histórica na qual um desafio importante aparece contra as instituições estabelecidas”. A partir disso, Lacerda (2019, p. 195) pontua que o novo conservadorismo começa a crescer no Brasil a partir do momento em que os movimentos feministas e LGBTQIA+ passam a ter suas reivindicações acolhidas pelas instituições públicas, dentre elas as instituições educacionais, sobre as quais os neoconservadores buscaram tomar medidas de rejeição:

Tomaram, ainda, medidas na seara da educação, como lutando contra a referência à identidade de gênero ou à diversidade de orientação sexual no Plano Nacional de

Educação. Coerente com o princípio neoconservador de proibição de materiais educativos que tratem de diversidade de gênero e sexual, opuseram-se ao Programa Escola sem Homofobia – e impulsionaram o que surgiu em reação a ele – o homônimo inverso Escola sem Partido, que restringe a ação dos professores e privilegia os valores morais familiares e religiosos na escola. (LACERDA, 2019, p. 199).

Como é possível perceber, a atuação neoconservadora no âmbito da educação brasileira acontece, principalmente, como reação às questões de gênero e orientação sexual que são trabalhadas pela escola. Projetos neoconservadores como o Escola Sem Partido, por exemplo, têm como um de seus objetivos combater o que eles chamam de “ideologia de gênero”. Segundo Lacerda (2019, p. 200), a “ideologia de gênero” é um conceito criado no Vaticano que passou a fundamentar a ação pró-família patriarcal no Brasil, defendendo os papéis tradicionais de homem e mulher e enfrentando demandas feministas por direitos sexuais e reprodutivos e reivindicações das pessoas LGBTQIA+.

Dividimos, portanto, esta seção em dois tópicos: LGBTQIA+ e mulheres, nos quais analisamos como a ED é representada em relação a esses grupos, a fim de verificar se tais representações mobilizam o discurso neoconservador.

### 3.3.1.2.1 LGBTQIA+

Alguns *posts* apresentados anteriormente neste trabalho tangenciam a temática LGBTQIA+. Na legenda do *Post 1*, por exemplo, pudemos observar o guia escocês com diretrizes para o apoio e inclusão de alunos transgêneros nas escolas sendo representado como “a fatídica lei da Escócia”. O adjetivo “fatídico”, segundo o dicionário Oxford,<sup>63</sup> pode significar “que leva à desgraça, ao infortúnio; fatal, sinistro, trágico”. No entanto, apesar de presumirmos, na legenda não fica claro o que estava sendo discutido sobre esse guia e qual a relação dele com o debate sobre ED.

No *Post 2*, observamos a proposta da adoção da linguagem neutra nas escolas sendo representada como “emburrecimento programado” e, em contrapartida, a ED sendo representada como uma medida urgente contra este “emburrecimento”. Observemos agora um outro *post*, feito pela página *SIMEDUC Brasil*, no qual a temática relacionada às pessoas

---

63

Disponível

em

<https://www.google.com/search?q=fat%C3%ADdico&oq=fat%C3%ADdico&aqs=chrome..69i57j35i39j0i131i433i512j0i512i7.1312j1j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LGBTQIA+ pode ser depreendida através do contexto histórico e social da publicação, o qual explicaremos a seguir.

Figura 7 – Post 7 – O Burger King não faz bem.



Fonte: Página @simeducuficial no *Instagram*.<sup>64</sup>

Essa imagem foi publicada no dia 25/06/2021, e faz referência a uma campanha publicitária que havia sido lançada pela empresa *Burger King* neste mês. A campanha denominada “Como explicar?” foi desenvolvida para o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, celebrado em 28/06/2021. Além de um vídeo<sup>65</sup> em que crianças explicam o que sabem sobre o assunto, a empresa também lançou uma cartilha<sup>66</sup>, criada em parceria com uma psicóloga, uma pediatra e com a ONG Mães pela Diversidade, para orientar sobre a abordagem do tema com as crianças. A legenda do *post* traz o seguinte enunciado:

**Legenda Post 7:** QUEM LACRA, NÃO LUCRA! Até tu, @brasilburgerking?

O enunciado “quem lacra, não lucra” ou a *hashtag* #quemlacranaolucra é frequentemente utilizada por uma parcela de usuários das mídias sociais para demonstrar desaprovação diante de campanhas ou ações de empresas que se posicionem socialmente,

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQjvDW8Nu4J/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>65</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=301GMPvHt7M>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://burgerking.com.br/pdf/cartilha-lgbt.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

principalmente a favor da diversidade. Por exemplo, durante o ano de 2021, esse enunciado foi muito utilizado no *Instagram* para criticar uma ação da empresa Magazine Luiza, que abriu vagas de *trainee* exclusivas para pessoas negras. No ano de 2020, muitas pessoas também utilizaram a frase para desaprovar a campanha publicitária de dia dos pais da marca de cosméticos Natura, que trazia Thammy Miranda, um homem trans, como garoto propaganda.

Portanto, o enunciado, presente na legenda do *Post 7*, tem uma relação intertextual com todos os outros *posts* que utilizaram dessa mesma construção linguística em suas fotos, legendas ou *hashtags*. Ou seja, o enunciado “quem lacra, não lucra” mobiliza, no ato da interpretação, outras vozes que se inserem no ideário neoconservador. Além disso, somente através do contexto sócio-histórico da publicação é possível afirmar que o *post* tem viés homofóbico/transfóbico, visto que faz uma crítica incisiva à campanha pelo diálogo com crianças sobre orientação sexual ou identidade de gênero desenvolvida pela empresa *Burger King*. Essa é uma estratégia para fazer publicações que legitimam discursos de ódio, sem que a publicação seja banida ou restringida pela plataforma. Afinal, o *Instagram* possui recursos para reduzir o alcance de conteúdos que violam as diretrizes da comunidade, como por exemplo *posts* que veiculam *cyberbullying*, conteúdo sexual, nudez, *spam* e violência. No entanto, se não houver denúncia por parte dos usuários, essa inspeção é feita pelo próprio algoritmo, através da identificação automática de imagens ou palavras que sejam consideradas, de acordo com a programação da plataforma, como ofensivas.

No caso de um *post* como o que estamos analisando, não há nenhuma imagem ou palavra que, de maneira explícita, indique um ataque às pautas LGBTQIA+. Só é possível depreender esse sentido, se muitos outros elementos contextuais e sociais, que são externos ao *post*, forem levados em consideração. Por isso, essa estratégia de produzir textos com mensagens dissimuladas, favorece a distribuição e o consumo destes textos dentro da plataforma.

Como esses *posts* estão inseridos em uma página que tem como tema principal a ED, conclui-se que visam representar a modalidade de ensino como uma via de proteção à família patriarcal e heteronormativa, visto que identifica os discursos pela diversidade de gênero como danosos: “O Burger King **não faz bem** para a sua saúde e nem para a família brasileira” (grifo nosso), em que *Burger King* funciona como uma espécie de metonímia da diversidade de gênero. Essa análise vai ao encontro da afirmação de Fo e De Franco (2019, p. 324), de que a proposta da ED “se enraíza na autoritária milícia contra inimigos invisíveis e imaginários como



a (suposta) ideologia de gênero, termo utilizado de modo sofismático para criticar os necessários estudos que procuram instaurar justiça e igualdade de gênero”.

Mais uma vez, podemos apontar que nesse *post* o “expurgo do outro” (THOMPSON, 1995) é utilizado como estratégia de construção simbólica na operação da ideologia, uma vez que o *post* representa o *Burger King* como uma ameaça à saúde e à “família brasileira” e, de certa forma, interpela seus seguidores a se voltarem contra a empresa, deixando de consumir os seus produtos. Ao passo em que a ED, ao contrário, visa “proteger” a família brasileira desses “perigos” e por isso o *post*, feito em uma das principais páginas sobre a modalidade no *Instagram*, tem um tom de alerta, de advertência. Dessa forma, as formas simbólicas são utilizadas para sustentar as relações de dominação e poder no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade.

Em contraste, em momento algum dos debates a ED é representada como uma modalidade que inclui em seus objetivos resguardar seus alunos do contato com pautas inclusivas voltadas à comunidade LGBTQIA+, que têm sido consideradas pelas escolas nas últimas décadas. As falas dos debatedores favoráveis à modalidade sequer tangenciam essa temática. De maneira paradoxal, neste segmento do *corpus*, a ED é representada como um direito das “minorias” e como uma questão de “direitos humanos”, como podemos constatar nos trechos a seguir (grifos nossos), mapeados através do termo “minorias”:

(33) É fato que se trata de um pequeno número, de uma **minorias**. Entretanto, nosso país leva em conta, sim, a **minorias**, ele considera as **minorias**. É isso que vemos na escola: a sociedade como está. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).

(34) Alguns podem dizer que são poucas famílias. O.k., é uma **minorias**, e este é o Ministério das **minorias**. Então, vamos continuar cuidando dessas famílias. (Damares Alves – Debate 05/04/2021).

(35) Eu já ouvi falar que hoje são 5 mil famílias. O.k. Nós estamos aqui também para defender as **minorias**. E as pessoas que se opõem a esse projeto são pessoas defensoras das **minorias** muitas vezes, que defendem o direito das **minorias**. (Bia Kicis – Debate 05/04/2021).

(36) Não estamos falando aqui, normalmente, ou em sua essência, só de educação, mas estamos falando de liberdade de **minorias**, **de garantia de direitos e de direitos humanos**. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).

Através desses exemplos, é possível perceber que os locutores exploram o significado-potencial de “minorias”. Em (33), Milton Ribeiro utilizou a palavra três vezes. Na primeira, o termo é utilizado como aquilo que é numericamente inferior. No entanto, na segunda e na terceira vez em que o termo aparece, ele parece ser utilizado com outro sentido: como um grupo

de pessoas que, independentemente do número, encontra-se em desvantagem social em relação a outro.

Da mesma forma, Damares Alves utiliza o termo em (34) para afirmar que seu Ministério é das minorias e que, portanto, vai interceder pelas famílias que optam pelo ensino domiciliar. No entanto, o Ministério é considerado das minorias porque, dentre as suas competências, está o zelo para com os direitos das pessoas com deficiência, a formulação de políticas de promoção da igualdade racial, e políticas de proteção e valorização da mulher. Como explica Muniz Sodré (2009):

A noção contemporânea de minoria – isto que aqui se constitui em questão – refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas etc. (SODRÉ, 2009, p. 11).

Esses grupos inseridos por Sodré no conceito contemporâneo de minoria realmente devem ser, como alegou Damares Alves, amparados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que tem a função de formular políticas públicas de inclusão. No entanto, ao se referir às famílias adeptas à ED como parte desta “minorias”, a Ministra distorce esse conceito, visto que essas famílias não são, como os outros grupos, marginalizadas ou excluídas do processo de socialização, apesar de, sim, serem uma “minorias” no sentido numérico.

No trecho (35), a fala da deputada Bia Kicis também utiliza a palavra minoria nos dois sentidos. Quando ela diz: “Eu já ouvi falar que hoje são 5 mil famílias. O.k. Nós estamos aqui também para defender as *minorias*”, o termo é utilizado em relação às 5 mil famílias, ou seja, a minoria equivale ao pequeno número de famílias citado. Em seguida, ela diz: “E as pessoas que se opõem a esse projeto são pessoas defensoras das *minorias*, muitas vezes, que defendem o direito das *minorias*”. Aqui, o termo minoria faz referência a grupos étnicos, religiosos, sociais e raciais marginalizados, como citamos anteriormente.

Para Thompson (1995, p. 83), um dos modos gerais de operação da ideologia é a dissimulação, que pode ser expressa nas formas simbólicas através do deslocamento, que acontece quando “um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para outro objeto ou pessoa”. Aqui, inferimos que a escolha do termo “minorias” é feita de maneira manipulativa: os possíveis significados que podem ser atribuídos à palavra são explorados para confundir ouvintes e destinatários menos atentos ou menos

informados, fazendo equivaler termos iguais, mas que possuem significados diversos dependendo do contexto discursivo em que estão inseridos.

Esse mesmo tipo de operação também pode ser observado no *Post* 4, apresentado na seção 3.3.1.1, sobre liberdade individual. Como vimos, o *post* feito na página da ANED, apresenta, em sua imagem, um cartaz com os seguintes dizeres: “Pela diversidade de gênero educacional, conforme art. 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos. Educação domiciliar, direito já!”. Os termos utilizados nesse enunciado, bem como na legenda, nos chamam a atenção por alguns aspectos. Primeiro, porque algumas palavras que geralmente fazem parte do discurso pela emancipação de grupos subjugados são empregadas, como as expressões “diversidade de gênero”, “preconceito” e “luta”, além dos adjetivos “perseguidas” e “ameaçadas”, que são utilizados para caracterizar as “famílias educadoras” no *post*.

Conforme citamos, na parte superior da imagem, dentro do cartaz, lemos um enunciado que cita o artigo 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos. O terceiro parágrafo desse artigo diz o seguinte: “Os pais têm prioridade de direito na escolha do **gênero** de educação que será ministrada aos seus filhos” (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948, grifo nosso). No entanto, a utilização da palavra “gênero” nesse *post* não é uma mera referência ao documento. O que ocorre, nesse caso, é a exploração proposital do significado-potencial desse item lexical, que pode ser referente ao masculino e ao feminino, mas também pode denotar outras identidades que não correspondem a esse binarismo. Isso fica ainda mais claro se analisarmos a frase completa: “Pela **diversidade de gênero** educacional”, uma vez que a expressão “diversidade de gênero” é muito utilizada justamente em referência a essas identidades múltiplas, e não às diferentes modalidades de ensino. Portanto, o termo foi apropriado de maneira oblíqua e intencional, para manipular interlocutores.

Outro ponto que devemos observar é que o *post* lamenta e discorda o/do veto do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, ao projeto de lei que autorizava a prática do *homeschooling* no estado. Eduardo Leite é gay, e assumiu sua orientação sexual publicamente em um programa de TV<sup>67</sup> um mês antes da data deste *post*. Apesar de a orientação sexual não se confundir com identidade de gênero, o uso desse vocabulário também pode ser uma forma de ironizar a luta LGBTQIA+ de maneira geral e, de maneira específica, a orientação sexual do governador.

---

<sup>67</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eu-sou-gay-governador-do-rs-eduardo-leite-recebe-apoio-de-politicos-nas-redes-apos-assumir-orientacao-sexual-1-25086324>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Em face do exposto, inferimos que a ED, nos *posts*, é representada como uma modalidade que funciona como um escudo utilizado pelas famílias para proteger seus filhos de pautas de inclusão de pessoas LGBTQIA+ nas escolas, como a adoção de linguagem neutra, por exemplo, assim como de empresas que se posicionam a favor da diversidade. Ironicamente, observamos que os debatedores muitas vezes se apropriam de maneira oportunista e estratégica de termos justamente ligados à luta LGBTQIA+, seja para ironizá-la ou mesmo para confundir ouvintes e leitores menos críticos.

Em suma, nos *posts*, a ED é representada como uma modalidade que visa proteger as crianças contra a “ideologia de gênero” ou, em palavras mais apropriadas, uma modalidade que priva seus alunos de conviver em ambientes diversos, ou que prezem pela informação, pelo reconhecimento e pelo respeito sobre/à diversidade de gênero. Já nos debates, essa forma de representação é silenciada, e, de maneira contraditória, a ED passa a ser representada nesse gênero como um movimento a favor das “minorias”, da “liberdade das minorias”, do reconhecimento de “direitos humanos” e da “diversidade de gênero (educacional)”.

### 3.3.1.2.2 *Mulheres*

Na seção 3.2.3 (Intertextualidade), analisamos o *Post 3*, feito pela página *Homeschooling* Brasil como uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Na legenda desse *post*, lemos o seguinte enunciado: “A mulher [...] deve ser no mundo aquela que pensa nos homens, aquela que se preocupa com eles, e que ouve suas aspirações profundas. A mulher foi feita para a oferenda e para a redenção: ela se oferece ao homem, ela se oferece à criança, e seu amor está pronto para todos os sacrifícios”.

Os termos “oferenda”, “redenção”, e “sacrifícios” também indicam a articulação do discurso religioso, que, em certa medida, é intrínseco ao discurso neoconservador, uma vez que o consideramos como a faceta linguística de uma racionalidade que tem valores cristãos, principalmente evangélicos, como um de seus pilares. Nesse sentido, a mulher é representada a partir da sua submissão ao marido e à sua imprescindível dedicação ao lar e aos filhos. De maneira diversa, esse discurso também atravessa o *post* a seguir:

*Figura 8 – Post 8 – Beba café! Você consegue dormir quando morrer.*



Fonte: Página @simeeducoficial no Instagram<sup>68</sup>

**Legenda Post 8:** Amo o humor ácido dessas propagandas vintage. Nessa época, a mulher iniciava com força total no mercado de trabalho. E começavam as piadas com a nova rotina.

. Bom dia! Beba café! Você consegue dormir quando morrer! Força na peruca!!! □□□

. #momschooling #ochamado #alemdoantifeminismo #HomeschoolingEuPosso #bebecafe #educaçãodomiciliar #educaçãodomiciliar #classicaemcasa #SimeeducTalks #Simeeduc2021

Esse *post* tem como tema a sobrecarga das mães que praticam ED com seus filhos e que precisam gerenciar os processos educativos (mesmo que não tenham formação acadêmica para isso), as tarefas domésticas e, algumas vezes, um emprego fora de casa ou algum “empreendimento maternal”. Para isso, a página utiliza uma propaganda *vintage*, que ironiza a jornada dupla de trabalho feminino que se iniciava a partir dos anos 1920, entre o trabalho de casa e o trabalho nas fábricas.

O *post* é feito em um tom humorístico e alcança o leitor em uma situação de descontração. A ironia acontece através do enunciado “Beba café! Você consegue dormir quando morrer”, que estimula as mulheres a fazerem “o que tem que ser feito”, independentemente do cansaço. Esse enunciado evidencia a ideologia hegemônica da maternidade, como um papel que deve ser desempenhado com máxima dedicação e entrega, e que, como afirma a legenda do *post*, assume renúncias e sacrifícios (como só poder descansar após a morte) em benefício dos filhos ou da família.

<sup>68</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CS6ru\\_Ug7FX/](https://www.instagram.com/p/CS6ru_Ug7FX/). Acesso em 20 dez. 2021.

Da mesma forma, a expressão “Força na peruca”, que ironicamente é muito utilizada no vocabulário LGBTQIA+, e a *hashtag* #HomeschoolingEuPosso também aparecem na legenda como uma forma de encorajamento e estímulo a essas mães, visto que a ED “combina uma extraordinária quantidade de trabalho físico, intelectual e emocional, gerando uma intensificação das atividades da mulher em casa” (BARBOSA, 2020, p. 78).

Devemos citar, ainda, outras três *hashtags* que aparecem na legenda. A primeira, #momschooling, consiste em um termo análogo ao termo “homeschooling” e poderia ser traduzida como “educação materna” ou, levando em consideração o contexto, poderíamos dizer de maneira mais específica que seria o *homeschooling* administrado pela mãe, que assume o papel de professora. A segunda *hashtag* que aparece na legenda, #ochamado, representa o papel da mãe na ED como sendo divinamente determinado, ou seja, como se essas mulheres realmente recebessem um “chamado”, um “sinal” que deve ser atendido e não como uma escolha social e ideologicamente determinada. Por último, a *hashtag* #alemdoantifeminismo nos chamou muito a atenção e, em uma pesquisa na ferramenta de busca *Google* pela expressão “além do antifeminismo”, encontramos como principais resultados a propaganda de um “aulão”<sup>69</sup> ministrado pela mestre em teologia filosófica Norma Braga e intitulado “Cristãs para além do antifeminismo”. Além disso, encontramos um *post*<sup>70</sup> no blog “Voltemos ao Evangelho”, também escrito por Norma Braga, que diz o seguinte:

Parece óbvio, mas não é: ser cristã vai muito além de apenas não ser feminista. Em nossa cultura, carregamos pecados e motivações mal orientadas que são infinitamente mais importantes do que a luta ideológica contra um inimigo externo. [...] Se limitarmos a nossa luta à mera militância antifeminista, seremos apenas guerreiras de mais uma causa social. Isso não é ser cristã. (BRAGA, 2021).

Norma Braga também foi convidada para um episódio de *podcast*<sup>71</sup> de Gaba Costa, administradora da página oficial do SIMEDUC no *Instagram* e, na descrição desse *podcast*, ela afirma ser “amiga de longa data” de Braga. Portanto, assumimos que a *hashtag* #alemdoantifeminismo utilizada no *post* em questão tem relação intertextual com outros textos produzidos por Norma Braga, nos quais ela estabelece que a mulher cristã não deve concordar

<sup>69</sup> Disponível em: <https://www.hotmart.com/product/aulao-cristas-para-alem-do-antifeminismo/S58000859N>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>70</sup> Disponível em: <https://voltemosaoevangelho.com/blog/2021/07/para-alem-do-antifeminismo/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>71</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6Nhtwsi95VcIqX57WMpDec?si=JLIFchsKTpqN5V0o3BV3qA>. Acesso em: 10 dez. 2021.

com as pautas feministas, mas não deve se opor explicitamente a essas ideias, ou seja, as mulheres não podem demonstrar seu antifeminismo, porque isso implicaria um conflito. A mulher deve se colocar para “além do antifeminismo” e assumir uma posição representada como superior, deixando qualquer “briga” de lado, para assegurar sua feminilidade, como prega o evangelho.

Assim, concluímos que, no *corpus* composto pelos *posts*, a ED é representada como uma modalidade que sobrecarrega as mulheres e que exige a dedicação total delas, que devem abdicar de outros aspectos de sua vida pessoal e profissional em prol da educação dos filhos. No entanto, essa representação é feita de forma otimista, através de homenagens – como aquela pelo Dia Internacional da Mulher, publicada pela página *Homeschooling Brasil* – ou mesmo através de textos humorísticos – como a propaganda vintage publicada pela página *SIMEDUC Brasil*, de forma a ofuscar as desigualdades de gênero sustentadas por esse tipo de representação da realidade.

Thompson (1995) indica que essa é uma estratégia típica dos modos gerais de operação da ideologia, denominada “eufemização”, através do qual ações são representadas de modo a despertar uma valorização positiva. Dessa forma, a exploração do trabalho feminino na ED fica dissimulada, sendo disfarçada de feminilidade cristã, força, competência e dedicação.

No segmento do *corpus* composto pelos debates, a palavra “mulher” aparece apenas 2 vezes, ambas no nome do Ministério chefiado por Damares Alves:

(37) Por que o Ministério da *Mulher*, da Família e dos Direitos Humanos está tão envolvido com esse tema? Por que este Ministério apresentou o projeto de lei? Por que este Ministério assinou, junto com o nosso Presidente, o envio desse projeto de lei para o Congresso Nacional?

Vamos voltar à Lei nº 13.844, de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República, que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Diz seu art. 43:

Art. 43. Constituem áreas de competência do Ministério da *Mulher*, da Família e dos Direitos Humanos:

I - políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, incluídos os direitos (...)

Quero dizer que o ensino domiciliar está no campo dos direitos. (Damaras Alves – Debate 05/04/2021).

A baixa ocorrência do termo no vocabulário dos debates poderia indicar que, nesse gênero, a mulher não é representada como tendo um papel fundamental na prática da ED. Então, buscamos também pelo termo “mãe”, para observar como ele é empregado. Verificamos que o termo “mãe” aparece 11 vezes, dentre as quais uma ocorrência é na fala de Inêz Augusto Borges, que conta que a sua mãe era doméstica e levava revistas para que ela lesse quando

criança; e duas ocorrências estão na fala do Deputado Lincoln Portela, que cita o caso de Ben Carson, cuja mãe também era doméstica e pegava livros na casa em que trabalhava:

(38) A minha **mãe** era doméstica e trazia das casas nas quais trabalhava algumas revistas que, naquelas casas, eram destinadas ao lixo. Foi assim que, aos dez anos de idade, eu estava lendo seleções do *Reader's Digest*. (Inêz Augusto Borges – Debate 12/04/2021).

(39) É só lembrar do caso Ben Carson, que originou a questão da educação domiciliar, com sua **mãe**, que era uma analfabeta funcional. Ben Carson foi o médico que fez a primeira operação das crianças siamesas e, até o Governo Trump, o Governo passado, era Secretário de Estado, um homem da raça negra. A **mãe** dele era doméstica e começou a pegar livros emprestados das famílias. (Lincoln Portela – Debate 05/04/2021).

Nas outras 8 ocorrências, a palavra “mãe” aparece junto à palavra “pai”. O substantivo “família” é contabilizado 93 vezes nessa divisão do *corpus* e o substantivo “pais” aparece 40 vezes. Mostraremos alguns exemplos a seguir:

(40) E é claro que precisamos ouvir essas famílias, nós precisamos dar segurança jurídica a essa prática, porque não é admissível termos **pais e mães** dedicados à educação de seus filhos, mas ao mesmo tempo com medo de sofrerem ações como processos, como prisões. (Magno Karl – Debate 12/04).

(41) Conheci **mães e pais** que se organizam e fazem horários alternados de trabalho para não renunciar a responsabilidade pela educação de seus filhos. (Inêz Augusto Borges – Debate 12/04)

(42) Aqueles dois meninos que deveriam ter ficado famosos no Brasil por terem ingressado no vestibular com 13 ou 14 anos, dois gênios, não ficaram famosos por sua genialidade, não. Ficaram famosos porque seu **pai e sua mãe** estavam sendo processados por darem aula para eles em casa. (Damares Alves – Debate 05/04/2021).

(43) Algumas vezes, fui hospedada por **famílias** educadoras, sentei-me à mesa com crianças e adolescentes educados por seus pais, em diferentes oportunidades. (Inêz Augusto Borges – Debate 12/04).

(44) Quero dizer que nesses dez anos, quase onze, não só de representantes de **famílias** pelo Brasil, mas de pai homeschooler, eu quero dizer também que são... devem ser mais de uma centena de audiências e debates como esse. (Rick Dias – Debate 12/04).

(45) É importante dizer que, apesar de serem pequenas, essas **famílias** têm esse direito. (Magno Karl – Debate 12/04).

(46) A aprovação dessa lei vai dar segurança jurídica às **famílias** que optarem pela educação domiciliar. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).

(47) Essas crianças serão acompanhadas, esses **pais** terão um conteúdo a ministrar para os seus filhos. (Damares Alves – Debate 05/04/2021).

(48) Trata-se de um direito humano garantido aos **pais** pela nossa Constituição e reconhecido pelo Pacto de São José da Costa Rica. (Bia Kicis – Debate 05/04/2021).



Assim, é possível depreender que, nos debates, a ED é representada como um interesse, um direito e uma responsabilidade dos “pais”, “pais e mães” ou da “família”, como se os homens também participassem ativamente em todo o processo educacional, dividindo as tarefas igualmente. Portanto, neste *corpus*, o discurso neoconservador não é articulado para tratar da relação entre a mulher/mãe e a prática da ED.

A análise interdiscursiva do *corpus* foi sumarizada no quadro a seguir:

Quadro 7 – Interdiscursividade.

<b>Discurso Neoliberal</b>		
	<b>Debates</b>	<b>Posts</b>
<b>Liberdade individual</b>	Tanto nos debates quanto nos <i>posts</i> , a ED é representada como uma modalidade que garantirá a liberdade das famílias que são “perseguidas” ou a liberdade dos pais de escolherem o que acreditam ser melhor para seus filhos.	
<b>Empreendedorização</b>	Os empreendimentos desenvolvidos por e para famílias <i>homeschoolers</i> são representados como uma forma de cooperação ou ajuda mútua, como se não fossem capitalizados ou lucrativos.	A ED é representada como uma rede profícua a empreendimentos lucrativos. Os <i>posts</i> divulgam produtos e serviços pagos, desenvolvidos por e para famílias <i>homeschoolers</i> .
<b>Competitividade</b>	A ED é representada como formadora de sujeitos competitivos, empreendedores de si, focados na produtividade e na obtenção de excelentes resultados nas avaliações padronizadas a nível nacional.	A ED representada como uma modalidade que exige que os pais assumam riscos e responsabilidades, para que os filhos obtenham os melhores resultados. Além disso, um produto também é divulgado como ferramenta para maximizar a vantagem em relação às outras crianças e à legislação.
<b>Discurso Neoconservador</b>		
	<b>Debates</b>	<b>Posts</b>
<b>LGBTQIA+</b>	O discurso neoconservador contrário às pautas LGBTQIA+ não atravessa os debates. Neste <i>corpus</i> , a ED é representada como um direito das “minorias” e como uma questão de direitos humanos.	Os <i>posts</i> representam a ED como uma via de proteção à família patriarcal e heteronormativa, ao passo que utilizam do discurso neoconservador para atacar pautas ligadas à diversidade de gênero nas escolas – como o uso de linguagem neutra nas escolas no Brasil e um guia para inclusão de alunos trans lançado nas escolas da Escócia – e ações empresariais/publicitárias ligadas ao tema, como é o caso da campanha do <i>Burger King</i> .

<p><b>Mulheres</b></p>	<p>O discurso neoconservador contrário às pautas feministas também não atravessa os debates. Neste <i>corpus</i>, a ED é representada como um interesse, um direito e uma responsabilidade dos “pais”, “pais e mães” ou da “família”, como se os homens também participassem ativamente em todo o processo educacional, dividindo de maneira justa e igualitária as tarefas que a modalidade impõe.</p>	<p>Os <i>posts</i> representam a ED como uma tarefa que recai, principalmente, sobre as mães. No entanto, essa representação é feita sob uma ótica “positiva”, através do discurso neoconservador, principalmente cristão, de que a doação da mulher ao lar e aos filhos é sinônimo de feminilidade, força e demonstração de amor.</p>
------------------------	---	--

Fonte: Produzido pela autora.

As representações sobre a ED nos *posts* e nos debates retratam a realidade a partir de perspectivas convergentes em alguns pontos e diferentes em outros e, portanto, produzem diferentes tipos de crenças. O que foi observado a partir da análise da interdiscursividade é que as representações favoráveis à modalidade de ensino são construídas através da articulação do discurso neoliberal nos debates e nos *posts*. Em ambos os gêneros, foram identificadas formas de lexicalização que fazem parte do domínio neoliberal, visto que representam a ED sob o viés da liberdade individual, da maximização dos resultados, do aumento da produtividade, da competitividade, da individualização, da personalização, do bom desempenho em provas padronizadas e do êxito em ingressar na universidade e no mercado de trabalho.

Como postula Fairclough (2003, p. 55), o discurso neoliberal é uma modalidade de discurso dominante, que está associada a vozes dominantes. Portanto, é um discurso recontextualizado e reconhecido em muitas esferas da vida social, como a educacional, por exemplo. Por isso, ele passa a ser inculcado nos modos de ser, passando a ser visto como “senso comum”. Assim, devido ao seu caráter hegemônico, é natural que a articulação do discurso neoliberal molde as construções em torno da ED nos dois gêneros discursivos.

Em contrapartida, o discurso neoconservador é articulado em diferentes proporções nos debates e nos *posts*. A ED lexicalizada, através do vocabulário utilizado nos *posts*, como uma modalidade que pode ser baseada em valores cristãos, antifeministas e anti demandas LGBTQIA+. Já nos debates esse discurso não é mobilizado, e algumas temáticas sequer são mencionadas – como o papel que a mulher deve assumir na prática da modalidade de ensino, ou a discordância de algumas famílias com pautas LGBTQIA+ que foram acolhidas pela escola contemporaneamente, por exemplo. Em oposição ao que é observado nos *posts*, os textos dos debates produzem a crença de que a defesa da modalidade domiciliar de educação é uma maneira de proteger as minorias, de dar liberdade às minorias, ou de colocar pais e mães, juntos, à frente da educação de seus filhos.

Podemos inferir que o discurso neoconservador é silenciado nos debates, porque, apesar de ter ganhado muita força nos últimos anos, ele não atingiu o “status de senso comum” no Brasil. Ou seja, é um discurso que faz parte da luta hegemônica, mas que ainda encontra resistência em muitos setores da sociedade. Portanto, tomando a concepção de Chouliaraki e Fairclough (1999) de que o gênero é a faceta reguladora do discurso, determinando os modos de agir e de representar em diferentes eventos sociais, depreendemos que, nos debates, articular um discurso cuja principal característica é a subjugação de grupos específicos seria uma espécie de “falta de decoro” e causaria, no mínimo, um estranhamento na audiência. Por outro lado, o *post*, como um gênero mais espontâneo, informal, que tem sua distribuição e consumo voltados a um público muito específico devido a infraestrutura da plataforma, é um gênero que estimula a ação polêmica e discriminatória em troca do tão estimado “engajamento”.

A análise comparativa da interdiscursividade nos dois gêneros comprova que existe uma mistura significativa de discursos atrelados às representações feitas em defesa da ED. Fairclough (2003) postula que os discursos têm relação dialética com outros elementos da vida social e se associam às diferentes relações que as pessoas têm com o mundo e com as outras pessoas. Portanto, os possíveis efeitos sociais desses discursos devem ser levados em consideração na discussão social e legislativa sobre o tema, para que a proposta não tenha o potencial de acentuar a polarização no país e a manutenção de desigualdades sociais.

### **3.4 Estilos: modos de ser**

Nesta seção, trataremos do significado identificacional nos debates e nos *posts*, através da análise das avaliações. Como já foi detalhado no Capítulo 2 e na seção sobre a construção do *corpus* e a metodologia, nossas análises partem das declarações avaliativas e das presunções valorativas nos dois grupos que compõem o *corpus*.

Como todos os *posts* já foram integralmente apresentados nas seções anteriores sobre o significado acional e o significado representacional, as imagens e legendas completas não serão inseridas novamente nesta seção. Apenas indicamos o número do *post* ao qual estamos nos referindo, e apresentamos o trecho específico do texto de que estamos tratando. Também é importante frisar que muitas das análises feitas nas seções anteriores tangenciam o que será discutido nesta seção, afinal, os significados são dialéticos e complementares, sendo separados na teoria apenas para fins analíticos. Então as conclusões podem parecer repetitivas, mas, ainda assim, consideramos importante marcá-las para tratarmos mais estritamente sobre aspectos

identificacionais: a forma como os autores se identifica nos textos, o quanto as avaliações são marcadas ou não pela subjetividade e as diferenças ou semelhanças nos processos de identificação nos *posts* e nos debates.

Para melhor organização, apresentamos primeiro as avaliações identificadas nos *posts* e, em seguida, nos debates, seguindo a ordem cronológica em que os eventos ocorreram na Câmara e respeitando a sequência de fala de cada debatedor. Os termos que estamos analisando como avaliativos estão grifados para maior clareza. Ao final da seção, apresentamos nossas conclusões gerais.

### 3.4.1 Avaliações nos posts

Para iniciar a análise sobre as avaliações nos *posts*, retomamos o *Post 1*. O texto da legenda narra dois acontecimentos envolvendo pessoas que discordaram da abordagem religiosa conferida à ED pelo SIMEDUC. No primeiro caso, a discordância foi expressada por um participante do grupo do simpósio no aplicativo *Telegram*:

**Trecho da legenda Figura 1:** Um dia desses no Telegram do SIMEDUC falávamos sobre a fatídica lei da Escócia para educação. É lógico que o **batalhão da "fake news"** se levantou aqui e lá também. E entre muitas colocações, eis que surge esta pérola: Mas é por isso que o homeschooling não é aprovado, vocês põem religião em tudo!

O segundo caso descrito na legenda diz respeito a um participante da primeira edição do simpósio, realizada em 2016:

**Trecho da legenda Figura 1:** Em 2016, no nosso 1º SIMEDUC, tivemos já a visitinha de um **hater** (como somos amados ☐☐☐). Um dos participantes disse esbravejando: É Deus pra lá, Deus pra cá, vou fazer o 1º SIMPÓSIO ONLINE DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR PARA ATEUS! Respondi a ele: Essa é a beleza da educação domiciliar, é para todos! A liberdade é a nossa bandeira, vá com Deus! ☐

Nesse texto, as avaliações são construídas a partir de elementos mais profundamente inseridos no texto, ou seja, não aparecem explicitamente através de adjetivos ou advérbios, em formulações que Fairclough (2003) chama de declaração avaliativa. Em primeiro lugar, os atores sociais que discordam da abordagem religiosa dada à ED são identificados pelas expressões “batalhão da *fake news*” e “*hater*”. O termo “*fake news*”, que faz parte da primeira expressão, está em alta nos últimos anos para designar informações falsas, geralmente motivadas politicamente, identificando-os assim como mentirosos. A segunda, consiste no

substantivo da língua inglesa “*hater*”, geralmente utilizado para qualificar uma pessoa que geralmente diz ou escreve coisas desagradáveis sobre uma página ou sobre outra pessoa, especialmente na internet. Essas expressões adquirem sentido de avaliação negativa, uma vez que são pautadas em valores que, na atualidade, são consensualmente vistos como prejudiciais à sociedade: as informações falsas e o ódio espalhado na internet.

Por outro lado, a ED é avaliada positivamente por meio da presunção de valores, como a “liberdade” (colocada como uma “bandeira”, no sentido de ser o valor que orienta a modalidade) e da “inclusão” (a “beleza” da ED consiste no fato de ela ser “para todos”). Valores que são normalmente desejáveis pela maioria das pessoas e, portanto, automaticamente estabelecem o sentido de avaliação positiva para a modalidade, ao mesmo tempo que respaldam a opção do(a) autor(a) do *post* por uma educação religiosa.

No entanto, como já discutimos em nossas análises anteriores, esta avaliação é feita a partir do discurso neoliberal da liberdade individual – é desejável que cada família tenha a liberdade para educar seus filhos sob a perspectiva que preferir, mesmo que isso implique uma ruptura social. Ou seja, o(a) autor(a) tem a liberdade para praticar uma ED pautada em princípios religiosos, e o participante, por outro lado, tem liberdade para basear sua prática nos princípios ateus. Entretanto, a liberdade de cada um impede que os dois indivíduos compartilhem o mesmo espaço, ou conjuguem suas opiniões, visto que, além dos atributos “*hater*” e “batalhão da *fake news*” feitos a quem se opõe a uma abordagem religiosa, o(a) autor(a) ainda ordena que o participante antagonista “vá com Deus”, para criar um simpósio ateu.

Além disso, como já apontamos, um guia para a inclusão de alunos transgêneros nas escolas escocesas é representado como “a **fatídica** lei da escócia” na legenda desse mesmo *post*. Portanto, o adjetivo “fatídica”, por seu significado de “aquilo que leva à desgraça e ao infortúnio”, automaticamente gera uma avaliação negativa sobre a iniciativa. Não aprofundaremos a análise sobre essa declaração avaliativa feita sobre o guia escocês, porque, conforme foi definido na metodologia, focalizaremos apenas nas avaliações mais diretamente ligadas à ED no Brasil. Mas consideramos que é importante relacionar a avaliação feita sobre o guia, com a avaliação feita sobre a ED diante do descontentamento do participante do SIMEDUC, para entendermos como o(a) autor(a) se identifica nesse texto.

Essa avaliação é feita a partir do julgamento em relação às demandas LGBTQIA+ que estão sendo acolhidas pelas escolas (inclusão de alunos transgêneros nas escolas da Escócia) como algo ruim. Nas outras avaliações analisadas, o(a) autor(a) coloca-se como defensor de

uma ED baseada em princípios religiosos, uma vez que avalia de maneira negativa as pessoas que se posicionaram contra essa perspectiva. Portanto, concatenando as duas avaliações contidas no texto, concluímos que o discurso neoconservador, contrário às pautas LGBTQIA+ e baseado em valores cristãos, mostra-se inculcado na identidade do(a) autor(a) e transparece no estilo linguístico.

Já no *Post 2*, analisamos o enunciado “O *homeschooling* nunca foi tão **urgente** neste país”, que aparece na legenda: através do adjetivo “urgente”, a autora explicita que a regulamentação da ED é algo desejável. No entanto, quando olhamos para o *post* como um todo – levando em consideração o enunciado “pessoas **normais** querem proibir o uso de linguagem neutra nas escolas”, que aparece na imagem –, descobrimos que essa avaliação sobre a urgência da implementação do *homeschooling* só é feita em relação a outra avaliação: de que é desejável que a linguagem neutra seja proibida nas escolas. O(a) autor(a) do *post* inclusive busca pela naturalização dessa avaliação, uma vez que mantém a substituição do enunciado “**Bolsonaristas** querem proibir a linguagem neutra nas escolas” por “Pessoas **normais** querem proibir a linguagem neutra nas escolas”. Além disso, na legenda verifica-se o enunciado “Que toda essa ação é um **emburrecimento programado**, eu não tenho a menor dúvida”, através do qual a ação (adoção da linguagem neutra) é avaliada pela presunção do valor negativo “emburrecimento”.

Em resumo, o texto avalia a ED como um bom recurso para resguardar as crianças e adolescentes de uma iniciativa inclusiva em relação aos gêneros – a linguagem neutra. Assim sendo, mais uma vez, o discurso neoconservador contrário às demandas LGBTQIA+ aparece inculcado na forma como o(a) autor(a) se identifica no texto.

No *Post 4*, verificamos a avaliação negativa da decisão do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, de vetar um projeto de lei que objetivava regulamentar a ED no estado, através do seguinte enunciado da legenda: “O veto de Eduardo Leite à Lei do Homeschooling, **infelizmente**, foi mantido”. O advérbio “infelizmente” determina que o autor do *post* avaliou a decisão como algo ruim.

Essa avaliação ainda é intensificada quando o autor argumenta que foi “Uma decisão baseada no antagonismo raso a Bolsonaro e no **preconceito** do governador contra as famílias educadoras, **perseguidas e ameaçadas** por escolherem tomar para si a responsabilidade de garantir a melhor educação para os seus filhos”. Os atributos “perseguidas” e “ameaçadas” contribuem para construção de uma forma de identificação para as “famílias educadoras”, enquanto o termo “preconceito”, colocado como um dos motivos que levou o governador

Eduardo Leite a vetar o projeto de lei, também funciona como uma avaliação por presunção valorativa, pois o autor supõe que a maioria das pessoas compartilha a ideia de que preconceito não é algo aceitável, o que corrobora na construção da identidade das famílias que optam pela ED como um grupo subjugado. Dessa forma, o autor do *post*, o então Deputado Fábio Ostermann (conforme indicado na assinatura ao final da legenda), identifica-se como um antagonista do governador, e defensor da ED, no sentido em que demonstra compaixão por essas famílias e empenho em ajudá-las.

Nos *Posts* 5 e 6 consideramos a avaliação de um produto e de um material didático desenvolvidos por e para famílias que praticam ED. O produto apresentado do *Post* 5 é o “Meu Homeschool”, um sistema operacional que, segundo o texto, é: “A **melhor** solução para registro e organização das atividades de ensino domiciliar”. Já o *Post* 6 apresenta atividades voltadas à ED para desenvolver a escrita, e apresenta o título: “3 atividades **maravilhosas** para ensinar a escrever bem”. Consideramos que as avaliações feitas nesses dois *posts* usam do estilo publicitário para persuadir outras famílias a adquirirem estes produtos/serviços, o que indica uma associação ao discurso neoliberal que, segundo Fairclough (2003, p. 9), promulga formas mais “comerciais” de administrar a educação.

Conforme recorte definido da metodologia, não incluiremos os *Posts* 3, 7 e 8 nesta parte da análise, pois, apesar de conterem avaliações sobre a “mulher” e o “Burger King”, consideramos que eles não apresentam avaliações sobre a ED de maneira mais direta. Além disso, já tratamos mais profundamente das formas de representação nesses *posts* na seção anterior, e seus efeitos constitutivos na defesa da ED. Passemos então à análise das avaliações nos debates.

### ***3.4.2 Avaliações nos debates***

A primeira avaliação verificada nos debates está na fala do então deputado e autor do projeto de lei em discussão, Lincoln Portela, em um trecho em que o debatedor, através do adjetivo “bom”, declara que considera desejável o esclarecimento de que a ED é uma modalidade de ensino, e que não se trata de uma questão religiosa:

(49) É **bom** entendermos que a educação domiciliar não é uma opção, é uma modalidade — há aí uma diferença muito grande —, e ela não é uma questão religiosa, porque vários pais que não professam nenhuma religião querem a educação domiciliar. (Lincoln Portela – Debate 05/04/2021).

A segunda avaliação encontrada também diz respeito ao desejo de posicionar a ED como uma modalidade de ensino. O enunciador, o então Ministro da Educação Milton Ribeiro, enfatiza que, para que as famílias possam optar por educar seus filhos em casa, elas deverão preencher determinados requisitos, o que, na concepção do enunciador, configura a ED como uma “modalidade” e não como uma simples opção. Identificamos essa avaliação pelos adjetivos “favorável” e “importantíssimo”:

(50) Primeiro, eu quero dizer que, como Ministro da Educação, sou totalmente **favorável** ao homeschooling como modalidade. É isso que tem que ser muito bem enfatizado. Nós não estamos colocando o homeschooling como uma opção, e sim como uma modalidade, isto é, as pessoas vão poder eleger, escolher, desde que, de acordo com os projetos propostos, preencham determinados qualificativos. Isso é **importantíssimo**. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).

Nesses dois trechos os autores marcam suas subjetividades nas avaliações. No trecho (49), Lincoln Portela usa a terceira pessoa do plural em “é bom **entendermos** [...]”, além da opção por essa pessoa do discurso, o autor utiliza o verbo “entendermos”, que denota um processo mental, na categoria de cognição (HALLIDAY, 1988<sup>72</sup> *apud* BIAVATI, 2001), para denotar o desejo dele de não só ele, mas todas as pessoas adquiram consciência sobre a ED como modalidade. Enquanto no excerto (50), Milton Ribeiro fala em primeira pessoa “**eu** quero dizer que, **como Ministro da Educação, sou** totalmente favorável ao homeschooling como modalidade”, em que o verbo “sou” faz parte de um processo relacional intensivo (HALLIDAY, 1988 *apud* BIAVATI, 2001), através do qual o autor identifica-se e caracteriza-se como totalmente favorável à ED como modalidade.

Portanto, as avaliações feitas demonstram a desejabilidade dos autores de que a ED seja representada como “modalidade” para realçar que é um tipo de educação que deve cumprir determinadas exigências e formalidades. Assim, além de manifestarem seus desejos, marcam suas identidades sociais como políticos, ou seja, buscam identificar-se como deputado/autor do projeto de lei e Ministro da Educação, respectivamente, para demonstrarem seu empenho e suas preocupações metodológicas (o enquadramento da ED como “modalidade”) para que a pauta seja devidamente regulamentada.

Milton Ribeiro também avalia subjetivamente a “politização” do assunto como algo ruim, referindo-se ao fato de a proposta de regulamentação da ED ter sido colocada como

---

<sup>72</sup> HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Introduction to functional grammar**. London: Edward Harnold, 1988.



prioridade legislativa para os primeiros cem dias de governo de Jair Bolsonaro. Para Ribeiro, isso não deveria ter importância:

(51) Minha **grande** preocupação é o assunto ser **politizado**. Ora, se é uma proposta vinda do governo tal, dentro dos 100 dias, isso é o que menos me importa. O que me importa é se o projeto é bom e se tem validade. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).

Os adjetivos “grande” e “politizado” isoladamente não têm valor semântico de avaliação. No entanto, “grande” funciona como um atributo à preocupação do ministro em relação à politização da discussão sobre a regulamentação da ED, o que dá a forma de avaliação à oração. Além disso, o item lexical “politizado”, no contexto histórico de produção, adquire uma conotação negativa, visto que tudo o que é do âmbito do político e da política tem sido visto com desconfiança e descaso pelos brasileiros. Sendo assim, Ribeiro identificou-se como um personagem “democrático”, isto é, apesar de ser Ministro do governo Bolsonaro, sua avaliação indica que ele não pretende defender um interesse particular do governo, mas sim a legitimidade da proposta de lei.

Na ocasião, o ex-ministro também avaliou como bom o desempenho profissional de ex-alunos da modalidade domiciliar de educação (52), identificando-os como “pessoas de sucesso”. Além disso, avaliou negativamente um argumento que foi muito utilizado no debate pelos opositores da ED de que a regulamentação da modalidade poderia favorecer casos de abuso e exploração infantil (53). Ao depreciar de maneira direta o argumento de seus adversários, ele marca de maneira mais evidente sua identidade social de debatedor, assumida por ele naquele momento:

(52) Eu tenho vários nomes aqui que poderia citar de jovens cujos pais optaram pelo homeschooling e que hoje são pessoas que têm **relativo** e até **surpreendente** sucesso na vida profissional. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).

(53) A alegação de violência doméstica contra crianças cujos pais optem pelo homeschooling, para mim, é totalmente **descabida**. A violência doméstica contra criança existe desde o tempo passado, quando não se falava em homeschooling. Não é o fato de a criança ir à escola regular nas redes que a livra da violência. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).

Por último, o ex-ministro ainda avaliou positivamente, mais uma vez identificando-se como Ministro da Educação, a proposta legislativa de regulamentação da ED, utilizando o adjetivo “importantíssima” e, em seguida, demonstrou que dar às famílias maior liberdade de escolha era algo desejável para o governo do qual ele fazia parte

(54) Essa proposta altera a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir a educação domiciliar como uma modalidade de educação. Uma coisa

**importantíssima**, que envolve a liberdade de escolha das famílias. Este Governo, que às vezes é carimbado como autoritário — o que não é —, quer dar à família uma opção, uma liberdade de escolha daquilo que ela julgar ser o melhor para seu filho. (Milton Ribeiro – Debate 05/04/2021).

Passando para a fala de Damares Alves, a primeira avaliação feita é em relação à pandemia de COVID-19. A debatedora avalia positivamente esse período, através do adjetivo “especial”. Devido ao isolamento social e a suspensão das aulas presenciais, os alunos estudaram por quase dois anos através do ensino remoto. Damares argumenta, portanto, que esse período foi “bom”, pois permitiu que os pais, com o suporte tecnológico, experimentassem uma participação mais próxima e ativa na educação formal dos filhos.

(55) Em meio a esta pandemia, Deputada, aconteceu que os pais descobriram que é possível protagonizar a educação dos filhos em casa, e que uma **excelente** educação personalizada é capaz de gerar **excelentes** resultados. [...] Então, este é um momento **especial** para discutirmos o ensino domiciliar. As novas tecnologias estão aí e poderão facilitar muito a aplicação da modalidade no Brasil. (Damares Alves – Debate 05/04/2021).

Tomando os postulados de Thompson (1995, p. 84), podemos afirmar que, nessa passagem, há uma estratégia de construção simbólica que o autor chama de “eufemização”: a pandemia de COVID-19, um período extremamente negativo em todos os seus aspectos, foi descrito pela autora de forma a apresentar valoração positiva. Isso significa que a experiência da educação individualizada e personalizada é avaliada como positiva, mesmo diante de todas os outros problemas enfrentados pelo setor educacional durante esse período. Essa é uma forma de identificação que evidencia a inculcação do discurso neoliberal em termos do “desmantelamento social”, isto é, a consciência e a solidariedade sociais são deixadas de lado, para dar lugar à individualidade.

Marcando seu lugar social de debatedora, Damares ainda faz uma segunda avaliação, concordando com Milton Ribeiro, em relação ao argumento utilizado pelos opositores no debate sobre a relação entre a ED com o ocultamento de abusos sexuais de crianças e adolescentes. Esse trecho foi incluído na análise das avaliações através do verbo “apequenar”, que tem conotação avaliativa, uma vez que invalida esse argumento, ou seja, avalia que é um argumento ruim para o debate, já que “não se sustenta” e “não se justifica”:

(56) Por último, Deputada, permita-me, esse argumento não se sustenta. Todos que me acompanham sabem, e não é segredo, da forma como fui exposta, como fui abusada dos 6 anos aos 8 anos de idade, barbaramente abusada. Eu estava no âmbito da escola. A escola, naquela época — é claro, era uma realidade totalmente diferente

—, não percebeu e não leu os sinais que eu estava mandando de quando estava sendo violentada e de todo o sofrimento que eu passava. Então, não justifica dizer que as famílias que querem educar seus filhos vão optar pela modalidade para abusar deles. Eu acho que é **apequenar** o debate. (Damares Alves – Debate 05/04/2021).

Bia Kicis, por sua vez, avalia que tratar da ED como uma questão “ideológica” é algo indesejável, uma vez que pode inflamar as discussões sobre a modalidade e prejudicar ainda mais a situação das “famílias educadoras”, identificadas por ela como um grupo injustiçado, uma vez que são “extremamente dedicadas” aos seus filhos, e ainda assim são tachadas de “criminosas”:

(57) Bom, acho que realmente nós temos uma questão que precisa ser superada, que é a questão **ideológica** que pode fomentar um acirramento no debate que só trará prejuízo para as famílias extremamente **dedicadas** aos seus filhos e que hoje vêm sendo tratadas como **criminosas**. (Bia Kicis – Debate 05/04/2021).

A enunciadora também avalia como bom o desempenho dos alunos que praticam ED em relação ao mercado de trabalho e aos vestibulares:

(58) Ao contrário do temor que muitos apresentaram aqui, são famílias cujas crianças são **muito bem preparadas e têm também tido sucesso** na vida profissional, no ingresso nas universidades. (Bia Kicis – Debate 05/04/2021).

Apesar de não apresentar adjetivos nem advérbios avaliativos, o trecho foi selecionado para compor a análise pois o processo relacional<sup>73</sup> “[famílias cujas crianças] **são** muito bem preparadas e têm tido sucesso na vida profissional, no ingresso nas universidades” adquire valor de adjetivo para a construção da identificação das famílias que praticam ED. Além disso, a enunciadora parte de uma presunção valorativa, uma vez que o sucesso profissional e acadêmico é um valor positivo compartilhado, algo desejável por todos.

Kicis ainda avalia positivamente a atuação da ANED. De acordo com Fairclough (2003, p. 172-173), as avaliações variam em seu grau de intensidade, portanto, no trecho a seguir, quando Kicis utiliza o superlativo absoluto “seríssimo”, para avaliar o trabalho da ANED, podemos afirmar que a avaliação favorável é intensificada. Além disso, a atitude dos pais que optam pela ED também é avaliada como algo bom, uma vez que a enunciadora identifica os pais educadores como “corajosos”, e intensifica essa avaliação afirmando que eles “merecem aplausos” pela dedicação aos filhos.

<sup>73</sup> Aqui, utilizamos o termo “processo relacional” em referência à Halliday (1988 *apud* BIAVATI, 2001, p. 50), que denomina de “processos relacionais intensivos” aqueles processos que designam que “X **é/está** A”.

(59) Nós temos a ANED — Associação Nacional de Educação Domiciliar, que faz um trabalho **seríssimo**, que congrega, junta esses pais, que são poucos. (Bia Kicis – Debate 05/04/2021).

(60) Estou aqui disposta a me empenhar para ajudar esses pais **corajosos**, que merecem sim os nossos aplausos porque se dedicam à família de forma às vezes impensável para quem tem que trabalhar, para quem tem que sustentar a família. (Bia Kicis – Debate 05/04/2021).

Essas avaliações somam-se a identificação que está sendo construída para as famílias praticantes de ED, através de todas as falas de Kicis apresentadas acima, que avaliam essas famílias como dedicadas, mas injustiçadas (57), bem preparadas e bem-sucedidas (58), além de serem corajosas (60) e organizadas em uma associação séria (59).

Patrick Bestetti Mallmann, que na ocasião ocupava o cargo de primeiro secretário da carreira de diplomata, faz uma avaliação favorável à ED com base em sua experiência internacional, o que indica uma forma de o autor identificar-se. Na sua concepção, a ED é uma modalidade respeitada e que gera “excelentes” resultados em diversos países da OCDE, e que é algo “normal” nos Estados Unidos:

(61) Eu acompanho a vida política, social e cultural e venho acompanhando o tema homeschooling há muitos anos. Ele tem apreço e resultados **excelentes** em outros países, como os Estados Unidos e a Austrália e na maioria dos países da OCDE. A experiência que eu tenho é que é totalmente **normal** tratar disso nos Estados Unidos. Lá as pessoas têm esse direito. (Patrick Bestetti Mallmann – Debate 05/04/2021).

Mallmann também considera que os pais não terem o direito de educar formalmente os próprios filhos é algo ruim. Essa avaliação pode ser identificada pelo predicado “é uma violência bastante grande”, que desempenha papel semelhante ao adjetivo “violento”, e corrobora a identificação das famílias *homeschoolers* como um grupo injustiçado:

(62) De novo, de alguma maneira, isso tem que ser regulamentado pelo Estado, conforme decidiu o Supremo. De fato, Deputada e Sra. Ministra, não se pode cassar o direito de um pai educar seus filhos. Com todo o respeito às opiniões contrárias, acho que isso **é uma violência bastante grande**. (Patrick Bestetti Mallmann – Debate 05/04/2021).

No debate ocorrido no dia 12/04/21, a primeira fala em defesa da regulamentação da ED é proferida pela então assessora especial do Ministério da Educação, Inês Augusto Borges, que tece uma avaliação positiva sobre o desempenho dos alunos da ED com os quais ele teve contato, em relação às habilidades com a leitura (“fluentes”) e a língua inglesa (“pronúncia

corretíssima”). Além disso, ao afirmar que eles “respeitam as diferenças, amam a justiça, a liberdade e a verdade”, a enunciadora parte de valores presumidos que contribuem para identificar essas crianças em termos de uma boa conduta ética.

(63) Vi crianças com sete anos de idade e já **fluentes** em leitura. Crianças com nove anos lendo e escrevendo em inglês e falando com pronúncia **corretíssima**. Vi crianças declamando poemas, fazendo discursos, fazendo experiências científicas. E sempre vi crianças **bem informadas, curiosas, ávidas por mais e mais conhecimentos**. Vi crianças que **respeitam as diferenças e que amam a justiça, a liberdade e a verdade**. (Inêz Augusto Borges – Debate 12/04/2021).

No trecho a seguir, a enunciadora declara que se sente “profundamente constrangida” ao ver pais educadores sendo caracterizados como “abusadores e criminosos”, o que marca explicitamente sua avaliação de que isso é indesejável, e, mais uma vez, reforça a identificação das famílias como injustiçadas:

(64) Caminhando para o final, eu quero dizer que, conhecendo a dedicação das famílias educadoras, eu me sinto profundamente **constrangida** quando as vejo, aqui, sendo comparadas a **abusadores** e **criminosos** que precisam ser vigiados pelo Estado para não destruírem o futuro de seus filhos. (Inêz Augusto Borges – Debate 12/04/2021).

Ao final de sua fala, Borges avalia a ED como a “melhor” educação que os pais podem oferecer para os filhos, e a contribuição profissional de ex-alunos da ED como “extremamente relevante” para o país. É interessante observar que essas duas avaliações estão em uma escala mais alta de intensidade, uma vez que o adjetivo “melhor” indica que a modalidade é superior às outras modalidades de educação e o advérbio “extremamente” é utilizado para elevar o grau de intensidade do adjetivo “relevante”:

(65) Senhores deputados e deputadas, essas famílias merecem nossa confiança. Seus filhos merecem o direito de usufruir da dedicação de seus pais em busca da **melhor** educação que podem oferecer. Mais do que isso, o Brasil merece poder contar com os cidadãos e profissionais que serão formados por essas famílias. Certamente, essa será uma contribuição **extremamente relevante** para toda a nossa nação. Muito obrigada. (Inêz Augusto Borges – Debate 12/04/2021).

Nesse fragmento, a identidade social de assessora do Ministério da Educação assumida é evidenciada, uma vez que a avaliação feita sobre a contribuição “relevante” que a ED pode oferecer é dirigida para “toda a nossa nação”, ou seja, a enunciadora identifica-se como uma representante política.

Rick Dias, presidente da ANED, assim como a então deputada Bia Kicis, avalia negativamente o fato de haver uma discussão “ideológica” sobre o tema, caracterizando-a como “infrutífera” e “sem sentido”. Ademais, Dias utiliza o adjetivo “falaciosos” para referir-se a alguns argumentos utilizados pelos opositores no debate, salientando sua identificação como debatedor:

(66) Precisamos avançar em uma série de questões e tirar o homeschooling, tirar a educação domiciliar dessa discussão **infrutífera**, dessa discussão **ideológica** sem sentido. Parar com a presunção de má fé sobre as famílias educadoras. Parar com argumentos **falaciosos** sobre socialização de criança, quando se sabe muito bem que as crianças educadas em casa são plenamente socializadas, mais até que as crianças educadas no ambiente escolar, porque a socialização dos educados em casa é uma socialização rica, porque ela se dá com indivíduos de todas as idades. [...] Chega de ficar se defendendo em relação a argumentos **falaciosos**, de que famílias pobres ou famílias miseráveis não teriam condições de fazer homeschooling e que poderiam, sim, usar isso para então abusar ou desrespeitar os direitos da criança ou do adolescente. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).

Em outro trecho, o enunciador cita que seus filhos foram educados em casa, e hoje estão inseridos no mercado de trabalho e na universidade “felizes, produtivos e sociáveis”.

(67) Falo da educação domiciliar com respaldo porque sou pai de dois filhos adultos, que os eduquei em casa, e eles estão no mercado de trabalho, estão na universidade, **felizes, produtivos e sociáveis**, ao contrário do que pensam alguns. A minha filha entrou na universidade aos dezesseis anos. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).

Através desses três adjetivos, o desempenho dos filhos é avaliado como “bom”, uma vez que felicidade e sociabilidade são valores geralmente compartilhados como positivos, e constrói-se uma forma de identificação para alunos da ED. Além disso, o fato de vangloriar o ingresso dos filhos na universidade (a filha aos 16 anos), que poderia parecer contraditório uma vez que significa o fim da educação em âmbito doméstico que ele defende, acaba funcionando como uma forma de avaliar a ED como uma boa modalidade de ensino, de acordo com o discurso neoliberal de produtividade e competitividade, que está inculcado na forma com que o autor se identifica.

Outra avaliação observada na fala de Dias é em relação aos pais que não têm curso superior, ou mesmo que tenham cursado somente a educação básica e praticam ED com os filhos.

(68) É **preciso** pensar que a educação domiciliar ela não há uma necessidade de que a família, de que os pais sejam acadêmicos ou obtenham o curso de pedagogia. Porque

conhecemos famílias, inclusive com o ensino médio ou ensino fundamental, que fazem isso, e **fazem muito bem**. As crianças **estão muito bem**, obrigada. (Rick Dias – Debate 12/04/2021).

No debate, o representante da ED utiliza a forma modalizadora “é preciso”, direcionando a própria avaliação à causa que defende, tomando-a no status de, em (69), “modalidade de educação”. O desempenho dessas famílias é considerado bom pelo enunciador, o que também deixa claro que ele considera indesejável que haja uma exigência, a partir da regulamentação, de que os pais sejam graduados em pedagogia ou qualquer outro curso superior para estar à frente da educação formal de seus filhos. Esse tipo de avaliação também demonstra que o discurso neoliberal está inculcado na forma como o autor se identifica, pois ele faz essa avaliação em termos da valorização do autodidatismo e da mínima interferência do Estado no estabelecimento de exigências para a prática da ED. O discurso neoliberal também aparece no fragmento a seguir, quando Rick Dias ainda avalia as possibilidades de mercados proporcionadas pela ED, com o uso do adjetivo “bons”:

(69) E a educação domiciliar, gente, é uma modalidade de educação, tá? Ela abre, inclusive, mercados. E mercados muito **bons**. Eu digo nem tanto do ponto de vista financeiro, mas ela abre mercado para professores que podem, sim, auxiliar os pais. (Rick Dias - Debate 12/04/2021).

Por seu turno, Magno Karl, diretor executivo do Livres, através dos adjetivos “importante” e “necessário/necessária”, avalia alguns pontos que considera desejável em relação à regulamentação da ED: primeiro, que o Estado mantenha uma estrutura fiscalizadora da modalidade; segundo, que a legislação preveja este suporte estatal; terceiro, que a discussão sobre a ED seja amplificada, e deixe de ser “ideológica” ou “politizada”; e quarto, que seja dada segurança jurídica às famílias que praticam ED, para que não sofram mais com processos ou outras sanções:

(70) A complementaridade entre as famílias e o estado e, claro, aqui trazendo e dando a preponderância às famílias e reservando o estado um papel de **fiscalizador**, de manutenção de uma estrutura, sim, uma estrutura **necessária** para que essa nova modalidade funcione a contento. (Magno Karl – Debate 12/04/2021).

(71) **É necessário** que se pense na legislação, que a gente pense em como legalizar a prática, como tirar a prática das sombras, como tirar esses pais e mães da ilegalidade, mas também o que virá junto. O que vamos trazer de suporte necessário. (Magno Karl – Debate 12/04/2021).

(72) **É importante** também que a gente abra a discussão politicamente para mostrar que é um tema de interesse amplo na sociedade, né? Que hoje nós temos alguns

milhares de pais fazendo isso, praticando a atividade, poderemos ter muito mais pais praticando essa atividade. Então **é necessário** que essa discussão saia um pouco do cantinho em que foi posta, um cantinho **ideológico**, um cantinho de uma certa inclinação política e que se abra para outras possibilidades. Nesse meio, diversos tipos de pais e responsáveis que não coadunam com políticas específicas de um governo ou de outro, a organização que lidero está **longe de ser uma apoiadora** do governo de Jair Bolsonaro, por exemplo. (Magno Karl – Debate 12/04/2021).

(73) E é claro que precisamos ouvir essas famílias, nós precisamos dar segurança jurídica a essa prática, porque **não é admissível** termos pais e mães **dedicados** à educação de seus filhos, mas ao mesmo tempo com medo de sofrerem ações como processos, como prisões. **Não é possível** mais que esses sete mil ou dez mil, há diferentes números sobre o número de famílias que hoje atuam nesse campo, que trabalhem sob o medo, sob o perigo de serem **processadas**. (Magno Karl – Debate 12/04/2021).

As expressões modalizadoras em “nós precisamos” e “é claro que precisamos” apontam alguns caminhos defendidos, ao mesmo tempo em que se rejeitam outros, com “não é admissível”, “não é possível”. Novamente, o discurso neoliberal mostra-se inculcado na identidade do enunciador, uma vez que, de acordo com suas avaliações, o papel do Estado fica reservado à manutenção de infraestrutura e fiscalização. Além disso, o enunciador identifica-se a partir de uma oposição antagonista ao governo de Jair Bolsonaro, ao mesmo tempo em que fortalece a recorrente identificação das “famílias educadoras” como injustiçadas.

As avaliações observadas nos *posts* e nos debates foram retomadas e sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 8 - Avaliação nos *posts* e nos debates.

Avaliação nos <i>posts</i>	
<b>O que é bom/desejável</b>	Liberdade proporcionada pela ED para uma abordagem religiosa ou atea dada à educação formal; Regulamentação da ED para proteger crianças e adolescentes contra o “emburrecimento” causado pela implementação da linguagem neutra nas escolas; Produtos e serviços anunciados para auxiliar na prática da ED.
<b>O que é ruim/indesejável</b>	Pessoas que se opõem à abordagem religiosa da ED; Veto do governador Eduardo Leite à regulamentação da ED no Rio Grande do Sul.
Avaliação nos debates	
<b>O que é bom/desejável</b>	Posicionamento da ED como uma modalidade de ensino, e não como uma opção; Bom desempenho acadêmico/ profissional/ pessoal de pessoas que praticaram ED; Desempenho de pais educadores que não possuem curso superior; Mercados oportunizados pela ED;



	Papel avaliador/fiscalizador do Estado em relação à ED; Coragem e dedicação dos pais que praticam ED com seus filhos.
<b>O que é ruim/indesejável</b>	Situação de insegurança e sanções sofridas pelas famílias que praticam ED; Argumentos de opositores sobre a ED prejudicar a socialização, propiciar abuso sexual e violência doméstica; Politização, partidarização e ideologização da discussão sobre a ED; Exigência de curso superior para pais que praticam ED com seus filhos.

Fonte: Elaborado pela autora.

As análises das avaliações no *corpus* nos levam a uma conclusão compatível com a análise da interdiscursividade, uma vez que as avaliações e consequentes identificações verificadas nos *posts* associam-se ora ao discurso neoliberal, ora ao discurso neoconservador. Por outro lado, nos debates, o discurso neoconservador não é articulado nas formas de avaliar e identificar. Esse resultado valida a concepção de Fairclough (2003, p. 159) de que “o processo de identificação envolve os efeitos constitutivos do discurso, e deve ser visto como um processo dialético, no qual os discursos são inculcados em identidades”.

Através dos *posts*, os autores identificam-se de maneira conservadora, expressando a sua deseabilidade por uma educação que seja baseada em princípios religiosos, que proteja os alunos das pautas inclusivas para a comunidade LGBTQIA+ e que permita a empreendedorização, em termos de comercialização de produtos e materiais desenvolvidos a partir de suas experiências com a ED, buscando legitimar suas posições em grupos dominantes (cristãos, heterossexuais, neoliberais).

Essa é uma forma de identificação que não aparece nos debates, onde os autores identificam-se a partir dos seus papéis de políticos e debatedores e, assim, focam em avaliações relacionadas às competências desenvolvidas pela ED e na manifestação do que desejam em relação à forma como será feita a regulamentação. Apesar de associarem-se ao discurso neoliberal, nos debates a identificação através do discurso neoconservador não fica explícita.

Verificamos ainda que, em ambos os gêneros, há uma forma predominante de identificar as famílias que praticam ED como um grupo desrespeitado. Dedicção, coragem, produtividade e sucesso são constantemente utilizados no *corpus* para avaliar as famílias, ao mesmo tempo em que elas também são caracterizadas como um grupo perseguido, ameaçado, e amedrontado – o que constituiria uma injustiça.

Também é interessante observar que, tanto nos debates quanto nos *posts*, as avaliações são justificadas com vivências pessoais. Nos debates, podemos tomar como exemplo a seguinte

fala de Rick Dias: “Falo da educação domiciliar com respaldo porque sou pai de dois filhos adultos, que os eduquei em casa”. Esse trecho foi usado como justificativa da avaliação positiva feita pelo debatedor sobre o desempenho de alunos e ex-alunos da modalidade de modo geral. Outro exemplo é o seguinte trecho da fala de Damares Alves: “Todos que me acompanham sabem, e não é segredo, da forma como fui exposta, como fui abusada dos 6 anos aos 8 anos de idade, barbaramente abusada. Eu estava no âmbito da escola.” Nessa passagem, ela conta um trauma pessoal para descredibilizar o argumento, geralmente utilizado pelos opositores da ED, de que a frequência dos alunos à escola ajuda a protegê-los de abuso sexual. Damares avalia que esse é um argumento que “não se sustenta”, “não se justifica” e “apequena o debate”.

Com essa forma de avaliar e em seguida justificar a avaliação a partir de vivências próprias, os enunciadores identificam-se como pessoas que têm propriedade para falar do assunto, uma vez que são praticantes da ED, ou conviveram com famílias que a praticam, ou passaram por alguma situação que comprova que a ED é uma boa alternativa. Essa forma de identificação relaciona-se com o gênero “debate na Câmara dos Deputados”, uma vez que este é um gênero em que as pessoas são convidadas a participar de acordo com seu nível de conhecimento e envolvimento sobre/com o assunto; portanto, a audiência espera que, a partir de suas especialidades, os debatedores possam fazer contribuições pertinentes, uma vez que é um gênero que fundamenta a tomada de ação legislativa, que afetará a vida de todos os cidadãos brasileiros.

O mesmo ocorre em alguns *posts*, em trechos como: “Nesse dia dos pais, só vi no meu feed pessoas famosas que não sigo, desejando um feliz dia a ‘todes’ os pais e mensagens assinadas pelos ‘filhos’. Que toda essa ação é um emburrecimento programado, eu não tenho a menor dúvida”, utilizado no *Post 2*, para justificar, através dessa experiência, a insatisfação com a proposta de adoção da linguagem neutra nas escolas. Nos *posts*, por outro lado, esse modo de identificação mais subjetivo pode estar relacionado ao caráter informal do gênero, que permite que o autor expresse suas opiniões pessoais sobre as atualidades.

Além do mais, através dos *posts* no *Instagram*, a maioria dos usuários compartilham determinados aspectos de suas rotinas para criar uma espécie de identidade digital. Como afirma Frier (2021, p. 14), através do uso do *Instagram*, “fazemos fotos e vídeos da nossa comida, nosso rosto, nosso cenário favorito, nossa família e nossos interesses e os compartilhamos, esperando que reflitam algo sobre quem somos ou quem aspiramos ser”. Com as páginas de organizações ligadas à ED não é diferente: elas também produzem seus *posts* de

acordo com a imagem que desejam construir para a organização, através de uma maneira específica de os autores identificarem-se e identificarem os *homeschoolers*.

No entanto, se nos debates e nos *posts* as justificativas, por um lado, explicitam a subjetividade nos modos de identificação, por outro lado, muitas avaliações são feitas a partir de valores assumidos – como a liberdade, a inclusão e o combate ao preconceito, à discriminação e às injustiças contra as famílias que praticam ED –, o que pode indicar uma tentativa de universalização da perspectiva dos autores/debatedores.

Através dos resultados obtidos com a análise das avaliações, é possível perceber como os discursos articulados são inculcados nas identidades dos autores e na representação da identidade social das famílias que praticam ED. As conclusões da análise da intertextualidade e da interdiscursividade, feitas nas seções anteriores, são compatíveis com as análises das avaliações, o que evidencia a interconexão, proposta por Fairclough (2003), entre gêneros, discursos e estilos.

Apesar de serem todos voltados à defesa da ED, os textos representam a modalidade de ensino a partir de diferentes perspectivas a depender do gênero discursivo do qual fazem parte. Nos debates, verificamos a legitimação do discurso neoliberal e o silenciamento do discurso neoconservador, o que indica não só uma maneira de agir adequada ao contexto institucional da Câmara dos Deputados e à obtenção do êxito na persuasão dos ouvintes, mas também um tipo de representação coerente com a identificação dos debatedores, como especialistas comprometidos com “valores universais”, uma vez que a construção discursiva neoliberal é hegemônica, e adquiriu status de senso comum.

Por outro lado, nos *posts*, observamos que o discurso neoconservador é evidenciado, demonstrando uma forma distinta de agir, que também é afetada pela infraestrutura da plataforma digital e pelo “efeito bolha”, e que revela uma outra maneira pela qual os autores se identificam, uma vez que aquilo que consideram bom ou ruim, desejável e indesejável, é definido partir de valores “tradicionais” que visam a manutenção de assimetrias de poder.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fairclough (2003, p. 14-15) afirma que não existe uma análise "objetiva" de um texto, ou seja, uma análise que não seja "enviesada" pela "subjetividade" do analista. Resende (2005, p. 230) acrescenta que nós, analistas críticos do discurso, admitimos a suposta neutralidade da ciência como um posicionamento ideológico e, portanto, "não nos pretendemos neutros – sabemos que não podemos sê-lo e, mais que isso, não queremos sê-lo". Assim, antes de concluir o trabalho, é importante reiterar o meu posicionamento como pesquisadora.

Como já explicitado na introdução, o interesse na realização deste trabalho surgiu a partir do incômodo e da indignação que sentia com a forma como todo o setor educacional e a própria ciência foram maltratados durante a última legislatura. Esse quadro de descaso ainda foi somado aos prejuízos causados pela pandemia de COVID-19 para a educação, devido à dificuldade de implementação e adaptação ao ensino remoto emergencial. E, diante de tantas soluções urgentes demandadas pelo ensino público, ver a educação domiciliar sendo colocada como prioridade me provocou curiosidade. Além disso, durante o desenvolvimento da pesquisa, me deparei com a associação da modalidade ao discurso neoconservador e seu caráter de oposição às demandas feministas, o que, como mulher, me deixou mais instigada a seguir.

Mas, se por um lado, como argumenta Resende (2005), a escolha da teoria, o desenvolvimento da metodologia, a escolha dos gêneros, a definição das categorias analíticas e as próprias questões de pesquisa levantadas evidenciam o engajamento pessoal do(a) pesquisador(a), por outro lado, a metodologia e os pressupostos claros da teoria, indicando as evidências linguísticas do *corpus*, sustentam e dão relevância aos resultados e conclusões a que chegamos, o que certifica a cientificidade e confiabilidade desta pesquisa. Dito isso, podemos retomar o que foi feito em cada capítulo, fazer as últimas considerações e seguir para o encerramento.

No primeiro capítulo, traçamos um histórico da educação realizada em ambiente doméstico no Brasil, desde o século XIX, quando essa modalidade de educação era a mais comum no país, até os dias atuais, em que, apesar da hegemonia da instituição escolar, a ED entrou na lista de prioridades para o último governo. Em vista disso, buscamos evidenciar que, apesar das incontáveis mudanças que ocorreram no Brasil ao longo dos séculos, algumas motivações que levam à preferência pela educação formal em casa se mantiveram desde o século XIX – como o medo de que a escola agrave epidemias, não proteja os alunos da violência, provoque iniciação sexual precoce e promova a convivência entre pessoas de

diferentes raças, religiões, orientações sexuais e classes sociais. Essa constatação, por um lado, nos leva a refletir sobre o quanto a escola ainda precisa avançar para lidar com situações emergenciais, como a pandemia de COVID-19, e para combater a violência, que infelizmente ainda é um entrave significativo. Por outro lado, indica que as tentativas de avanço realizadas pela escola em direção à inclusão e ao respeito às diferenças contemporaneamente fazem com que muitas famílias rejeitem as práticas da instituição.

A partir disso, na segunda parte do primeiro capítulo, tratamos especificamente da ED na contemporaneidade, e da sua atual articulação às racionalidades neoliberal e neoconservadora, que foram tratadas nesta pesquisa em sua relação dialética com a linguagem, ou seja, sob seu aspecto discursivo. Pudemos compreender as duas racionalidades como convergentes e sobrepostas em muitos pontos, além de demonstrarmos como a ED pode ser uma modalidade de ensino adequada a essa coalizão, que foi colocada em prática no governo de Jair Bolsonaro.

No percurso do segundo capítulo, foram apresentados os subsídios oferecidos pela Análise Crítica do Discurso, mais especificamente pelos postulados de Fairclough (2003; 2016), para analisarmos uma determinada conjuntura social sob a perspectiva discursiva. Apresentamos, a partir da teoria, a dialética entre discurso e sociedade, além de detalharmos quais foram as categorias de análise linguística escolhidas, dentre aquelas propostas por Fairclough (2003), para compor a metodologia desta pesquisa. Além disso, procuramos indicar como essas categorias também nos permitem analisar os modos de agir, de representar e de ser nos textos, com modos de ser e agir no mundo, para sustentar os discursos sobre a ED.

No terceiro capítulo, apresentamos o arcabouço metodológico da pesquisa, desde a construção do *corpus* até a escolha das categorias de análise e dos principais aspectos que gostaríamos de examinar. A partir disso, desenvolvemos nossas análises buscando evidenciar não só a dialética entre o discurso e os outros elementos do social, como também a própria dialética dos significados acional, representacional e identificacional, isto é, como os gêneros regulam os discursos, que por sua vez são inculcados em identidades.

A análise da intertextualidade manifesta apresentou resultados distintos entre os dois gêneros, sendo que, nos debates, as principais “vozes” relatadas são do Supremo Tribunal Federal e dos textos normativos, ou seja, são vozes e textos que representam valores e instituições universalmente aceitas e respeitadas. Além disso, os debatedores também relatam as falas de pais e crianças que sofreram alguma sanção ou constrangimento por praticarem a ED, relatos que cumprem a função de retratá-la como uma pauta digna de comoção.

Por outro lado, nos *posts*, identificamos relações intertextuais com as vozes do jornal *O Globo*, de Arthur Morrison, Michel Quoist, Olavo Bilac, participantes do grupo do SIMEDUC no *Telegram*, dentre outras. Os *posts* reatualizam enunciados anteriores e antecipam enunciados futuros de maneira mais visível e menos limitada que os debates, além de permitirem múltiplas referências, e, principalmente, a transição entre um e outro texto ou de conexão entre um texto e outro com maior facilidade, devido ao caráter interativo e multimodal oportunizado pela arquitetura da plataforma digital *Instagram*.

Nos casos dos *posts* analisados, inferimos que eles valorizam, através dos relatos, vozes de outros textos que também são atravessados pelo discurso neoconservador: vozes que criticam a adoção da linguagem neutra nas escolas, assim como vozes que exaltam a submissão da mulher e sua entrega absoluta ao lar, ao marido e aos filhos. No entanto, as relações intertextuais nos *posts* analisados indicam uma relação de tensão com vozes que se mostram contrárias à vertente cristã de ED.

As análises em relação à interdiscursividade indicam que a articulação do discurso neoliberal fica evidente tanto nos debates quanto nos *posts*. Por outro lado, o discurso neoconservador – tomado aqui como um discurso convergente e complementar ao discurso neoliberal – fica encoberto nos debates e manifesta-se somente nos *posts*. Nos debates, os participantes silenciam certos temas, como as questões de gênero, que aparecem nos *posts* com certa frequência, sempre representados através da articulação do discurso neoconservador que se organiza pela preservação da ordem social e contra os movimentos LGBTQIA+ e feminista (LACERDA, 2019).

Apesar disso, a forma enviesada como alguns termos-chave como “minorias”, “direitos-humanos”, “liberdade”, “diversidade de gênero” são utilizados, tanto nos debates quanto nos *posts*, indicam uma maneira muito particular de atribuição de sentido, em que a linguagem é manipulada a serviço de interesses particulares. Não conseguimos nos dedicar de maneira mais aprofundada a esse aspecto nesta pesquisa, mas estudos futuros podem verificar se esse tipo de dissimulação constitui uma característica do discurso neoconservador.

Como esperado, verificamos que esses discursos são inculcados nas formas como os autores identificam-se nos textos e constroem identificações para determinados atores sociais, o que fica constatado nos resultados das análises sobre a avaliação, através das quais concluímos que a construção de uma identidade sobre o signo da injustiça para as famílias que praticam ED é predominante nos dois gêneros. No entanto, a forma como os autores identificam-se a partir de seus papéis sociais e dos discurso aos quais se associam varia

significativamente entre os *posts* e os debates, uma vez que nos *posts* buscam legitimar sua identidade social a partir de características de grupos dominantes – cristandade, heterossexualidade e neoliberalismo –, enquanto nos debates, os enunciadores identificam-se a partir de seus lugares de políticos e debatedores, associando-se majoritariamente ao discurso neoliberal, como “personagens” democráticos e esclarecidos.

Chouliaraki e Fairclough (1999) estabelecem que os gêneros devem ser vistos como a “estruturação ou ordenação especificamente discursiva de uma prática social, um dispositivo regulador pelo qual as relações de poder se realizam como formas de controle” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 144, tradução nossa<sup>74</sup>). Assim, consideramos que o gênero “debate na Câmara dos Deputados” pode regular e ordenar tanto as relações intertextuais quanto os discursos e avaliações, no sentido de ofuscar as ideologias atreladas à ED que buscam manter as relações hegemônicas de dominação. Por ser um gênero diretamente relacionado a um ambiente público e à tomada de ação legislativa, a representação da ED nas falas dos debatedores favoráveis à modalidade de ensino busca dar aos agentes razões para que o projeto de lei seja aprovado e, portanto, a estratégia discursiva utilizada busca dissimular o potencial que a pauta tem em favorecer interesses particulares de poder.

No entanto, o gênero “*post no Instagram*” estrutura os discursos de maneira diferente, uma vez que a plataforma consiste em uma rede de comunicação relativamente livre, na qual os usuários buscam por visibilidade e influência. No caso das páginas voltadas ao apoio e divulgação da ED tratadas nesta pesquisa, considera-se que os seguidores compõem uma comunidade ideologicamente posicionada, ou seja, os seguidores dessas páginas muito provavelmente pactuam com os discursos ali articulados e oferecem recompensas aos administradores das páginas, na forma de engajamento. Por isso, se considerarmos que os pais educadores possuem um perfil conservador como aponta o trabalho de Ribeiro (2021) – e se considerarmos que as páginas do *Instagram* aqui analisadas pretendem atrair pais educadores – o gênero “*post*” orientará o discurso com vistas a cumprir esse objetivo: chamar a atenção desses grupos e buscar a adesão deles. Isso explica o fato de o discurso neoconservador, contrário às lutas feministas e LGBTQIA+, estarem evidentes neste *corpus*.

Portanto, a pesquisa reforça que uma ACD, focada na comparação entre representações sobre um mesmo tema em gêneros discursivos diferentes, pode ser produtiva para evidenciar aspectos sobre questões sociais relevantes. Partindo da concepção dialética de Fairclough

---

<sup>74</sup> No original: We want to see a genre as a specifically discursive structuring of ordering of a social practice, a regulative device through which relations of power are realized as forms of control;

(2003), as conclusões de nossas análises mostram que problemas sociais podem ficar obscurecidos em determinados gêneros, a depender da estratégia discursiva utilizada, do mesmo modo que os estilos, como forma de identificar(-se) através dos textos, estão diretamente associados aos discursos articulados.

Por isso, a análise de uma mesma conjuntura a partir de diferentes gêneros discursivos, principalmente entre gêneros “mais formais” e “menos formais”, pode evidenciar de maneira mais abrangente as construções discursivas que envolvem e sustentam essa conjuntura. Por exemplo, diante dos resultados de nossas análises, observamos que os discursos veiculados nos *posts* nos permitem posicionar certas vertentes da ED dentro do projeto neoconservador e antidemocrático que rondou as políticas educacionais nos últimos anos, aproximando a modalidade do movimento Escola Sem Partido do Programa das Escolas Cívico-Militares. Por outro lado, se analisássemos os debates na Câmara dos Deputados isoladamente, essa conclusão não seria possível, uma vez que o discurso neoconservador fica velado nesse gênero.

Além disso, consideramos que esta pesquisa contribuiu para evidenciar que a discussão sobre a regulamentação da ED no Brasil deve englobar outros temas além dos possíveis prejuízos à socialização dos alunos, da importância da formação e atuação docente, da preocupação com os casos de abuso e exploração infantil que podem aumentar sem a supervisão da escola. Esses foram temas colocados pelos opositores convidados a participar dos debates na Câmara dos Deputados, e também foram assuntos discutidos pela mídia nos últimos três anos e são, sim, questões essenciais para pensarmos na legalização da ED. No entanto, em vista do que foi analisado, consideramos que essa discussão também deve, impreterivelmente, considerar os possíveis retrocessos que a regulamentação da modalidade causaria em relação às demandas de alguns grupos minorizados, uma vez que, como vimos, a ED é defendida em nome da liberdade, mas pode acentuar divisões e fomentar a intolerância à coletividade.

Tomando a linguagem como parte irredutível da vida social (FAIRCLOUGH, 2003), as conclusões deste estudo demonstram que os aspectos discursivos relacionados à defesa da modalidade indicam uma estratégia para o controle do acesso ao conhecimento e a restrição à diversidade de perspectivas oferecida pela escola. Afinal, a articulação do discurso neoconservador, como parte de uma racionalidade antidemocrática, revela que a ED tem um certo potencial para reforçar discriminações e desigualdades, principalmente em relação às mulheres e à população LGBTQIA+.



A análise dos *posts* feitos nos principais perfis do *Instagram* sobre a modalidade de ensino explicitou esta potencialidade, e demonstrou que o projeto político de ED não diz respeito apenas aos interesses de uma educação individualizada, que proporciona maior liberdade educacional, com a interferência mínima do Estado e com o máximo de produtividade, como dita a racionalidade neoliberal, e como ficou evidente nos debates na Câmara. Mas podemos afirmar que ela também configura um projeto de manutenção de relações historicamente assimétricas de poder, legitimando discursos machistas, homofóbicos e transfóbicos em nome de “uma educação personalizada”.

Mais uma vez, é importante frisar que esta pesquisa não trata do perfil das famílias praticantes da modalidade de ensino e, de forma alguma, pretende generalizar os resultados. Sabemos que o posicionamento dessas famílias e os motivos que as levam a optar pela ED são heterogêneos e complexos. No entanto, o que a pesquisa atesta através da análise linguístico-discursiva é que, principalmente nos *posts* no *Instagram* feitos pelas principais páginas sobre a modalidade no país, as representações da ED apontam para esse infeliz quadro.

Assim, devemos considerar que, dentre a variedade de perspectivas e opiniões dos defensores do tema, também existe uma forma de pensar e representar a ED que está articulada ao discurso neoconservador, que aponta para efeitos sociais contra demandas feministas (no sentido em que revalidam o papel “tradicional” da mulher – mãe - dona de casa) e contra as demandas LGBTQIA+. Portanto, este estudo nos permite afirmar que essa perspectiva, ao lado de todas as outras, deve ocupar um lugar expressivo no debate de modo geral, e de maneira específica no debate legislativo, que agora acontece no Senado, para, caso a regulamentação venha a ocorrer, a lei impeça que a ED promova qualquer tipo de retrocesso social ou democrático.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

ANDRADE, Édison Prado de. A educação domiciliar e a religião. *In*: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves (org.). **Educação domiciliar no Brasil: mo(vi)mento em debate**. Curitiba: CRV, 2021. p. 319-351.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro; TERRA, Vitória Maria. Maternidade e docência no contexto da educação domiciliar. *In*: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves (org.). **Educação domiciliar no Brasil: mo(vi)mento em debate**. Curitiba: CRV, 2021. p. 69-94.

BAUER, Martin.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-63.

BAUER, Martin; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 17-36.

BIAVATI, Nádia. **O lugar do trabalhador e das relações de trabalho em propagandas publicadas em revista brasileira de informação geral: um estudo de caso em ACD**. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

BIAVATI, Nádia DF; SIQUEIRA, Sueli. Construindo identidades e práticas de migração: consolidando a “terra prometida”. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 127-149, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. *In*: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 80-126.

BRAGA, Norma. Para além do antifeminismo. **Voltemos ao Evangelho**, 30/07/2021. Disponível em: <https://voltemosaoevangelho.com/blog/2021/07/para-alem-do-antifeminismo/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Programa “Mulher, Viver sem Violência”**: Campanhas Continuadas de Conscientização. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 27 jan. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia/campanhas-continuadas-de-conscientizacao>. Acesso em: 15 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BROWN, Roger.; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. *In*: GIGLIOLI, Paolo (ed.). **Language and Social Context**. Harmondsworth: Penguin, 1960.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

\_\_\_\_\_. **Undoing the Demos**: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.

CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em “xeque”: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 15, 2020. p. 1-17.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. *In*: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. p. 123-134.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 667-688, 2006.

\_\_\_\_\_. Homeschooling: um desafio legal. *In*: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves (org.). **Educação domiciliar no Brasil**: mo(vi)mento em debate. Curitiba: CRV, 2021. p. 23-43.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE ARAUJO, Stephane Silva; LEITE, Maria Cecília Lorea. A defesa pela “liberdade de escolha” fortalecendo uma rede empresarial: o homeschooling brasileiro. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 15, p. e2014819, 2020.

DE CASTRO, Julio Cesar Lemes. **Redes sociais como dispositivos de governamentalidade neoliberal**. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1139-1.pdf>. Acesso em 03 mar. 2020.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?**: a bancada evangélica e seu projeto de poder. 2ª ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola Sem Partido**, 2019. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades. *In*: MAGALHÃES, Célia Maria (org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Mudança Social**. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

\_\_\_\_\_. Neo-liberalism—a discourse-analytical perspective. **Polifonia**, v. 10, n. 10, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman; FAIRCLOUGH Isabela. Chapter 13. Textual Analysis. *In*: BEVIR, Mark; RHODES, R. A. W. (eds.). **The Routledge Handbook of Interpretive Political Science**. London: Routledge, 2021. p. 186-198.

FÁVERO, Altair Alberto; OLIVEIRA, Julia Costa; DE FARIA, Thalia Leite. Crítica as “medições” em educação à luz da teoria das capacidades: a meritocracia que reforça a desigualdade. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 8, p. 1-16, 2022.

FO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão; DE FRANCO, Clarissa. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, p. 297-337, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRIER, Sarah. **Sem Filtro**. 1ª ed. São Paulo: Planeta Estratégia, 2021.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**. Ed. e trad. Q. Hoare e G. N. Smith. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

GRÖHS, Karla Isabel da Costa; ANTÔNIO, Clésio Acilino. O ensino domiciliar no Brasil: a influência neoliberal e a mercantilização da educação. *In*: **VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU**, Campina Grande: Realize Editora, v. 1, p. 1-12, 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 84-98.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Introduction to functional grammar**. London: Edward Harnold, 1988.

\_\_\_\_\_. **Language as social semiotic**. Londres: Edward Arnold, 1978.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Estado e neoliberalismo no Brasil (1995-2018). **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 35, p. 38-63, 2018.

KOBAYASHI, Sergio Mikio. Cadeias de gênero em meio digital: um olhar teórico sobre sua composição e pertinência de estudo. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 51, n. 1, p. 235-249, 2022.

KRESS, Gunther. **Linguistic Processes in Sociocultural Practice**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LIMA, Ivana Bittencourt; DOS SANTOS, Cláudio Eduardo Félix. As repercussões do movimento homeschooling nos séculos XX e XXI e o ensino em casa no Brasil. **Fólio-Revista de Letras**, v. 8, n. 2, 2016.

LOCKMANN, Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020.

LUBIENSKI, Chris. Whither the Common Good? A Critique of Home Schooling. **Peabody Journal of Education**, 75 (1&2), p. 207-232, 2000.

LYRA, Aline. **Educação domiciliar ou “lugar de criança é na escola”?** Uma análise sobre a proposta de homeschooling no Brasil. 2019. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LYRA, Aline; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Reflexões acerca da educação domiciliar e da desescolarização a partir do cenário de pandemia. *In*: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Educação domiciliar no Brasil: mo(vi)mento em debate**. Curitiba: CRV, 2021. p. 115-141.

MACHADO, Roseli Belmonte; BORTOLAZZO, Sandro Faccin; DA SILVA, Isabela Dutra Corrêa. "Mães e pais pela democracia" e "lugar de criança é na escola": Uma análise de disputas sobre volta às aulas no Instagram. **Reflexão e Ação**, v. 29, n. 3, p. 267-281, 2021.

MAGALHÃES, Célia Maria. A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo. *In*: MAGALHÃES, Célia Maria (org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, abr./mai., p. 164-187, 2006.

MONTEIRO, Olívia; BIAVATI, Nádia. Educação domiciliar como pauta prioritária do governo Bolsonaro: reflexões à luz da Análise Crítica do Discurso e da biopolítica. *In*: **Comunicação, Política e Gênero: estudos sobre o papel da mídia nas eleições e na construção de representações sociais no Brasil contemporâneo**. 1ª ed. Pereira Barreto: Editora Arte da Palavra, 2022.

MOREIRA, Adilson José. Direito, poder, ideologia: discurso jurídico como narrativa cultural. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 830-868, 2017.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. **Pro-posições**, v. 28, p. 193-212, 2017.

ONU, Assembleia Geral da. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (217 [III] A). Paris, 1948.

PAULANI, Leda Maria. A hegemonia neoliberal. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**. Centro Celso Furtado/Caixa Econômica Federal, Rio de Janeiro, 2011.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. **Novos estudos CEBRAP**, p. 59-78, 2012.

PEREIRA, Alexssandro da Silva; TEIXEIRA, Lucas Matheus Silva; PEREIRA, Rebeca Sales. **Discurso**. In: IRINEU, Lucineudo Machado et. al. (org.). *Análise Crítica do Discurso: conceitos-chave*. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PESSOA, Mayara Lustosa Silva. **Educação domiciliar no Brasil: trajetória e organização a partir de 1990**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

PETCHESKY, Rosalind Pollack. Antiabortion, antifeminism, and the rise of the New Right. **Feminist Studies**, v. 7, n. 2, p. 206-246, 1981.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise do Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

\_\_\_\_\_. Gêneros discursivos e ideologia. In: MELO, Iran Ferreira. **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica como interdisciplina para a crítica social: uma introdução. In: MELO, Iran Ferreira de. **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **Literatura de cordel no contexto do novo capitalismo: o discurso sobre a infância nas ruas**. 2005. 257 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. Moderna defesa do passado, criativa defesa da tradição. In: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Educação domiciliar no Brasil: mo(vi)mento em debate**. Curitiba: CRV, 2021. p. 253-279.

RIBEIRO, Álvaro. Entre mulheres: o ensino doméstico e a profissão. **Ex aequo**, Lisboa, n. 33, p. 97-115, 2016.

RODRIGUES, José Rafael Barbosa; SILVA, Josenilda Maria Maués da. Democracia e diferença em tramas político-curriculares contemporâneas: o Escola Sem Homofobia em análise. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. p. 135-143.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos. “LIBERAL NA ECONOMIA E CONSERVADOR NOS COSTUMES”: uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, 2021.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Direita nas redes sociais online. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco.; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. *In*: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). 2ª ed. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2009.

SWALES, John. **Genre analysis:** English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University, 1990.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres:** a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos. 2004. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. A educação domiciliar e suas motivações: elos que se desfazem e refazem. *In*: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Educação domiciliar no Brasil:** mo(vi)mento em debate. Curitiba: CRV, 2021. p. 191-218.

\_\_\_\_\_. Educação na casa: perspectivas de desescolarização ou liberdade de escolha? **Proposições**, v. 28, p. 122-140, 2017.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. Uma produção que se intensifica: a educação domiciliar nas pesquisas acadêmicas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, ANPAE, p. 539-558, 2020.

XAVIER, Antonio Carlos. Desafio do hipertexto e estratégias de sobrevivência do sujeito contemporâneo (Challenge hypertext and survival strategies of the subject of contemporary). **Estudos da Língua (gem)**, v. 13, n. 2, p. 73-90, 2015.